

CARLOS ALBERTO SARDENBERG (ORG.)

JOGO ABERTO
ENTREVISTAS COM BRESSER PEREIRA

editora brasiliense

*Copyright © by Carlos Alberto Sardenberg, 1989
Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada,
armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada,
reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer
sem autorização prévia do editor.*

*ISBN: 85-11-09045-2
Primeira edição, 1989*

*Revisão: Ana Carla B. Ramos e Antonio Favarin
Capa: Ettore Bottini*



*Rua da Consolação, 2697
01416 São Paulo SP
Fone (011) 280-1222 - Telex: 11 33271 DBLM BR*

IMPRESSO NO BRASIL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
A crise do setor público	
Trajetórias	
1. JOGO ABERTO	13
Entrevista a Pedro Cafardo, 26.4.1987	
Entrevista coletiva, 30.4.1987	
Entrevista a Marcelo Auler, 1.5.1987	
2. O CHOQUE	27
Entrevista a Luiz Erlanger e Ribamar Oliveira, 15.6.1987	
Entrevista a <i>O Estado de S. Paulo</i> , 12.7.1987	
Entrevista a Otávio Frias Filho e Matinas Suzuki Jr., 12.7.1987	
3. AS TESES POLÍTICAS	49
Entrevista à <i>Senhor</i> . 30.7.1987	
Entrevista a Miriam Leitão, 9.8.1987	
Entrevista a Aloysio Biondi, Silvio Mário Santos, Anamácia Vainscher e Lauro Filho, 10.8.1987	

4. O DESCONTO PARA A DÍVIDA EXTERNA — UMA BATALHA	69
Entrevista à <i>Isto É</i> , 9.9.1987	
Discurso pronunciado em Viena, 3.9.1987	
Entrevista a Cláudio Weber Abramo, 20.9.1987	
Entrevista a Beth Cataldo, José Negreiros e Luís Erlanger, 9.10.1987	
Entrevista à rádio Eldorado de São Paulo, 16.10.1987	
Entrevista ao <i>Correio Braziliense</i> , 25.10.1987	
Entrevista a William Waack, 25.10.1987	
5. TURBULÊNCIAS À DIREITA E À ESQUERDA.....	117
Entrevista ao <i>Jornal da Tarde</i> , 9.11.1987	
Entrevista a Armando Ourique, 22.11.1987	
Entrevista a <i>O Estado de São Paulo</i> , 28.11.1987	
Entrevista a Cida Fontes, 29.11.1987	
6. A SAÍDA, UM BALANÇO E AS TESES REVISITADAS	137
Entrevista a Gilberto Dimenstein e Armando Ourique, 21.12.1987	
Entrevista a Fábio Pahim Júnior, José Márcio Mendonça e Vicente Dianezi Filho, 23.12.1987	
Entrevista ao <i>Jornal do Brasil</i> , 27.12.1987	
Entrevista à <i>Senhor</i> , 5.1.1988	
Reportagem de Mar Margolis, 12.11.1988	
7. O ACORDO DO BRASIL COM A ARGENTINA SOBRE A DÍVIDA.....	163

INTRODUÇÃO

O professor Luiz Carlos Bresser Pereira assumiu sem susto o Ministério da Fazenda, isto é, o comando da política econômica, em 29 de abril de 1987. Não que a situação objetiva fosse confortável. Ao contrário, Bresser seria o terceiro ministro da Fazenda em dois anos de Nova República. A economia encontrava-se desorganizada, a inflação avançava aos saltos, as pequenas empresas iam à falência ou à concordata, os salários baixavam, o desemprego aumentava, as reservas internacionais tendiam a zero apesar da moratória — tudo ainda em consequência do selvagem descongelamento de preços, em um sistema desindexado, que se seguira ao final dramático do Plano Cruzado, em novembro de 1986. Havia, portanto, uma emergência a debelar e, depois, os problemas crônicos, estruturais, a tratar.

Bresser, porém, julgava-se plenamente preparado para as tarefas. Durante toda sua vida estudara a economia brasileira não apenas com espírito acadêmico, mas com a vontade política de botar a mão na massa. Quando surgiu a oportunidade, sabia por onde começar e acreditava que as condições políticas ainda permitiam o trabalho — isto é, que seria possível tocar uma política econômica racional, com base nos melhores princípios progressistas da história do PMDB, partido ao qual então pertencia.

Sete meses e vinte dias depois, quando deixou o ministério, registrava que aquelas condições políticas não existiam. Quanto

ao conteúdo da política econômica necessária para o país, mantinha convicções, reforçadas e enriquecidas pela experiência. E a certeza pessoal de não ter passado em vão.

Feito o balanço, Bresser Pereira deixou:

- uma *realização*, o choque de junho de 1987 que, na ocasião, impediu a escalada para a hiperinflação e deu à economia algum fôlego para se reorganizar;
- um *diagnóstico* sobre a crise brasileira — a tese de que o principal problema do país, estagnado há oito anos, é o desequilíbrio estrutural do setor público;
- três *propostas*: o Plano de Controle Macroeconômico, que justamente fixa a receita para o ajuste do setor público; a reforma fiscal (com forte aumento de impostos, inclusive sobre a riqueza, dramático corte de subsídios e propósito de distribuição de renda); e uma nova abordagem para a questão da dívida externa, recomendando-se como essencial uma redução real dessa dívida.

Bresser Pereira tinha as idéias básicas formuladas antes de assumir o Ministério. Mas as ênfases mudaram no curso do governo. Basicamente, o ministro verificou que a crise do setor público era muito mais grave do que o intelectual pensava. “Visto de perto, o buraco era muito maior”, disse Bresser Pereira. Em consequência, as receitas propostas tornaram-se cada vez mais fortes.

Essa trajetória é o que se encontrará neste livro, que reúne entrevistas concedidas por Bresser Pereira num período de oito meses, das vésperas de assumir o Ministério até pouco depois de deixá-lo. O ministro Bresser falou bastante para a imprensa. Através das entrevistas, polemizou com diversos críticos, e isso foi uma atitude deliberada. Logo no seu discurso de posse, Bresser apresentou planos imediatos, que consistiam em tentar garantir para aquele ano de 1987 um modesto crescimento de 3%; procurar controlar gastos e ajustar o setor público; aplicar uma política de recuperação dos saldos comerciais externos; e reabrir negociações no *front* da dívida externa.

Foi imediatamente acusado de conservador — acusação grave para um economista e político que se pretendia filiado à corrente progressista mais moderna. Inconformado, Bresser reagiu pela imprensa: gastou tempo discutindo suas propostas imediatas e os temas mais de longo prazo, estes tratados especialmente nas entrevistas a revistas semanais, veículos mais apropriados para

discussões sobre a natureza de uma política progressista e suas distinções em relação ao populismo e ao conservadorismo.

As entrevistas são exaustivas. Mas cabe aqui uma breve introdução, mais um roteiro de leitura. As observações que se seguem resultam de um depoimento de Bresser Pereira ao autor desta introdução, concedido em julho de 1988.

A crise do setor público

Ao contrário do que pensam muitos economistas, tanto progressistas quanto conservadores, Bresser Pereira acha que a economia brasileira “não está resolvida”, isto é, que a crise atual é estrutural e não resultado de dificuldades conjunturais e/ou de má gestão. É, portanto, mais grave.

A percepção mais ou menos comum indica que a economia brasileira tem um problema de déficit público, porque o Estado vem gastando de modo perdulário e tem uma altíssima conta de juros. (Os juros que paga sobre a dívida externa, que é quase toda pública, e pelos empréstimos que toma do setor privado.) Para Bresser, porém, esse problema de déficit público é posterior à verdadeira causa de nossas dificuldades.

A crise do setor público, explica, é de “estoque”. Isto é, a dívida pública interna e principalmente externa tornou-se exageradamente grande. Depois disso é que vem o problema do déficit público — como se fosse uma dificuldade de fluxo de caixa, causada justamente pelos juros resultantes daquele elevado estoque de dívida pública.

Se o problema é de estoque, as soluções necessariamente são mais drásticas. Não se trata mais de financiar o fluxo de pagamento de juros, mas de obter uma redução substancial na própria dívida externa. E em vez de cortar despesas aqui e ali, trata-se de aplicar um “forte choque fiscal”.

Como chegamos a essa situação? A causa primária é basicamente o excessivo crescimento da dívida externa, mas outros problemas se introduziram ao longo dos últimos anos, entre eles a grande redução da capacidade de poupança e investimento do setor público.

A história dessa crise é a seguinte: a economia brasileira endividou-se nos anos 70, numa estratégia de crescimento via déficit público. Endividou-se basicamente através do Estado e, na verdade, até 1979, essa política era correta. Os juros internacionais

estavam baixos, tomava-se dólar barato e havia, aqui, bons projetos de investimento.

Em 1979, porém, a dívida externa atingiu 40 bilhões de dólares, um estoque que já chegava ao limite, pois representava duas vezes o valor das exportações anuais. Sobrevieram então os três choques externos: a explosão dos preços do petróleo, a elevação da taxa de juros internacional e a recessão nos países ricos.

Nessas circunstâncias, o país deveria ter começado logo o processo de ajustamento da economia e em particular do setor público, como propunha o então ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen. Este foi, entretanto, substituído no comando da economia por Antônio Delfim Netto, que resolveu apostar em mais um período de crescimento. Assim, por dois anos, o governo estimulou o crescimento, e só foi começar o ajuste em 1981, forçado pelas circunstâncias e quando a crise era muito mais grave.

Embora esgotada a capacidade de poupança do setor público, o Estado continuou subsidiando o setor privado e assumindo o custo em dólares das desvalorizações cambiais. No final do processo, todo o ônus do ajustamento ficou para o setor público. A crise, de fato, exhibe hoje um Estado empobrecido, que transferiu recursos para o setor privado, este, rico e capitalizado em meio às dificuldades do país. E essa disparidade só aumenta, porque o setor público se financia no setor privado, mas não tomando recursos de volta, via impostos, por exemplo. O Estado toma empréstimos do setor privado e sua conta só aumenta com o pagamento dos juros cada vez mais altos.

A solução radical, portanto, é óbvia: é preciso retransferir recursos do setor privado para o Estado, de modo que este recupere sua capacidade de poupança e/ou de financiamento de investimentos. Bresser Pereira conta: “Quando os empresários me falavam em demissão de funcionários públicos, eu dizia: isso até pode ser eticamente e politicamente recomendável. Mas em termos macroeconômicos, é bobagem. É preciso um dramático corte nos subsídios ao setor privado e um aumento de impostos, inclusive um imposto sobre a riqueza, aplicado de uma vez só”. Não era uma conversa propriamente amena.

Trajetórias

Em maio de 1987, o problema do ministro Bresser Pereira era

uma emergência. A bagunça que se seguiu ao final abrupto do Plano Cruzado, com a economia sendo reindexada às pressas, exigia que se mandasse o paciente para a UTI, onde seria submetido a intervenções radicais. No caso, o choque heterodoxo de 12 de junho de 1987, depois conhecido como Plano Bresser: congelamento temporário de preços e salários, introdução de novas regras de correção e medidas para reduzir o déficit público. Abatida a ameaça da escalada inflacionária, passou-se à política econômica de médio curso.

Em julho, ficou pronto o Plano de Controle Macroeconômico, no qual já se propunha, como meta essencial, a recuperação das finanças públicas e a conseqüente elevação da capacidade de poupança nacional. Tratava-se de elevar essa capacidade de 17% para 22% do PIB, em quatro anos.

Nas discussões, a equipe econômica verificava que a cada rodada das contas parecia necessário maior corte de gastos e maior aumento da receita do Estado. Ao final, estava claro que o custo de elevar a poupança nacional era muito alto. E que o peso do estoque da dívida externa era insuportável.

Assim, quando iniciou a primeira rodada de negociações, em julho de 1987, no *front* externo, Bresser Pereira já dizia que seria fundamental obter um desconto no principal da dívida, a “securitização” da dívida, aproveitando o desconto existente no mercado financeiro internacional. Acrescentava estar convencido de que esse desconto era possível e, de certo modo, até esperado pelos credores externos.

A proposta, entretanto, foi uma novidade radical. Pela primeira vez em muitos anos um ministro colocava algo realmente novo no debate oficial sobre a dívida externa. Por isso mesmo, não foram conversações amenas. Conforme disse um ano depois o gerente executivo do Fundo Monetário Internacional — FMI, Michel Camdessus, naquela época a palavra “securitização” era pornográfica nos meios financeiros internacionais; hoje está sendo discutida normalmente e até sendo objeto de proposta de muitos banqueiros.

Depois de todas as trombadas nas negociações, Bresser Pereira tinha definido sua estratégia alternativa caso não chegasse a entendimento com os credores até 29 de janeiro de 1988. O governo brasileiro, então, anunciaria unilateralmente os seus termos, os seguintes: dispensaria o “comitê assessor de bancos” e informaria aos credores que ia pagar 60% da dívida, isto é, aplicaria um desconto de 40%. Desses 60%, o Brasil passaria a pa-

gar os juros relativos a um terço. Os outros dois terços passariam a ser depositados em um fundo e somente seriam pagos aos credores na medida em que estes assinassem acordo aceitando que os 60% pagos liquidavam os 100% devidos. Isto é, na medida em que aceitassem definitivamente o desconto de 40% da dívida.

Bresser Pereira revela que essa estratégia estava combinada desde a reunião de Cancun (México), em novembro de 1987, com o ministro da Economia da Argentina, Juan Sorrouille, que deveria aplicar política semelhante.

Bresser pediu demissão (18 de dezembro de 1987) antes de tentar esse *tour de force*. Sua saída teve como causa direta a não aceitação, pelo presidente José Sarney, de sua proposta de redução de déficit público e de reforma tributária apresentada no final de 1987. A reforma tributária visava a um aumento de impostos e redução dos subsídios públicos ao setor privado, dando início a um processo de distribuição de renda.

No meio desse tiroteio, um pouco de teoria. O que é política econômica progressista? Certamente, dizia então Bresser, ser progressista não significa rejeitar a política de exportação ou de controle de déficit público. Não se pode definir pela negativa. O correto seria dizer que, para uma política progressista, o essencial é promover a distribuição de renda, o que, no caso brasileiro, pode ser feito por três caminhos: a reforma tributária, a orientação da despesa do Estado para o atendimento dos mais pobres e a introdução de um "salário mínimo de verdade". Para este último objetivo, ainda como ministro, Bresser conseguiu introduzir o piso salarial nacional, tornando possível aumentar o salário mínimo, desvinculado dos demais salários.

Mais não foi possível, pelos motivos que o leitor verificará. As entrevistas foram editadas — diversos trechos foram suprimidos, ou porque perderam o interesse ou porque eram repetitivos.

Este jornalista agradece a gentileza de colegas e dos jornais e revistas que permitiram a reprodução das reportagens. O professor Luiz Carlos Bresser Pereira pede para acrescentar que apreciou o tom polêmico das perguntas. O debate deixou muitas coisas esclarecidas.

1

JOGO ABERTO

Quando o Ministério da Fazenda já estava vago, em abril de 1987, e seu nome freqüentava a lista dos candidatos ao cargo, Luiz Carlos Bresser Pereira, então secretário de Ciência e Tecnologia do governo de São Paulo, rompeu uma das regras que a praxe política recomendava para essas ocasiões. Um ministeriável, tal é a regra, deve manter o bico calado. Sobretudo, não pode anunciar planos concretos, pois os setores prejudicados, ou simplesmente não beneficiados por tais projetos, logo passam a fazer campanha contra.

A prática não é exatamente democrática. Em circunstâncias normais, deveria ser o contrário: para ser nomeado ministro, o sujeito deveria antes deixar bem explícitas suas idéias e propostas. As condições certamente não eram normais, mas Bresser Pereira sempre havia sido adepto do jogo franco, de falar claro e ir ao debate. Assim, não recusou entrevistas e não fugiu aos temas quentes.

Mostrou suas posições, mas exagerou, sem dúvida, especialmente para um ministeriável da área econômica. Disse que uma inflação de 15% — era, então, o nosso recorde — só podia ser abatida com choque e, que seria preciso desvalorizar o cruzado para incentivar as exportações. A desvalorização foi fácil — aplicou-a imediatamente, antes de esquentar a cadeira de ministro — Quanto ao choque — política aplicada de surpresa — precisou ficar desmentindo e inventando meios de despistar os agen-

tes econômicos. Assim, logo introduziu a regra de que os reajustes de preços poderiam ser aplicados automaticamente pelas empresas desde que não excedessem 80% do Índice de Preços ao Consumidor — IPC, o índice de inflação medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Acima de 80% desse índice, a empresa precisaria solicitar autorização do Conselho Interministerial de Preços — CIP.

Essa seria a política básica de controle da inflação, para o momento. Durante um mês e meio, Bresser Pereira procurou fazer seus interlocutores se esquecerem do choque. Abriu o leque nas entrevistas, introduziu temas polêmicos — como a necessidade de recuperar saldos comerciais e de controlar os gastos do governo, idéias que não pareciam bem na boca de um ministro que se apresentava como progressista e que fora apoiado por setores progressistas do PMDB. E seguiu nesse debate até 12 de junho de 1987, quando lançou o Plano de Emergência, o choque que sempre considerou necessário e que vinha preparando desde o primeiro dia.

Entrevista a Pedro Cafardo, de *O Estado de S. Paulo*, de 26.4.1987.

P.: O Brasil precisa hoje de uma “solução heróica”?

R.: A única forma de acabar com uma inflação de 15% ao mês é através de um choque, e há várias formas de se fazer isso. Mas essa não é a prioridade, ainda temos de conviver algum tempo com essa inflação, equacionar nosso problema externo e nosso equilíbrio interno. Precisamos ver qual é a taxa de crescimento razoável para este ano, o superávit comercial e a redução do déficit público. Depois de fazermos esse plano de estabilização é que devemos pensar em acabar com a inflação inercial¹. Nesse

1. *Inflação inercial*: é um conceito recente, desenvolvido em grande parte por economistas brasileiros. Surgiu da análise da economia de países com inflação alta, por longos períodos de tempo, quando a sociedade cria mecanismos formais e informais para reajustar periodicamente preços, salários e todos os tipos de renda. Surge assim uma *indexação* generalizada, isto é, salários, preços, rendas ficam atrelados a determinados índices de preços. Ficam, pois, indexados, variando conforme os índices de referência. Nessas circunstâncias, mesmo que desapareçam as causas primárias da inflação — como os gastos do governo ou excesso de demanda — continua a haver inflação, porque preços, salários e ren-

intervalo, podemos então tomar medidas que facilitem a adoção de um novo choque.

P.: O que é esse plano de estabilização e quais são as medidas que o senhor propõe?

R.: Em 1986, a inflação forte ressurgiu porque tivemos ao mesmo tempo excesso de demanda e preços relativos² desequilibrados. Precisamos fazer um plano muito parecido como o que o FMI recomenda para consertar isso, com metas mensais e trimestrais. A grande diferença é que em vez de começar dizendo qual deve ser o superávit comercial externo, devemos dizer qual deve ser o crescimento da economia, que eu acho que deve ser de 3%. No ano passado, crescemos demais. Agora, precisamos desaquecer o crescimento para recuperar o superávit, em torno de US\$ 9 bilhões, para poder pagar mais ou menos 50% dos juros dos empréstimos de médio prazo dos bancos privados estrangeiros. Acho que os banqueiros consideram esse número razoável. Podemos fazer um acerto cambial, uma pequena maxidesvalorização³, mas temos que garantir esses dois objetivos: crescimento de 3% e superávit de US\$ 9 bilhões. Não se trata de ceder aos

das são reajustados por índices que mediram variações de preços no passado. A inflação vai por inércia, os preços aumentam hoje porque aumentaram ontem. A inércia mantém a inflação num determinado patamar.

2. *Preços relativos*: tem de haver uma determinada lógica entre os preços das diversas mercadorias. O preço de uma geladeira tem de guardar uma determinada relação com o preço de um vestido. Um carro novo tem de custar mais que um carro usado. Quando há excesso de demanda — uma procura excessiva por determinadas mercadorias — isso eleva os preços dos bens procurados e desorganiza suas relações com os demais produtos. Igualmente, quando o governo controla preços de maneira canhestra, acaba deixando alguns muito baixos, outros exageradamente altos. Os preços relativos estão, então, desequilibrados. Quando equilibrados, a taxa de lucros tende a ser igual em todos os setores, mantendo-se um fluxo regular na atividade econômica.

3. *Maxidesvalorização*: há inflação alta em cruzados, quer dizer, a cada dia a moeda nacional vale menos, compra menos coisas. Não há inflação em dólar — ou há inflação muito baixa —, de modo que a moeda americana mantém seu poder de compra. Assim, é preciso regularmente *desvalorizar* o cruzado em relação ao dólar, para manter estável a relação de poder de compra entre as moedas. Se as minidesvalorizações diárias não são adequadas, o cruzado pode ficar valorizado artificialmente, e isso atrapalha as exportações. Isso porque o exportador recebe cada vez menos cruzados pelos dólares que obtém vendendo seu produto lá fora. Quando a desvalorização cambial fica atrasada, as exportações caem e pode ser necessária uma *maxidesvalorização* para reequilibrar a relação entre as moedas.

credores, mas de apresentar um plano que seja razoável para nós e para eles.

P.: O que explica o atual salto inflacionário?

R.: O salto inflacionário é a conjunção do excesso de demanda com a permanência de preços relativos desequilibrados. Alguns já estavam desequilibrados na época do Plano Cruzado e ficaram mais ainda depois. De dezembro para cá, o que houve foi essa recomposição de preços relativos.

P.: E os salários?

R.: No ano passado, eles foram responsáveis pelo excesso de demanda, mas não há santo que explique que eles fizeram a inflação passar de 2% para 15%. Recompuestos os preços relativos, eles se estabilizaram agora em torno de 15% ao mês: essa é a inflação inercial, o componente de inércia voltou a ser predominante, o que não quer dizer que seja o único. Isso só nos modelos dos economistas. Daí uma solução que pode ser semelhante à do Cruzado. Primeiro temos que estabilizar a inflação e reequilibrar o balanço de pagamentos, são os dois objetivos fundamentais. O correto é combinar na verdade três planos: aquele de crescimento a longo prazo, um de estabilização da inflação e outro de controle administrativo da inflação, que é a nova “solução heróica”. A condição fundamental para isso é um razoável equilíbrio de preços relativos, e tudo que puder ser feito nesse sentido é bom. A máxi pode fazer parte desse ajuste de preços relativos, que devem ser os mais freqüentes possíveis. Os reajustes precisam ser mensais com uma inflação de 15% ao mês, mas a correção tem que ser pela média, não pelo pico, inclusive para os salários. É a única alternativa que pode ser contraposta ao gatilho⁴, sem aumentar o salário real. A média dos últimos três meses é mais do que suficiente para isso.

P.: Como o senhor avalia a questão dos juros?

R.: Em época de inflação alta, os bancos ganham muito e o governo tem obrigação de impedir que tenham lucros excessivos. Agora, a taxa de juros depende da inflação e não o contrário, como muita gente acredita erroneamente. Isso ficou mais uma vez provado com a saída de Fernão Bracher: os juros continua-

4. *Gatilho salarial*: o sistema foi introduzido pelo Plano Cruzado de 28 de fevereiro de 1986. Era uma escala móvel de salários — toda vez que a inflação atingia 20%, os salários eram automaticamente reajustados, nesse nível. Os 20% eram o gatilho que disparava o reajuste salarial. O sistema foi eliminado com o Plano Bresser.

ram na mesma. E a taxa de juros também depende da oferta e da procura de moeda. Não sou favorável a uma política monetária⁵ rígida, mas a uma política fiscal rigorosa. O que deve ser preservado é o nível de liquidez da economia. Claro que precisamos cortar esse déficit público, mas a taxa de juros doméstica não pode ser muito baixa, senão você tem fuga de capitais. Uma política fiscal rígida significa, a curto prazo, cortar despesas. Depois, uma reforma tributária que melhore a distribuição dos recursos entre estados e municípios e entre as diferentes faixas de renda. Isso é da maior importância atualmente, doa a quem doer.

**Entrevista publicada pela *Folha de S. Paulo*,
de 30.4.1987 (entrevista coletiva).**

P.: Como fica a questão da manutenção da moratória externa?

R.: Nós vamos mantê-la até que possamos apresentar um plano de ajustamento da economia brasileira que não seja recessivo, mas que seja coerente. Com base nesse plano, vamos renegociar com os banqueiros. Essa negociação vai ser dura. Não temos nenhum interesse no confronto. Nem eles. Creio que, afinal, chegaremos a um acordo. Ao mesmo tempo, vamos procurar, através do plano de ajustamento, buscar recuperar o saldo comercial brasileiro. Nosso superávit, que era de mais de 1 bilhão de dólares por mês, baixou para menos de 200 milhões. Essa situação é a mais grave no momento e a que tem prioridade neste Ministério.

P.: E a dívida interna⁶?

R.: A dívida interna está sob controle mas, de qualquer forma,

5. *Política monetária*: a ação do governo federal, basicamente através do Banco Central, para controlar a moeda em circulação no país e as taxas de juros. O *nível de liquidez* se refere à quantidade de moeda e de papéis (títulos do governo, Certificado de Depósito Bancário — CDB etc.) em circulação, à disposição do público. Diz-se que a economia está muito líquida quando os agentes econômicos (as pessoas físicas, as empresas) têm muito dinheiro em caixa e em aplicações de curto prazo, disponível, portanto.

6. *Dívida interna*: o governo arrecada impostos e gasta com o custeio de sua máquina administrativa e para investir. Quando gastos e investimentos são maiores do que a receita dos impostos, o governo ou emite moeda para cobrir a diferença ou toma emprestado do setor privado. Quer dizer, emite papéis, títulos — Obrigação do Tesouro Nacional (OTN), Letra do Banco Central (LBC) — que vende

vai crescer agora. Isso por causa da inflação. Espero controlá-la em termos reais. Em termos nominais, enquanto a inflação estiver nesses níveis, ela vai crescer inercialmente.

P.: O gatilho salarial será mantido?

R.: O gatilho salarial será mantido. É uma boa medida para defender o salário dos trabalhadores, desde que a inflação não se acelere. O gatilho está defendendo os trabalhadores, não só por uma questão de justiça, mas também por uma questão de funcionamento da economia. A minha prioridade fundamental é manter o crescimento da economia do país e uma melhor distribuição de renda. Isso será conseguido pelo aumento dos salários reais dos trabalhadores, à medida que aumenta a produtividade, e através de uma reforma tributária que espero que a Constituinte realize e que permita, realmente, onerar os ganhos de capital e permita que este país possa ter uma carga tributária maior e melhor distribuída.

P.: Espera-se que o senhor faça uma administração austera, com atenção nos gastos públicos.

R.: Nós só podemos estabilizar esta economia, só poderemos voltar a ter superávits elevados, se controlarmos os gastos públicos. No controle de gastos públicos há coisas fundamentais e têm apenas o custo de demissão de funcionários ineficientes ou desnecessários. Mas existe um outro custo muito maior, que é cortar investimentos, reduzir a taxa de crescimento da economia. Nós precisamos evitar isso. Neste ano, temos que reduzir a taxa de crescimento da economia brasileira. Vamos fazer isso, inclusive, reduzindo os gastos fiscais. Temos que fazer com que a economia brasileira cresça este ano entre 3 e 3,5%. Essa é uma boa taxa para este ano. No ano passado, a indústria cresceu 12%. Este excesso deixou todo mundo muito feliz. Mas, agora, todo mundo está infeliz. Exatamente porque crescemos demais. A economia é uma coisa muito séria. Dizem até que é a ciência da escassez. Quando a gente quer tudo, acaba ficando sem nada.

P.: Existe algum novo plano de congelamento de preços para se derrubar a inflação?

R.: Isso poderá ser pensado mais tarde. Nossa prioridade, no momento, é, de um lado, obter a estabilização da inflação neste patamar, muito elevado, mas... Do outro, é o de manter o mais

ao setor privado, pagando juros. Os detentores desses títulos são, portanto, credores do governo. Inversamente, o governo tem aí uma dívida, a dívida interna.

indexada a economia, de forma a garantir que os salários sejam preservados, que o sistema financeiro seja preservado, que a poupança seja preservada. Essa indexação também é importante para estabilizar a inflação. Depois disso, temos que providenciar o ajustamento de preços relativos. É preciso que os preços cresçam equilibradamente. Esse ajustamento já está acontecendo naturalmente.

P.: O senhor pretende baixar os juros?

R.: Veja, vou ter uma política de juros os mais baixos possíveis. Mais baixos em termos reais. O juro tem que ser sempre maior do que a taxa de inflação do mês. Se for menor, é negativo. Se isso acontecer, as pessoas que poupam param de poupar. Ninguém vai mais colocar dinheiro na poupança ou em CDBs. Se tivermos juros negativos, o que vai acontecer é que teremos aumento de estoques nas empresas, aumento do preço de imóveis. Pior do que tudo, muita gente estará comprando dólar no mercado negro e haverá fuga de capitais. Tudo isso, com grande prejuízo para o Brasil. Assim, temos que manter positivo o juro real, mas nos níveis os mais baixos possíveis.

P.: O senhor acha possível se resolver, primeiro, os problemas internos econômicos do país sem se discutir a questão da dívida?

R.: Olha, tem gente que acha que se nós resolvêssemos o problema da dívida externa estaria tudo resolvido. Por exemplo, fazendo uma moratória. A moratória está aí e nem tudo está resolvido. Estamos sujeitos a pequenas retaliações do setor internacional; dos bancos privados. Além disso, precisamos, de qualquer forma, de um superávit comercial suficiente para pagar as remessas de lucros e dividendos de assistência técnica e os juros dos bancos oficiais. Então, precisamos de um superávit comercial importante. Ora, para conseguir isso, um superávit de 6 bilhões de dólares neste ano, nós vamos precisar de ordem interna, pois esta e a negociação da dívida externa estão muito relacionadas. Por que os credores dizem tanto que querem um plano de ajustamento? Eles querem que haja uma administração austera internamente que garanta esse superávit comercial. Então precisamos mostrar como conseguiremos isso, com metas a muito curto prazo. São metas que os banqueiros entendem, como as necessidades de financiamento do setor público. Vamos diminuir o déficit do setor público em termos nominais e reais. Vamos ver a base monetária, todas aquelas variáveis que são importantes para eles. São metas que devem ser compatíveis com o crescimento de 3 a 3,5% ao ano.

P.: E a recessão, que, segundo muitos, já chegou?

R.: É muito debate a respeito do assunto. Existem alguns sintomas recessivos, especialmente no setor de vendas ao consumidor, mas na área industrial ainda não estão ocorrendo. Pode-se argumentar que o desaquecimento do consumo ainda não atingiu a indústria, porque as lojas ainda estariam recompondo seus estoques. Mas já faz tempo que isso está acontecendo. Então, há uma certa incerteza entre os analistas econômicos sobre se temos ou não uma tendência à recessão. Que a economia não está aquecida como no ano passado, isso é evidente. A safra agrícola ajudou muito para que a economia se mantivesse forte. A elevação real da taxa de juros desincentiva os consumidores que fazem compras a prazo. Existe um desestímulo aos investimentos por causa de uma fase de instabilidade pela qual a economia passou quando a inflação foi de 2% para 15%. É preciso também ver o seguinte: todos nós ficamos extremamente nervosos, é normal que isso aconteça, quando a economia passa de 2 para 15% de inflação. Mas, depois, a economia se estabiliza. E as pessoas se acostumam. Acho que 15% é muita coisa, mas vamos ter que conviver com essa taxa durante o ano.

P.: Haverá a indexação total?

R.: Vou ver o que ainda não está indexado na economia, que deve ser indexado e vou indexar.

P.: O senhor vai promover uma maxidesvalorização do cruzado?

R.: Eu falei na possibilidade de uma pequena maxidesvalorização. Nas minidesvalorizações você faz a taxa de câmbio acompanhar a inflação. Se você elevar um pouco o deslocamento disso, por exemplo, 5% isso é uma pequena maxidesvalorização. A grande máxi é 30%.

P.: O senhor não teme, com isso, que os exportadores segurem seus contratos, à espera de maiores lucros com essa minidesvalorização?

R.: Os exportadores sempre falam muita coisa. Sempre exageram. É normal que exagerem. Não tenho cálculos sobre esse assunto. Não tenho. O que eu disse aos jornais é que, no plano teórico, quando você tem um desequilíbrio da balança de pagamentos geralmente tem duas alternativas de ajustamento. Pode se conjugar. Pode promover um desaquecimento da economia. E até uma recessão. A outra política é fazer uma desvalorização cambial real, uma maxidesvalorização. Podem-se fazer as duas. Se o desequilíbrio é sério, uma pequena máxi é menos dolorosa para a economia do que uma recessão. Como não quero uma re-

cessão, poderei, eventualmente, fazer uma minidesvalorização. Estou convencido por todas as informações que tenho de que o desajuste cambial no Brasil é pequeno. Seria então uma pequena máxi, que vocês chamam de midi ou mini.

P.: O senhor pode prever como será a inflação este ano?

R.: Não, por enquanto eu estou avaliando a inflação em taxas mensais.

P.: O senhor pretende promover um novo choque heterodoxo?

R.: No momento não há nenhuma intenção de se fazer um choque heterodoxo. Por enquanto, estamos reajustando a economia e temos que equilibrar os preços no patamar que está aí. Vamos ficar por aí.

Entrevista a Marcelo Auler, do *Jornal do Brasil*, de 1.5.1987.

P.: O PMDB lhe fez uma série de recomendações sobre os parâmetros da política econômica. Comparando suas publicações e o que o PMDB diz, há óbvias diferenças.

R.: Não há óbvias diferenças porque o que o PMDB tem dito é que deve haver desenvolvimento econômico. Estou de pleno acordo, tudo o que escrevi na minha vida, tudo o que falei, tudo o que lutei foi para que nós tenhamos uma taxa de desenvolvimento econômico, que é fundamental para o Brasil. Segundo, eles não querem recessão, eu também sou contra a recessão, embora entenda que de vez em quando é preciso ajustar a economia e é por isso que estou falando em crescimento de 3,5% este ano. O crescimento deste ano, portanto, será um ajustamento. E eles entenderam perfeitamente bem isto. Ele são a favor de uma negociação firme da dívida externa e eu também sou a favor. O PMDB jamais declarou que queria repudiar a dívida.

P.: O PMDB sempre se pronuncia a favor de tudo o que é bom, mas precisa admitir ajustes na economia. O senhor que vai cumprir este papel ingrato, de ser mau, de chamar o partido à razão?

R.: Veja, o PMDB é fundamentalmente um partido de políticos, não de economistas. Então, eles expressam muito freqüentemente a demanda da sociedade. Estas demandas são, fundamentalmente, desenvolvimento econômico, não à recessão, controle de preço, não à inflação, negociação soberana da dívida externa. Tudo isto são objetivos plenamente aceitáveis. O problema é co-

mo alcançá-los. Em economia, de vez em quando, você tem que procurar por racionalidade no sistema econômico porque o mercado sozinho não consegue fazê-lo, você precisa apertar o cinto, precisa cortar gastos, portanto, reduzir a taxa de crescimento, porque senão a inflação dispara.

P.: Sobre quem cairia a maior dose de sacrifício, considerando-se o fato de que há um presidente muito preocupado com o seu grau de popularidade e um partido muito preocupado em não perder contato com os eleitores?

R.: Neste processo de ajustamento que começou meio naturalmente no balanço de pagamentos via aumento de inflação, os trabalhadores já perderam um pouco. Eles perderam um pouco porque houve uma queda no salário médio real⁷ devido à mudança da inflação de um patamar de 12% para 15%. Então, eles agora não podem perder mais nada. Não há razão para perder mais. Isso é uma boa notícia, a de que eles não vão perder mais e vão passar a ganhar em produtividade. O gatilho está garantindo o seu salário real...

P.: Mas com atraso...

R.: O atraso faz parte da garantia do salário médio real. Este pequeno atraso é que fez com que eles perdessem um pouquinho. Mas depois desta perda eles não perdem mais. No sistema antigo, semestral, quando se recebia a inflação passada, os 100% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC, se a inflação acelerasse, o salário médio real diminuía. Agora, se a inflação acelerar, o reajuste passa a ser mensal. Então eles estão garantidos e nós vamos manter esta garantia para os trabalhadores. Entre os empresários é importante distinguir dois tipos de empresários. Há os produtivos, que têm empresas e reinvestem seus lucros, e os empresários rentistas, que vivem de juros, de aluguel. Estes é que realmente precisam ser mais taxados, precisam ser mais sacrificados. Se não fizermos isto, realmente não será possível corrigir esta economia.

P.: O senhor fala na necessidade de contenção das despesas. Há uma grita geral em relação ao déficit público, muitas vezes con-

7. *Salário médio real*: no momento em que é reajustado, o salário está no seu pico, no seu valor real mais alto. Depois, à medida que o salário permanece fixo e os preços vão subindo, naturalmente o salário compra cada vez menos coisas. Seu valor real vai caindo, até ser reajustado e voltar ao pico. O salário real médio é assim a média entre o valor do pico e o do ponto mais baixo.

fundida e apontada como um discurso conservador. Como o senhor vê essa questão do déficit público?

R.: É muito perigoso discutir déficit público como sendo conservador ou progressista. Quando o déficit público existe em uma economia em plena recessão, com altas taxas de desemprego, o déficit público é, digamos, uma compensação pela falta de investimentos privados. Ele mantém minimamente a economia funcionando. Quando a economia chega numa fase de pleno emprego, o déficit público é um fator a mais de aquecimento da economia, portanto de desequilíbrio da economia, e aí precisa ser cortado fortemente. É isso que temos que verificar.

P.: E por onde se deve cortar, pelos subsídios?

R.: O ideal para cortar são as despesas de custeio. A primeira coisa que tem que ser feita é ao nível dos estados, que têm que cortar o excesso de funcionalismo que foi admitido recentemente. Imagino que todos os funcionários que foram admitidos em 86 deveriam ser demitidos, a não ser que tenham entrado por concurso. Mas os estados poderiam tomar medidas mais drásticas do que isto para equilibrar suas finanças. Isso para mim é prioritário. Mas nós temos que pensar também em encontrar meios para diminuir as despesas a nível federal.

P.: Com corte de pessoal? O senhor acha que a máquina é muito grande?

R.: É possível, mas primeiro quero conversar um pouco mais com as pessoas do governo federal que lidam com o problema e o conhecem melhor para saber se é possível fazer algum corte.

P.: Pode-se esperar uma reforma do setor financeiro?

R.: Existe uma história corrente de que é preciso fazer a reforma do sistema financeiro. Há alguns economistas que gostam dessa frase. Pergunto para eles: Como? Cadê o anteprojeto? Não existe, nunca vi. O que se falou, logo depois do Cruzado, quando ficou um clima eufórico e achou-se que podiam fazer todas as reformas porque todas eram milagrosas. Falou-se em fazer uma reforma do sistema financeiro para imitar o americano. Mas acho isto irrealista. O sistema americano é um sistema de bancos regionais; aqui no Brasil os bancos são nacionais. Vamos usar bisturi ou machado para transformar os bancos nacionais em regionais? Não faz sentido. A reforma bancária de 64 teve como objetivo criar grandes bancos que fossem fortes e, portanto fáceis de ser controlados pelo Estado. O importante em relação aos bancos é que eles são uma entidade semipública, porque bancos criam dinheiro. Logo, os bancos têm que ser profunda-

mente controlados pelo Estado. Os banqueiros costumam reclamar com freqüência do excesso de regulamentação do Banco Central-BC. Quando fui membro da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN como presidente do BANESPA, em duas ocasiões tive oportunidade de contar a seguinte história quando reclamavam das regulamentações excessivas: pode haver uma ou outra regulamentação excessiva, mas de um modo geral essas regulamentações do BC são importantes para vocês, porque, se não tivermos um sistema bancário muito bem regulamentado, teremos uma crise nele, e as crises no sistema bancário levam, como aconteceu no México, à estatização dos bancos. Logo, a maior garantia contra a estatização é um controle rigoroso dos bancos. E é por isso que temos que desenvolver controles ainda maiores sobre os bancos estaduais. Esse é um problema seriíssimo que temos, porque os bancos estaduais criam dinheiro, criam moeda, porque eles têm déficit, não têm dinheiro para pagar os funcionários, então fazem cheque sem fundo, e quem paga é o Banco Central. Com isso, você está criando dinheiro.

P.: O senhor é um homem que defende o mercado e como tal se coloca contra determinados tabelamentos. O tabelamento do *spread*⁸ é uma solução? Ele resolveu o problema da taxa de juros alta?

R.: Não resolve totalmente, ele ajuda a controlar os juros bancários. Os bancos têm meios de escapar deste tipo de limitação, mas são meio limitados também. O controle do *spread* pode ser uma boa forma de limitar ganhos extraordinários dos bancos. Então, vou manter o tabelamento do *spread*.

P.: Seu antecessor, Dilson Funaro, era quase que um fenômeno de massas, era uma pessoa dominada por um espírito de missão e que veio como ministro da Fazenda prometendo tudo de bom e de melhor. O senhor, ao contrário, parece que tem dado ênfase a palavras como austeridade, ajuste, crescimento menor. O senhor não teme que recaia sobre a sua cabeça o papel do homem mau?

R.: O ministro da Fazenda, em princípio, não deve ser popular. Normalmente, o ministro da Fazenda deve ser uma pessoa que

8. *Spread*: do inglês, margem, diferença. O banco toma dinheiro emprestado de uns e empresta a outros. Paga juros e recebe juros. Paga uma determinada taxa e cobra outra, naturalmente maior. A diferença, a margem, é o *spread*, que teoricamente deve estar relacionada com a capacidade do devedor de saldar seus compromissos.

diz não porque há uma quantidade enorme de demandas sobre ele. Os trabalhadores querem maiores salários, e a demanda acaba sendo, sobre ele, porque para ter maiores salários você precisa autorizar as empresas a aumentarem seus preços via Conselho Interministerial de Preços — CIP. Os funcionários querem maiores salários, e caem em cima outra vez do ministro da Fazenda. Os empresários querem mais lucros, portanto, mais aumento de preços, ou querem mais encomendas, e, portanto, querem que as empresas estatais e grandes repartições gastem mais. Os governadores querem mais dinheiro para as obras e para seus funcionários, novamente caem em cima do Ministério da Fazenda, que tem que dizer não. Alguém que diz não sistematicamente — de vez em quando diz sim, é claro — não pode ser muito simpático. A popularidade, definitivamente, não é o meu objetivo neste Ministério. O que eu espero é fazer um bom trabalho e pôr um mínimo de ordem nesta economia.

2 O CHOQUE

Quando Bresser Pereira assumiu o Ministério da Fazenda, em 29 de abril de 1987, a economia brasileira atravessava uma crise financeira sem precedentes em consequência do fracasso do Plano Cruzado. A inflação crescia explosivamente, os salários reais haviam caído mais de 20% desde o pico de novembro de 1986, o desemprego aumentava, o número de falências e concordatas batia todos os recordes, o superávit comercial com o exterior de 1 bilhão de dólares mensais transformara-se em déficit, as reservas brasileiras esgotavam-se apesar da moratória decretada em 20 de fevereiro de 1987. Para fazer frente a essa crise, Bresser Pereira considerou essencial um novo congelamento de preços.

Em 12 de junho de 1987 foi aplicado o choque, que se chamou inicialmente Plano de Emergência, depois Novo Plano Cruzado e, afinal, acabou conhecido como Plano Bresser. A inflação havia sido de 20,96% em abril, 23,21% em maio, e esperava-se ainda mais para junho.

Os preços foram congelados no dia 12 mesmo, anunciando-se desde logo que esse congelamento duraria três meses. Quanto aos salários, a regra foi a seguinte: no final de junho seria disparado o último gatilho. Depois de reajustados em 20%, os salários também permaneceriam congelados, no mesmo prazo que os preços. Depois de três meses, os salários passariam a ser corrigidos mensalmente, conforme a Unidade de Referência de Pre-

ços — URP, um índice a ser obtido pela média da inflação dos três meses precedentes. A mesma URP seria aplicada três meses e, então, corrigida. O resíduo do último gatilho seria devolvido, após o congelamento, em seis vezes.

A flexibilização dos preços, isto é, o modo de sair do congelamento, foi um dos temas mais discutidos do primeiro mês de vigência do Plano. Esse fora um dos grandes problemas do Cruzado. Mas a questão mais polêmica foi, sem dúvida, a dos salários. O movimento sindical identificou um arrocho nas novas regras e o ministro Bresser teve de dedicar boa parte de suas entrevistas para rebater essa acusação. Ele estava convencido de que, ao contrário, haveria ganho de salário. Hoje, diz, “isso ficou provado pelos números”. Mas, na ocasião, no momento do fogo, dizia: “O salário sobe, vão ter que acreditar nisso à força”.

Todo o foco dessa questão centrou-se na inflação de junho de 1987: ela teria ou não sido eliminada do cálculo de reajuste salarial? A resposta não é simples, pois envolve dois momentos: quando os preços estavam congelados e os aumentos de preços andavam pela casa dos 3% ao mês, repor toda a inflação passada implicaria um forte ganho imediato de salário, com os conseqüentes problemas e aquecimento de demanda; posteriormente, quando a inflação de novo desandou e ultrapassou a marca dos 20% mensais, um nível que fatalmente impõe perdas salariais, repor toda a variação de preços passada tornar-se-ia justo. E aí já não tem impacto significativo sobre a inflação — tudo anda (ou desanda) no patamar elevado.

Os salários de junho de 1987 foram reajustados em 20% — resultado da aplicação do último gatilho. No dia 12 desse mês os preços foram congelados. Quando os salários foram pagos, no final de junho, com o reajuste de 20%, os preços estavam congelados há 18 dias e os dados indicavam que a inflação andava pelos 3%. Naquele momento, os 20% representavam uma recuperação.

Ocorre que a inflação toda de junho viria a atingir o recorde de 26,06% — e, por conta disso, o movimento sindical reivindicava pelo menos um novo reajuste de 20% nos salários de julho, que seria a aplicação do gatilho referente a junho. (O resíduo — a diferença entre os 20% do gatilho e a inflação real — seria pago, de qualquer modo, escalonado mês a mês, após o congelamento.) Ora, a inflação de julho, confirmando a tendência dos 18 dias finais do mês anterior, ficaria em 3%. Aplicar aí 20% de reajuste salarial certamente daria um ganho abrupto e muito ele-

vado para os salários. Justo ou não, o certo é que provocaria o aquecimento de demanda que os autores do Plano Bresser tratavam de evitar, para não cair na armadilha do Cruzado.

Essa foi, então, a argumentação básica do ministro Bresser. E que valeria — como valeu — enquanto a inflação permanecesse baixa. Se continuasse assim, as perdas salariais passadas poderiam ser negociadas em cada data-base e os acertos definidos caso a caso, escalonados, com impacto diluído sobre os preços. Esse acerto caso a caso foi o que de fato aconteceu em diversas categorias do setor privado, quando a inflação de novo disparou. Restou o problema dos empregados do setor público, pois o governo, preso a suas regras, não podia aplicar aquela reposição de 26,06%, que se tornara justa e irrelevante para uma inflação perto dos 1000% anuais. Esse era o argumento de Bresser Pereira, no final de 1988, quando observou que deveriam então pagar aqueles famosos 26,06%.

O congelamento de preços de junho de 1987 foi sempre considerado por Bresser Pereira uma medida de emergência, para resolver a grave crise financeira do momento, não para zerar a inflação. Esta, segundo sua estimativa e de seus dois principais assessores para o congelamento — Yoshiaki Nakano e Francisco Lopes — deveria voltar para um nível de aproximadamente 10% ao mês de dezembro de 1987. Seria impossível zerar a inflação com preços relativos tão desequilibrados no dia do choque, e sem reservas internacionais que permitissem o congelamento da taxa de câmbio.

As entrevistas deste capítulo tratam basicamente do lançamento do Plano, suas justificativas imediatas e as polêmicas do primeiro mês.

Entrevista a Luiz Erlanger e Ribamar Oliveira, de *O Globo*, de 19.6.1987.

P.: Por que o senhor acha que esse plano vai dar certo depois do fracasso do Plano Cruzado I?

R.: Vai dar certo porque não é nenhuma mágica, porque está bem elaborado, bem pensado e porque é absolutamente insuficiente. Isso significa dizer que vai ter que ser administrado em seguida. Todos os dias, todos os meses, como fazem os argentinos e os israelenses, até que um dia desapareçam os vestígios de inflação inercial ou de memória inflacionária neste país.

P.: Como ficará então a questão do corte do déficit e da política fiscal dentro do novo plano?

R.: O Plano Macroeconômico¹ prevê um crescimento esse ano de 5% — 3% do produto industrial — e isso só é viável desde que haja corte do déficit público. O déficit público² está em 6,7% do PIB. Quer dizer, um total de desequilíbrio das finanças públicas, provocada pelo Plano Cruzado I. Só de déficit dos estados temos 2,3% do PIB projetado. Para a agricultura o subsídio é de CZ\$ 100 milhões, previsão para o primeiro semestre. Então, temos que cortar isso. Algumas coisas já foram cortadas via Plano: aumentamos a receita pública, retiramos parte do subsídio, mas vamos ter que cortar mais.

P.: Os críticos afirmam que o governo, até agora, só cortou os sonhos.

R.: Não é verdade. No orçamento de despesas, a SEST (Secretaria de Controle das Empresas Estatais) já fez cortes substanciais nos gastos das empresas estatais. E no orçamento de investimentos dessas empresas também estamos fazendo cortes. Vamos continuar com um investimento pouco maior do que do ano passado — estávamos, se não me engano, com 12,5% de aumento real de investimentos em relação a 1986, baixaram para 4%

P.: Quando se fala em cortar sonhos é porque os projetos que foram cortados, tipo ferrovia Norte-Sul, Linha Vermelha etc., não tinham sido iniciados.

R.: Não. O projeto da ferrovia já estava sendo iniciado e foi suspenso. Então não se pode dizer que é meramente pro forma. Mas é bom registrar que para cortar déficit público, a solução não é demitir funcionários da União, porque tem muito pouco sobrando e o resultado seria mínimo. O que temos que fazer é cortar investimento, aumentar tarifa pública ou aumentar imposto.

P.: O senhor já está preparado para enfrentar os governadores?

R.: Não se trata de enfrentar os governadores, e sim que vou dar o que posso, e não o que não tenho. Não quero criar problemas para os governadores. Mesmo porque a situação financeira dos

1. *O plano macroeconômico*: nesse momento estava sendo elaborado. Seria apresentado oficialmente em 9 de julho de 1987.

2. *Déficit público*: em sentido amplo, a diferença entre o que o governo arrecada com impostos e tarifas e o que gasta com custeio de administração, pagamento de juros e investimentos. *PIB* é o Produto Interno Bruto, a quantidade de bens e serviços produzidos no país.

estados vai melhorar. Eu acho que os governadores têm que ter bem claro que o ano de 87 e, em parte, o de 88, vão ser de arranjo das finanças públicas desse país, e dos seus respectivos estados, em particular. Que eles vão fazer grandes obras e realizações só em 89 e 90.

P.: E a carga fiscal³?

R.: Eu não vou mexer em carga fiscal este ano. A carga fiscal vai aumentar graças à redução da inflação. Mas não está previsto aumento de imposto.

P.: Com esse Plano o senhor acredita no aumento da recessão ou na paralisação do processo recessivo?

R.: Esse plano vai, em primeiro lugar, estancar a recessão e deixar um modesto crescimento para a economia, dentro do meu objetivo de 5%, sendo 3% para o produto industrial. Eu não tenho garantido a sintonia fina para alcançar os 5%, mas é em torno disso que vou lutar. Por que que vai mudar este sinal? Porque vai ter um aumento real de salários dos trabalhadores. Se a inflação for em junho, apesar de todas as desinformações em contrário, em torno de 26% ou um pouco mais, e se a inflação de julho for entre 2 e 3%, os trabalhadores vão ter um aumento médio de salário real de 12% em relação a maio. No mês de junho ainda vão perder porque a inflação vai ser maior que 20%. Vão perder, mas em julho, como terão um aumento de 20%, agora no final do mês, e como a inflação vai ser muito menor, vão ter um ganho muito grande. Em relação a maio o aumento é de 12%, e em relação a junho, que é o pior momento, vai ser de 18% a melhoria. Portanto, essa melhoria de salário médio real para os trabalhadores aumenta o poder aquisitivo deles, que passam a consumir mais. As vendas começam a se recompor por aí. Além disso, os empresários vão ficar mais tranquilos e vão começar investir, devagar, mas vão. Não vejo razão para não investir. Então, a economia volta a reagir, pois estava entrando em parafuso completo. Minha esperança é que quanto mais o setor privado readquirir confiança, mais eu poderei cortar o déficit público, sem prejuízo para o desenvolvimento da economia. Embora haja um problema: eu não posso cortar fortemente os investimentos públicos na área de energia, de aço e de petróleo, porque, se eu cortar, o setor privado não vem no lugar e a econo-

3. *Carga fiscal*: a quantidade de impostos que o setor privado paga ao governo. O peso dos impostos.

mia brasileira, como um todo, precisa crescer nessas três áreas. Temos que fazer esses investimentos. Talvez menos no aço.

P.: Parece que a grande polêmica será mesmo sobre se haverá arrocho salarial. No Ministério do Trabalho, técnicos defendem que o resíduo do gatilho é direito adquirido, garantindo mais um disparo...

R.: Que direito adquirido? Em primeiro lugar não há direito adquirido algum, e, segundo, se quisermos fazer correção de salários de acordo com a inflação passada, num momento em que a inflação baixa de 25% para 2 a 3%, podemos ir para a praia e deixar este país afundar.

Isso resultaria num aumento de salário real tão brutal que repetiria a experiência do Plano Cruzado, senão pior. O que interessa é garantir o salário médio real e fazer uma certa recuperação dele. Para isso você tem que ver o que é que vai dar de poder de compra, o aumento de salário que você tem no final do mês. Então, esses 20% que vamos ter nesse final de mês vão dar um aumento de poder de compra que, já disse, vai ser mais ou menos de 12%. Se a inflação for um pouco mais, vai ser de 10%. Isso é uma bela recuperação de salário real.

P.: Mesmo assim vários economistas dizem que esse é o maior arrocho salarial da história do país. Como o senhor vê isso?

R.: Economista sério eu não conheço nenhum que tenha dito que o Plano provocará arrocho. O que aconteceu é que antes do Plano, em relação ao pico do Cruzado, houve uma redução substancial de salário médio real. Talvez um pouquinho mais do que aumentou entre fevereiro e novembro de 86. Houve um aumento brutal e depois entre novembro de 86 e maio de 87 houve outra diminuição tão grande quanto, ou um pouquinho maior. Com relação a isso não há dúvida: todos, economistas, empresários e trabalhadores estão sabendo.

O que havia no final de novembro era claramente uma incompatibilidade distributiva, ou seja, os salários tinham crescido mais do que o possível, do que a economia permitia, e um dos motivos fundamentais que levaram à inflação foi que, através dela, a economia se ajustou e acertou as coisas. A meu ver acertou até demais, e foi por isso que baixou os salários dos trabalhadores.

Na discussão deste Plano com meus assessores defendi fortemente que houvesse essa recuperação real dos salários. Meus assessores queriam dar a metade do gatilho de julho e insistiam comigo. Foi uma bela briga. Alegavam que iria existir uma grande

transferência de renda dos empresários para os trabalhadores, por causa do último gatilho, enquanto os empresários estariam desde o dia 12 com seus preços congelados. Eles iam ter no final do mês — 18 dias depois — um aumento ainda de 20%. Não tem importância, porque a inflação de junho vai ser um pouco maior do que os 23% do mês anterior e porque os salários já perderam bastante nos meses anteriores. Nesse caso, uma certa recuperação entendendo como razoável. Tudo isso estava muito claro na minha cabeça.

P.: Então não haverá um brutal arrocho?

R.: Não tem arrocho. Houve sim um arrocho feito pelo mercado, nos meses anteriores. O que estou fazendo é um desarrocho. Agora, se os trabalhadores, ou esses economistas brilhantes, que não sei quem são, querem voltar ao pico de novembro, então façam uma proposta por escrito. Assinem embaixo, porque aí será o sinal de irresponsabilidade total deles.

P.: Ainda insistindo no resíduo⁴, que ficará muito diferenciado por categoria. Algumas estão com resíduo de 23%, e outras com 3,2%...

R.: Perfeito. Então você divide 3,2 por seis e no outro caso você divide 23,8 por seis.

P.: Mas, com a espera de três meses, o salário real dessas categorias não vai ficar diferenciado também?

R.: Mas espera aí. Você não quer que eu conserte o passado do dia para a noite. Esse pessoal que tem 23,8% foi prejudicado pelo sistema do gatilho. O pessoal que tem 3,2 não foi prejudicado; quer dizer, vou consertar as duas coisas, mas vou fazê-lo aos poucos.

Tem uma tese por aí que é absolutamente ridícula — acho que foi o Delfim Netto — de que esse plano só veio para esconder o gatilho. Esse plano foi para acabar com a inflação inercial, que estava acabando com o país. Para interromper a recessão, a desorganização econômica e política que a inflação estava causando neste país. Foi para isso. Não foi para acabar com o gatilho.

Recebi cálculos que mostram que se o gatilho continuasse, com a inflação de 24% ao mês, em dezembro os salários dos tra-

4. *Resíduo*: pela regra do gatilho, os salários eram reajustados em 20% toda vez que a inflação alcançava esse índice. Assim, se a inflação fosse a 23%, os salários subiam 20% e restava um resíduo de 3% a ser acertado mais à frente, no dissídio coletivo. O Plano Bresser definiu que o resíduo resultante do último gatilho (20% de reajuste nos salários de junho de 1987) seria pago parceladamente, em seis meses, depois dos três primeiros meses de congelamento de salários e preços.

balhadores seriam 20% mais baixos que são hoje, em termos reais. Imaginem em que caos estaríamos. Com 20% de salários a menos, além do que já perderam até hoje. Então, esse gatilho não serviu em absoluto para defender os trabalhadores.

Vamos que eu tivesse feito o congelamento mas mantivesse o gatilho, em vez de fazer essa fórmula. Seria um absurdo, porque iria ficar durante alguns meses novamente com os salários parados, enquanto, a inflação os corroía. Por outro lado teríamos que aguardar apavorados que algum dia ele disparasse. Quando isso ocorresse, dava 20% de correção e desencadeava a inflação. Por isso optei pelo atual plano.

P.: Não tem no decreto qualquer cláusula que diga que por ocasião do dissídio haverá uma reposição automática de 100% da inflação passada...

R.: Mas não existe mesmo isso. Isso vai ser negociado pelas partes. A inflação não é igual para todos os setores. Então não há razão para você estabelecer essa regra.

P.: O Banco Central fixou a taxa do overnight⁵ em 19,8%. Para algumas pessoas isto foi considerado altíssimo, para outras, baixíssimo. Ninguém sabe, na verdade, o que essa LBC está medindo?

R.: Essa LBC está medindo uma transição entre uma inflação muito alta e uma inflação muito baixa. É isso que posso explicar, mais do que isso não dá.

P.: E a taxa de juro real?

R.: Vai ser mantida firmemente. Para evitar o superaquecimento da economia, a corrida para ativos reais, tenho que ter uma taxa positiva de juros e isso vai ser mantido. Isso eu estou falando desde que assumi o Ministério. Depois que fiz este plano, garanti isso também.

Os autores dos planos acham que um dos erros importantes do Plano Cruzado I foi que eles começaram com uma taxa de juros muito baixa, que acabou sendo negativa durante o ano inteiro.

P.: Ministro, e o FMI?

R.: Estou fazendo um Plano de Controle Macroeconômico. Esse plano está sendo discutido aqui. O Fundo vai discutir o final

5. *Overnight*: os títulos do governo são negociados no *open-market*, mercado financeiro. *Overnight* é a aplicação financeira em títulos do governo por um dia. O tomador compra o título num dia e o vende no outro, ganhando o juro de um dia. É, obviamente, uma aplicação de curtíssimo prazo.

do Plano, o Banco Mundial já está discutindo. Vou fazer o plano como achamos que interessa ao Brasil. Espero que eles tenham boas idéias para nos dar, pois as que não forem boas não vou aceitar.

Nesse plano existe uma base: um objetivo de crescimento de 5% este ano e 6% o ano que vem, e um objetivo de superávit comercial, que precisa ser de no mínimo US\$ 8,5 bilhões este ano e US\$ 10 bilhões no ano que vem.

Dados esses dois objetivos, que acho compatíveis, e as características da economia brasileira, não vou fazer concessão nenhuma. Esse plano vai ser levado ao FMI para efeito do art. 4⁶. O FMI vai ter que fazer um relatório, se possível antes do dia 20 de julho. Esse relatório, espero que seja positivo. Se além disso o Fundo Monetário Internacional tomar iniciativas, que já deram sinais, de que estariam dispostos a tomar, de que aceitam isso como um compromisso do Brasil em relação ao próprio Fundo e ao sistema financeiro internacional, nós poderemos acertar nossa vida com o FMI.

P.: Fazer um acordo formal?

R.: É. Vamos fazer um acordo formal. Mas eles terão que ter essa iniciativa e nos dizer. E aí vamos discutir internamente com meu partido, com o presidente e com a sociedade, se vale a pena ou não. Se a sociedade achar que vale a pena, então fazemos. Se não, não faço. Vamos discutir um pouco isso.

P.: O Brasil tem uma conta alta com eles este semestre...

R.: US\$ 1,3 bilhão aproximadamente que temos de pagar. Além disso, o dinheiro do Japão, do Clube de Paris e dos próprios banqueiros seria facilitado, se houver acordo com o Fundo. Nós somos sócios do Fundo.

P.: O senhor já tem algum cronograma para as negociações externas com os bancos privados ou não?

R.: Com os bancos privados não. Eu tenho intenção de ir em julho aos Estados Unidos, a Washington, levar o Plano.

P.: Precisa de algumas linhas, não é ministro? O senhor já disse que neste ano não se paga juros...

R.: Eu pago todos os juros, que negócio é esse... Refinancio todos os juros⁷. A idéia, em relação aos bancos privados, na situa-

6. Artigo 4º dos Estatutos do Fundo Monetário Internacional.

7. *Refinanciamento de juros*: O país tem de pagar juros aos credores externos. Esses mesmos credores fazem novo empréstimo ao país, com o qual o país paga

ção atual, é o refinanciamento para dois anos. Como é que eu saio da moratória? Estou tão interessado de sair da moratória quanto os credores, desde que obtenha o refinanciamento pleno de meu balanço de pagamentos deste ano e do ano que vem, até 31 de dezembro do próximo ano, o que deve corresponder a mais ou menos US\$ 7,5 bilhões, considerados equilibrados os bancos oficiais. Eu preciso do refinanciamento do principal todo nas bases mínimas que o México e a Argentina conseguiram, e preciso de um sistema de saída para os bancos pequenos, porque não estou disposto a ficar a vida inteira negociando com banquinho.

P.: Mas o senhor não coloca um limite para as reservas que permita ao país sair da moratória?

R.: Vamos fazer uma programação para aumentar as nossas reservas. Dentro do Plano Macroeconômico existe uma programação de aumento de reservas. O número exato ainda não definimos. Teremos que chegar ao final deste ano com reservas maiores e no final do ano que vem com reservas maiores ainda. Porque nossas reservas atuais não são de nível adequado.

P.: O seu Plano foi divulgado exatamente no prazo previsto ou houve uma precipitação?

R.: Foi rigorosamente no prazo. A única dúvida foi se seria divulgado na quinta ou sexta-feira, havendo um momento em que se pensou em divulgá-lo na terça-feira.

Quando assumi o Ministério tinha a perfeita noção de que a única forma de interromper a inflação claramente inercial era através do congelamento.

No dia em que o presidente Sarney me fez o convite, perguntou-me como eu resolveria o problema da inflação brasileira. Respondi que só tinha um jeito, o congelamento, e pedi um pouco de tempo a ele. Falei com o presidente Sarney que estava com o projeto em andamento umas duas semanas depois de tomar posse, e ele aprovou. Depois disso, disse o dr. Ulysses (Ulisses Guimarães, presidente do PMDB) que estava preparando o congelamento. E disse ao general Ivan (Ivan de Souza Mendes, ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações).

aqueles juros. É o refinanciamento. Os credores financiam o pagamento de juros que lhes são devidos e o novo empréstimo se incorpora à dívida principal. O dinheiro, naturalmente, nem sai do caixa dos bancos credores.

P.: Não houve pressão do presidente pelo choque?

R.: Não. Nós estávamos de pleno acordo. Quando eu assumi o Ministério, pelo meu discurso e pela entrevista que dei em seguida, disse que havia a necessidade de duas coisas: uma era fazer uma pequena desvalorização do cruzado e, a outra, assim que tivesse condições, fazer um choque. Aí começou uma onda muito engraçada. A desvalorização do cruzado eu resolvi no dia seguinte, mas o problema do choque — eu tinha feito uma bobagem em anunciar e não devia ter feito isso — a partir da entrevista começaram a fazer remarcação. Aí comecei a negar terminantemente. Parei de dizer os motivos por que não ia fazer e passei a dizer não.

P.: Muitos de seus argumentos para despistar, na ocasião, como a falta de condições para controlar preços, são usados hoje pelos críticos?

R.: Não. Veja que o despiste eu só fiz na primeira semana do meu Ministério, depois eu não dei nenhum argumento. Dizia estar fora de cogitação e não dava mais argumentos. Em vista disso, meu discurso ficava muito estranho, porque eu era franco com a população quanto a meu Plano Macroeconômico, em termos da dívida externa, e tinha uma coisa que eu ficava enrolando, que era uma deflação. Enrolava e pronto.

P.: Não se quis evitar congelamento ao limitar os aumentos a 80% do INPC?

R.: Aquilo foi meramente para acabar com as remarcações, além de segurar a febre daquele momento. Essa, também, era uma forma de aparentar que não queria fazer congelamento e acalmar o pessoal. Tinha dois objetivos com os 80%: um porque era uma boa medida em si mesma, porque freava, porque o sistema de preço estava totalmente liberado. Lá pelo CIP faziam o que queriam. Então dei uma segurada. Em segundo lugar, aproveitei para reduzir o prazo de ajuste de preços de 45 para 30 dias, o que já era preparatório para o congelamento.

Entrevista a *O Estado de S. Paulo*, de 12.7.1987.

P.: O Plano Bresser está fazendo um mês. Que avaliação o senhor faz hoje? Deu certo? Vai dar certo?

R.: O objetivo fundamental do plano de congelamento era interromper a inflação, e foi alcançado. De 25% ao mês, a inflação está baixando para 3% ou 2% talvez.

P.: O senhor já tem essa estatística?

R.: Não. Mas todos os informes sobre o comportamento dos preços no varejo, por exemplo, indicam que estão sob controle. Haveria algum risco no caso de serviços pessoais e aluguéis, mas também aí a coisa está sob controle. Assim, a inflação foi controlada, embora alguns preços tenham sido mexidos. Esse é um congelamento flexível.

P.: Por que esses preços subiram ou foram mexidos?

R.: De propósito. Subiram os preços dos derivados de trigo porque o trigo subiu. Subiram os derivados de leite porque no dia 12 foi aumentado o leite *in natura*. Mas ninguém está dizendo que por causa disso o congelamento fracassou. Pelo contrário, isso é que está dando grande força ao congelamento. Porque é um congelamento flexível e inteligente. Pretende ser inteligente. Os supermercados estão cobrando em média 5% abaixo da tabela de preços oficial. Ora, se o preço médio do dia 12 é o preço da tabela e se os supermercados estão cobrando abaixo da tabela, isso significa que os preços não subiram.

P.: Mas há quem diga que as tabelas foram feitas com preços altos para favorecer os supermercados.

R.: Isso é uma travessura. Eu digo que as tabelas foram bem feitas e não foram feitas para proteger os supermercados. Simplesmente elas traduziram uma dispersão de preços muito grande para alguns produtos.

P.: Mas houve alguns erros.

R.: Que foram corrigidos. Sempre tem algum erro. O fundamental é que, feita a tabela, os supermercados estão obedecendo e, mais do que isso, estão vendendo abaixo da tabela. O segundo objetivo do plano também foi atingido por definição. Era o de recuperar parcialmente as finanças do setor público. Os aumentos dados para energia elétrica, aço e petróleo garantem isso. Por quê? Porque a inflação não acompanhou esses aumentos. Isso é muito importante porque reduz o déficit público.

P.: E a recessão?

R.: O terceiro objetivo do plano era pôr um mínimo de ordem na economia e evitar o caos. A economia estava entrando no caos. Nunca houve uma crise financeira tão grande como a que estávamos vivendo. Nunca houve tanta falência nem tanta concordata. A inflação nunca foi tão alta. Os salários nunca caíram tão depressa e tão radicalmente. E a recessão nunca se desencadeou tão rapidamente como neste ano. Tudo isso era um sinal do caos. Então, o objetivo mais geral do plano era dar uma es-

tancada nesse processo de desorganização da economia em que estávamos entrando.

P.: A recessão, então, já não ameaça mais?

R.: Tenho algumas informações sobre vendas no varejo. Já houve um aumento muito bom na última semana de junho. Na primeira de julho, houve um aumento médio de 23%, vamos dizer, de mais de 20% nas vendas de produtos não alimentícios no Brasil inteiro. Estou falando, na verdade, da semana que vai do dia 27 de junho a 2 de julho.

P.: Por que isso está acontecendo?

R.: Por dois motivos. Primeiro por causa dos salários. Os trabalhadores já estão recebendo os salários com 20% de aumento do último gatilho, enquanto os preços continuam congelados. Esse é o aumento de salário real que eu estou anunciando há muito tempo, que ninguém acredita mas que vão ter de acreditar à força. Não é bem à força. Vão ter de acreditar na prática. Porque o poder aquisitivo aumentou realmente. Neste mês de julho, os trabalhadores e a classe média vão comprar mais. Então a recessão já está sendo parcialmente superada. Só que para isso chegar à indústria, demora. O segundo motivo é o fato de que a taxa de juros baixou.

P.: Só a taxa nominal.

R.: Sim, mas isso é fundamental para permitir as compras a prazo.

P.: E a greve anunciada pelo movimento sindical?

R.: Eu acho que não vai sair greve exatamente porque eu não acredito em apelos e sim em racionalidades. Os trabalhadores vão perceber que graças a esse plano eles evitaram uma queda ainda mais violenta de seu salário real, que estava acontecendo. Evitaram também um desemprego muito maior. Já têm até perspectiva de começar a aumentar o seu emprego. Então só se forem loucos vão fazer greve. Eles decretaram uma greve para dois meses depois. Eu acho que essa greve não é para valer. Eles quiseram dar esse tempo para ver o que vai acontecer. Acho isso razoável. Mas espero ter tempo até lá para convencê-los de que eles não perderam nada, inclusive porque não havia intenção de prejudicá-los. Nem interesse. Às vezes existe esse interesse e os formuladores da política econômica apertam para o lado mais fraco. Mas agora não havia necessidade.

P.: Por que não havia?

R.: Porque eu não tinha e não tenho necessidade de provocar uma recessão. A recessão já estava em curso. Eu tinha necessida-

de de estancar a recessão, que ia ser muito grande. Não tinha necessidade de arrochar salário.

P.: E o plano para a dívida externa?

R.: Em relação aos bancos eu pretendo terminar a moratória no momento em que conseguir fazer o refinanciamento total da dívida com um *spread* que eu imagino deva ser zero.

P.: Zero?

R.: É, isso é o que seria razoável.

P.: Mas eles cobram 0,8% do México...

R.: É. Eles cobram 13/16% do México. Mas eu acho que seria razoável dar zero para o Brasil.

P.: Por quê? Nós somos melhores do que o México?

R.: Não. Nós não somos melhores do que o México. Por um motivo muito simples. Eles não estão dando um desconto de 37% na nossa dívida? Então, por que não tiram nosso *spread* de alto a baixo⁸?

P.: E o que eles ganham com isso?

R.: Depois eu respondo isso. Além de zerar os *spreads* eu digo que só saio da moratória quando tiver o financiamento dos juros de 1987 e 1988. Ainda quero uma terceira coisa, o esquema para ficar livre dos pequenos bancos. Por fim, uma redução paulatina dos créditos e débitos das agências dos bancos brasileiros no exterior?

P.: O que o senhor vai fazer em Washington?

R.: Vou apresentar meu plano, ou melhor, o plano do país, e restabelecer contato com eles. Serão as primeiras conversações para restabelecer nossas relações com o FMI etc. Mas não pretendo fechar nada, assinar nada. Não há necessidade disso. Nem eles têm necessidade e muito menos nós.

8. Um banco credor do Brasil tem um papel, um título da dívida, espécie de promissória. Digamos que o banco tem um papel no qual se diz que o governo brasileiro pagará, naquele título, um milhão de dólares em 1995. O título vence em 1995, até lá o país pagando só os juros. O banco detentor desse título pode vender esse papel para outro banco, dando um desconto — quer dizer, vende um título de um milhão por 600 mil dólares, dando, portanto, um *desconto* de 40%. O *desconto* (ou *deságio*) varia conforme a confiabilidade do papel. Se o país devedor está pagando juros em dia, e sua economia mostra condições de saldar a dívida integralmente no vencimento, então praticamente não tem *deságio*. Ao contrário, o desconto vai aumentando quanto mais complicada for a situação. Hoje, todos os títulos de países do Terceiro Mundo são negociados com *deságio*, pois é cada vez maior a convicção de que sua imensa dívida externa é impagável, ou que o possível já foi pago. O desconto levaria assim a dívida a seu valor real.

P.: E se eles exigirem o fim da moratória para iniciar negociação?

R.: Então não tem negociação. Não tem.

P.: O senhor pode responder agora? O que é que os bancos ganham com isso? Qual a vantagem que eles têm em aceitar tudo isso?

R.: Primeiro, que regulariza a situação deles conosco e eles passam a receber os juros integrais desde que nos financiem uma parte desses juros. A segunda é que eles recebem.

P.: Recebem dinheiro?

R.: Sim. Este ano infelizmente eu não posso pagar nada para eles. Mas no ano que vem eu posso.

P.: Quanto?

R.: Sei lá, 40% do que devemos em juros mais ou menos, talvez 50%. Nós devemos para os bancos privados US\$ 5 bilhões ao ano. Isso quer dizer que eles vão receber US\$ 2 bilhões. Já é algum dinheiro. Se continuarmos em moratória não recebem nada. Além disso, poderei também regulamentar o sistema de conversão de dívida em capital⁹, que interessa a eles.

P.: Interessa mais a eles do que a nós?

R.: Acho que interessa também a nós. Desde que sob controle. Desde que sejam estabelecidas prioridades, porque nós queremos fundamentalmente investimentos novos, orientados para projetos que produzam divisas para o país.

P.: O senhor imagina uma inflação ascendente no ano que vem?

R.: Ela pode ser ascendente, pode ser estável, pode ser descendente, pode começar ascendente e depois dar uma parada. Existem várias alternativas. Mas é perfeitamente possível mantê-la sob um razoável controle. Isso desde que se faça uma redução do déficit público e desde que se consiga controlar a quantidade de moeda na economia.

O importante também é manter a taxa de juro baixa. Para isso, se o setor privado passar a investir por conta própria, então eu tenho que baixar o déficit público fortemente. Porque caso contrário os recursos serão disputados pelos investidores de um lado e pelo governo de outro, o que eleva as taxas de juros. Mas

9. *Conversão*: o banco estrangeiro tem um crédito de um milhão de dólares para receber do Brasil. Vai então ao Banco Central, entrega seu título de crédito e recebe cruzados equivalentes, para investimentos em algum empreendimento no Brasil. É a conversão de dívida em investimento (capital). É normalmente feita com deságio.

se o setor privado não estiver investindo, então eu não preciso cortar tanto o déficit público, porque não vai haver essa disputa. E o déficit será financiado sem pressionar a taxa de juros para cima.

Entrevista a Otávio Frias Filho e Matinas Susuki Jr., da *Folha de S. Paulo*, de 12.7.1987.

CRESCIMENTO

Bresser: A idéia básica do Plano Macroeconômico é estabelecer uma série de metas e fazer com que essas metas sejam coerentes umas com as outras, de forma que você possa ter uma visão macroeconômica para o Brasil e seu desenvolvimento nos próximos anos. Os objetivos fundamentais são: um crescimento este ano de 5%, no próximo ano de 6% e nos demais anos de 7%. Um superávit comercial este ano de US\$ 8,6 bilhões e nos próximos anos de dez. Um aumento dos investimentos de 19,5% do PIB em 87 para 24% em 91. Nesse crescimento de investimentos a idéia é fazer com que os investimentos públicos sejam mantidos aproximadamente em torno de 7,5% do PIB, durante o período, enquanto que os investimentos privados aumentem consideravelmente. Com relação ao Fundo Monetário Internacional eu fiz questão de que o Fundo estivesse aqui durante a elaboração final do Plano, para que eles pudessem dar sugestões, discutir conosco. Eles conhecem muito macroeconomia, têm economistas muito competentes lá, então não havia nenhuma razão para que nós não conversássemos com eles. Eu acho que a nossa equipe aprendeu alguma coisa com eles, mas continua a diferença. A diferença maior foi em relação ao déficit público, que eles queriam que fosse consideravelmente menor tanto este ano como principalmente o ano que vem. O ano que vem talvez nós consigamos um déficit público menor do que esse, mas ninguém pode ter certeza. Nós não queremos garantir nada que não possamos conseguir.

SUCESSO DO PLANO

Bresser: Eu acho que o Plano está correspondendo basicamente a tudo o que eu esperava dele: a inflação foi realmente

controlada, os salários reais deixaram de cair e em seguida tiveram uma recuperação, a economia parou de entrar na recessão e começa a ter uma recuperação. A crise financeira causada pela alta de juros nominal, que levava à insolvência as empresas que não conseguiam aumentar seus preços na mesma proporção da inflação, também está bem diminuída. Por enquanto, tudo são rosas. É claro que nós vamos ter problemas complicados pela frente. É claro que existe uma insatisfação dos trabalhadores, que vai ter que ser enfrentada. Os trabalhadores brasileiros estão extremamente desinformados a respeito do que aconteceu com os salários reais deles. Eu confesso que o DIEESE (Departamento Internacional de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) não ajudou nessa história, atrapalhou, porque inventou uma perda real para os trabalhadores de 37%, que não se explica por nenhum cálculo. O DIEESE tem economistas competentes, alguns deles amigos meus pessoais, mas não há forma que me faça entender aqueles 37% que eles inventaram de queda do salário médio real provocada pelo Plano de Congelamento. Então, eu vou ter problemas por aí.

Com os empresários vou ter problemas também. Todos eles dizem que estão com seus preços atrasados. Não há um setor que não diga que seus preços estejam atrasados. O que é um absurdo. Se você tem uma determinada inflação e você congela um dia, alguns têm que estar com os preços atrasados e outros adiantados por definição e na média os atrasados e os adiantados se neutralizam. Não há associação de empresários que chegue na minha sala ou na sala do CIP e que não diga que os preços deles estão atrasados em porcentagens incríveis. Então vou ter problemas com eles, mas vou enfrentar, amavelmente. Isso faz parte do jogo.

DÉFICIT PÚBLICO

Bresser: O aumento do investimento privado será possível na medida em que se reduza o déficit público e os recursos que o setor privado está hoje utilizando para financiar o setor público, através do mercado aberto e do *open*, passem a ser utilizados fundamentalmente para que não saiam do investimento do próprio setor privado. Para isso é fundamental que haja um aumento da capacidade de poupança no setor público, o que eu acho que é a arma estratégica do Plano. A capacidade de poupança do setor público, que em 87 é estimada em 0,5% negativo, deve-

rá subir para aproximadamente 5% em 91. O que é mais ou menos a metade do que foi em meados dos anos 70. Logo que a nova equipe assumiu o governo nós verificamos que o déficit público subiu para 6,7. Subia de 3,7 do PIB em 86 para 6,7, este ano, o que era uma situação insustentável e que decorreu fundamentalmente do desequilíbrio do Plano Cruzado. Então, nós colocamos como meta reduzir esse déficit público de 6,7% do PIB para 3,5%, o que é muito difícil, porque uma boa parte desse déficit já está realizada. Boa parte, por exemplo, das despesas financeiras dos estados já está feita. O desequilíbrio causado pelo subsídio creditício à agricultura já está feito, mas apesar disso nós estabelecemos como objetivo 3,5%, e esperamos alcançar esses 3,5%. É um déficit ainda alto, mas para as circunstâncias, ou seja, só metade do ano para trabalhar, é difícil. Para o ano que vem o déficit público está previsto ser 2,2% do PIB. Talvez até o começo da semana nós alteremos isso para 2%, mas é por aí. O que eu tenho defendido muito em relação ao déficit público brasileiro é que ele é estrutural, não é uma coisa de dois anos. Nos últimos dez ou quinze anos a capacidade de poupança do governo brasileiro caiu violentamente, de 8 a 9% do PIB para zero, e os investimentos, ainda que caíssem um pouco, continuaram sendo alocados, porque o Brasil tem que investir fundamentalmente em energia elétrica, em aço, que são investimentos apenas essenciais.

Por outro lado, o setor privado desenvolveu um superávit estrutural. Ele manteve a sua capacidade de poupança em torno de 17% do PIB, e seus investimentos são inferiores a isso, 12% do PIB, mais ou menos. Quer dizer, o setor privado tem condições de financiar o setor público. A grande preocupação do FMI é que um déficit público alto implique retirada de recursos do setor privado, o que impede que eles invistam, não só porque tiraram os recursos mas, principalmente, porque se eleva a taxa de juros. É o chamado *crowding out*¹⁰, é a elevação da taxa de juros decorrente do fato de que o setor público está sendo financiado pelo setor privado. Acontece que aí há um erro da parte do FMI, pode acontecer o *crowding out* mas ele acontece quando o setor

10. *Crowding out*: o governo financia seu déficit colocando papéis no mercado, que são adquiridos pelo setor privado. Esse empréstimo de grandes volumes de recursos do setor privado para o público é o fenômeno *crowding out*, que tem como principal consequência a elevação da taxa de juros, devido à grande demanda de recursos por parte do governo.

privado está querendo investir e ao mesmo tempo o setor público está disputando recursos para cobrir o seu déficit. E quando o setor privado não está querendo investir? Ele empresta o setor público, através do *open*, a uma taxa baixa de juros. Não há portanto o *crowding out*, ou seja, a elevação das taxas de juros em termos reais, que impede, afinal o investimento privado. Foi o que aconteceu no ano passado, por exemplo: apesar de um déficit público elevado o setor público foi financiado plenamente e o setor privado investiu.

REDISTRIBUIÇÃO

Bresser: O que se quer é aumentar a capacidade de poupança do Estado e aumentar as tarifas públicas e, mais adiante, através de uma reforma tributária que onere, realmente, os ricos e não os pobres. Este é desafio fundamental do PMDB: ser capaz de fazer uma reforma tributária que onere os ricos e não os pobres.

PROGRAMA DO PMDB

Bresser: O programa do PMDB é uma coisa bastante geral e, portanto, flexível para caber em muitas adaptações da realidade concreta. A escala móvel de salário, por exemplo. Eu disse na Câmara dos Deputados: eu já fui a favor da escala móvel, mas verifiquei na prática que não funciona. Existem dentro do PMDB certos setores que pensam de acordo com os anos 50, que têm um nacionalismo típico dos anos 50. Havia na época uma teoria que dizia que o capital estrangeiro estava aliado à oligarquia agrário-mercantil, principalmente cafeeira, exportadora, contra a industrialização.

Era a análise do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e do PCB. Isso não correspondeu à verdade, as empresas multinacionais vieram fazer investimentos fundamentalmente na indústria, de forma que aquela idéia de que o capital estrangeiro era antiindustrializante — o que era verdade, digamos, nos anos 30, 40 — deixou de ser nos anos 50. A idéia de basear toda a industrialização brasileira na substituição de importações, que foi uma estratégia boa para o Brasil nos anos 30, 40, 50, esgotou-se. A crise que começa nos anos 60 foi classicamente analisada por Celso Furtado e depois por Maria Conceição Tavares como uma crise do esgotamento do modelo de substituição de im-

portações. Nós tínhamos, a partir daquele momento, que começar a exportar.

Temos economistas do PMDB ainda hoje achando que o fundamental é voltar-se para o mercado interno, quando a forma correta de aumentar o mercado interno hoje é exportando. Isso já é verdade desde os anos 60. Existem algumas idéias, que não estão em programa nenhum do PMDB, mas algumas idéias assim populistas a respeito de política econômica. Por exemplo, que salário não faz inflação. Essa afirmação é ridícula, quer dizer, salário pode causar ou não causar inflação. Durante o período autoritário, o governo dizia que o salário estava causando inflação, quando ele estava aumentando muito menos do que a inflação. Agora, em outros momentos o salário aumenta mais e na frente da inflação, e aí provoca inflação. Eu não conheço nenhum economista respeitável que negue isso, no entanto, em certos círculos do meu partido, a idéia de que o salário não causa inflação é uma espécie de dogma.

POPULARIDADE

Bresser: O fracasso do Cruzado foi a maior decepção da história do Brasil, a meu ver superior à decepção da renúncia de Jânio Quadros. E uma decepção dessas leva a um desgaste político do governo muito grande. À medida que esse Plano novo de fiscalização seja bem-sucedido, pode-se esperar uma razoável recuperação do prestígio do governo. Mas eu não estou disposto a desenvolver uma política econômica que tenha como objetivo fundamental aumentar a popularidade do governo. Se eu fizesse isso, os resultados seriam altamente negativos para o país e para o próprio governo, em última análise. Foi esse tipo de atitude que levou à *débâcle* no ano passado. Existe um certo imediatismo, da parte de todo mundo, em matéria de resultado da política econômica. Está todo mundo querendo ver a expansão da economia já. Eu acho que ela está acontecendo. Mas eu até tinha vontade de que não acontecesse para ver se o povo brasileiro, se os empresários, se os políticos têm um mínimo de capacidade de resistência, quer dizer, de saber que se em certos momentos é preciso fazer sacrifícios, vamos fazer sacrifícios. Este Plano não vai ter o sucesso popular que teve o Plano Cruzado. Primeiro, porque a inflação não vai ser zero, vai ficar um pouco maior que zero. Segundo, vou fazer o possível para evitar uma expansão de demanda como houve o ano passado. Há uma atitude assim de

aposta. A aposta de que o povo brasileiro é capaz de agüentar essa coisa, que o empresariado é capaz, que os políticos são capazes, de forma que vão acabar aceitando esse tipo de racionalidade e, afinal, daqui a algum tempo — mas daqui a algum tempo — o governo Sarney terá uma excelente popularidade.

FLEXIBILIZAÇÃO

Bresser: Em agosto haverá alguma flexibilização de preços. Mas, essa idéia de que você passa do período de congelamento para a flexibilização assim de maneira abrupta não vai acontecer. Até isto vai ser flexível: a passagem do congelamento para a flexibilização. Muita coisa vai continuar basicamente congelada, mas se vai começar a fazer mais ativamente o acerto dos preços relativos. É possível que os salários já comecem a aumentar em agosto, moderadamente. E os preços de algumas mercadorias, não de todas.

FMI

Bresser: Em relação ao Fundo Monetário Internacional, eu farei essa visita ao Fundo e às demais instituições em Washington, e vamos aguardar o relatório do Fundo nos termos do artigo 4.º do Estatuto do Fundo e nos termos do acordo que fizemos com ele em novembro do ano passado. Só depois desse relatório é que vamos discutir um acordo formal, que não deverá ser para breve, porque nós primeiro pretendemos negociar com os bancos. Os bancos têm uma idéia de que, quando fazem um acordo com um país, eles devem fazer desembolsos trimestrais se houver acordo com o Fundo. Entendem também que se o Fundo suspende seus pagamentos porque o país não atingiu uma determinada meta, eles também suspendem os seus pagamentos. Ora, isso é inaceitável para o Brasil, totalmente inaceitável. O que podia ser chamado de *close to default* (próximo da declaração de inadimplência), eu não sei se esse nome é bom. O Brasil só fará acordo com os bancos sem nenhuma condicionalidade, como eu já disse, a não ser a de que nós paguemos os juros. E não só deveremos fazer qualquer acordo com o Fundo depois de discutir bastante com a sociedade, mas depois que tivermos feito acordo com os bancos. Seria interessante fazer um acordo com o Fundo porque somos sócios do Fundo, porque o acordo nos daria algum recurso adicional, porque o acordo nos facilitaria um acor-

do mais duradouro com o Clube de Paris, o que também nos interessa, e porque nos facilitaria a obtenção de recursos do Japão, que dizem ter dinheiro. Nós negociamos a dívida se tivermos assegurado um certo fluxo de poupança externa para o Brasil, que está prevista no Plano. Significa que nós só sairemos da moratória se tivermos um aporte de financiamento de juros correspondente a aproximadamente US\$ 7,4 bilhões em 87/88.

SALÁRIO MÍNIMO

Bresser: É uma posição muito firme do governo que a distribuição de renda no Brasil é muito desigual e que essa desigualdade não ocorre apenas pelo fato de que lucros, juros e dividendos são desproporcionalmente altos em relação aos salários. Ocorre também porque o leque salarial, a distribuição intra-salários, é muito desigual, a diferença entre o menor salário e o maior salário é uma loucura. No setor público chega a ser duzentas vezes, se pegar as grandes empresas é maior ainda. Isso é um escândalo. Como reduzir isso? Uma das coisas é através da elevação do salário mínimo, mas desde que o salário mínimo seja desvinculado dos demais salários. E para isso então existe a idéia de se criar um piso salarial nacional, que seria a remuneração mínima que os trabalhadores deveriam receber. E manter o salário mínimo como salário de referência, ao qual permaneceriam vinculados os outros salários. Agora, esse salário mínimo de referência aumentaria de acordo com o aumento da inflação, enquanto o piso salarial nacional poderia ser aumentado gradualmente. O objetivo que nós devemos ter e que a equipe econômica acha razoável, é dobrar o salário mínimo em quatro anos, em termos reais, gradualmente, a partir de mais ou menos 5% ao trimestre. Cinco por cento ao trimestre dá 21% ao ano e dá pouco mais que o dobro em quatro anos.

AS TESES POLÍTICAS

A inflação de junho de 1987, *puxada* inclusive pelos aumentos de preços prévios ao congelamento, sobretudo das tarifas públicas, bateu o record nacional, com 26,06%. Mas a inflação de julho já foi motivo de comemoração, 3,05%. O choque funcionava mais uma vez. A economia, depois da grande crise do primeiro semestre, voltava a um razoável equilíbrio.

Com esse bom resultado — e a relativa calma conseqüente — a política econômica começava a tentar sair do ritmo de emergência. Nas entrevistas deste capítulo, Bresser Pereira começa a apresentar mais concretamente suas propostas para uma nova política industrial, privatizações, abertura da economia para o exterior, modernização capitalista e distribuição de renda.

Foi uma espécie de interregno, ou de preparação para a batalha da dívida externa, que logo começaria.

Entrevista à revista *Senhor*, de 30.7.1987.

P.: O governo Sarney está gerindo a economia através de pacotes que num primeiro momento criam esperanças e, depois, só fazem aumentar as frustrações. Não seria o momento de interromper essa prática e dar a medidas como o Plano Bresser o seu verdadeiro sentido, ou seja, o de arrumar provisoriamente a casa para que o país possa fazer reformas consistentes?

R.: O congelamento é muito importante porque tem como objetivo combater a inflação. A *Folha de S. Paulo* fez recentemente um editorial excelente com um título equívocado: o que falta ao Plano Bresser. E sustentava que falta uma política de distribuição de renda, uma redução das disparidades salariais e o aumento dos impostos sobre os mais ricos. Isto falta à política do governo como um todo. Não é uma deficiência do Plano Bresser. O Plano visa exclusivamente fazer a inflação baixar de 25% para 2%. A nossa tese é que caindo a inflação, se reduzirá a crise financeira e a recessão será estancada, pois a livre empresa sentirá mais segurança na economia. Houve vários erros no Plano Cruzado. Um deles foi que a população, os empresários e os seus próprios formuladores o compreenderam como alguma coisa que visava fazer a redenção do Brasil. Não só seguraria a inflação, mas distribuiria a renda e resolveria todos os problemas internos. Não era verdade. O problema do desenvolvimento econômico e da distribuição da renda, que são fundamentais neste país, têm que ser tratados separadamente. Breve o Plano de Metas do governo estará pronto. Tem algumas relações com o congelamento, mas será muito diferente. Nele serão definidas a política industrial e os objetivos de longo prazo da economia brasileira. O congelamento atual faz parte de um plano limitado. Não podemos confundir-lo com o Cruzado para que não saia tudo errado novamente.

P.: É claro que há limites. A questão é como rompê-los. O grande problema do Cruzado é que caiu no vazio. Não foi acompanhado de reformas estruturais nem de investimentos das grandes empresas e do setor público.

R.: Eu acredito que a longo prazo a coisa mais importante para a economia brasileira é que o governo tenha uma política econômica estável e previsível pelos empresários. Agora, estabilidade exige que o Estado admita que o mercado tem as suas próprias regras e que é necessário deixá-las funcionar até um certo ponto.

P.: Essa estabilidade econômica pode existir sem que o país encontre uma fórmula para renegociar a dívida externa?

R.: Vamos precisar de US\$ 4 bilhões este ano e cerca de US\$ 3 bilhões no próximo ano. São recursos fundamentais para nós. São indispensáveis para que o país pague os juros da dívida, saia da moratória e cresça 5% ao ano. Se os credores concordarem, sairemos da moratória desse jeito. Suponhamos que eles não concordem. Que não queiram fazer negócio. Então, nós persistiremos na moratória e obteremos de qualquer forma os novos re-

cursos. Os investidores brasileiros não precisam ficar preocupados com isso. Eles podem investir tranqüilamente independente ou não de negociação. Pessoalmente, espero que a negociação dê certo. Estou fazendo força nesse sentido.

P.: O problema é que mesmo com negociação o país continuará no dilema de como pagar e ao mesmo tempo investir, não?

R.: O Plano de Controle Macroeconômico que estamos terminando de elaborar deixa claro que podemos crescer 6% este ano e 7% no próximo ano. É uma previsão compatível com o superávit comercial de US\$ 8,5 bilhões em 87 e de US\$ 10 bilhões em 88. Esses números significam que teremos um déficit em conta corrente de aproximadamente US\$ 3 bilhões. O que precisaremos fazer internamente para compensá-lo? Aumentar a poupança interna¹. Ela caiu muito nos últimos anos. O superávit comercial é muito importante para a soberania nacional. Sem ele, não podemos fazer moratória nem negociar com os credores. Mas o aumento da poupança interna também é vital. Principalmente no setor público. Aí é que entra uma questão fundamental: quais são os problemas estruturais da economia brasileira? São dois: um é a dívida externa, o outro é a redução da capacidade de poupança do setor público. Em meados dos anos 70, o setor público tinha uma capacidade de poupança de mais ou menos 8% a 9% do PIB, e esta foi reduzida a zero entre 1984 e 1985. O setor privado não. A sua capacidade de poupança era de 16% a 17% do PIB e se manteve. Não estou aí incluindo a capacidade de poupança do setor externo da economia. As conseqüências dessas mudanças foram a queda dos investimentos públicos de 10% para 6% do PIB e o financiamento do déficit público pelo superávit do setor privado. Essa situação tem levado ao crescente endividamento do setor público que felizmente no momento não é maior do que o crescimento do PIB, mas é preocupante. Daí a importância que passa a ter a recuperação da capacidade de poupança do setor público.

P.: Como?

R.: Fundamentalmente, aumentando as tarifas e os impostos. Teremos de fazer isso nos próximos anos. A redução da capaci-

1. *Capacidade de poupança do Estado ou do setor público*: capacidade do Estado de gerar recursos para investimentos próprios ou para financiar investimentos do setor privado. Quando se fala em poupança interna, o termo se refere à capacidade do Estado mais a do setor privado em gerarem recursos para investimentos.

dade de poupança do setor público resultou da liquidação real da carga tributária líquida do país.

P.: O problema estrutural do país é que passou de importador a exportador líquido de capital?

R.: Essa conversa sobre transferência de recursos é equivocada. O que interessa é o seguinte: o Brasil dos anos 70 fez uma grande dívida, mas também grandes investimentos. Esses investimentos permitem que tenhamos um superávit comercial de mais ou menos US\$ 10 bilhões, como demonstrou brilhantemente o economista Antonio Barros de Castro na *Economia em marcha forçada*. Agora, esse superávit não será assegurado e a economia não poderá crescer 6% a 7% se não formos capazes de aumentar a poupança da economia brasileira, sobretudo a poupança pública.

P.: Os empresários insistem que sem desestatização não haverá aumento das poupanças públicas. Como o senhor vê essa postura?

R.: A campanha contra a estatização deve ser entendida de maneira muito dialética. De um lado é boa por dois motivos: nos anos 70 foi uma forma de os empresários se expressarem contra o regime autoritário e hoje porque nos mostra que o setor estatal é grande demais e em parte deveria passar para o setor privado. É uma conclusão lógica: o setor privado tem poupança e o setor público não. Mas de outro lado essa campanha contra a estatização é muito perigosa. Ela pode manietar o Estado e as empresas estatais e com isso inibir a ação do Estado, que é responsável por todos os investimentos em infra-estrutura fundamentais para o país: transportes, petróleo, aço e energia elétrica. A campanha pode fazer com que o Estado fique sem recursos. O seu resultado final pode ser negativo. Ignácio Rangel, que é um grande economista, há dez anos vem dizendo o seguinte: O Brasil é um país com problemas de capacidade ociosa, excesso de recursos financeiros no setor privado e falta de recursos no setor público. Para ele, a solução é a privatização do setor público. Ele está com a razão.

Nós temos de privatizar parte do setor público e aumentar a sua capacidade de poupança. Se continuarmos gritando contra a estatização, vamos continuar equivocados. Essa é uma batalha já superada.

P.: Por onde se deveria aumentar a privatização do setor público?

R.: Primeiro, é preciso verificar o que mais interessa ao setor privado.

P.: Ou diagnosticarem-se os setores onde o setor público é menos eficiente?

R.: O setor público não é ineficiente. Em certos casos, o setor privado pode até ser mais eficiente. Mas de um modo geral a eficiência das estatais é até muito maior do que se apregoa. O problema é que o setor público não tem dinheiro. A saída é negociar com o setor privado. De que maneira? Talvez, a indústria siderúrgica pudesse ser o ponto de partida para a privatização. É competitiva.

P.: Transporte urbano e telefonia poderiam ser privatizados?

R.: Parte do sistema de transporte já é privado. Acharia ótimo se as ferrovias pudessem ser privatizadas. A dificuldade é que teríamos de garantir tarifas que proporcionassem uma remuneração mínima à iniciativa privada e, paralelamente, dar garantias à comunidade de que a ineficiência seria punida. É difícil estabelecer regras nessas condições. O projeto de privatização é muito complicado. Há complicações de ordem administrativa, de ordem econômica e de ordem jurídica.

P.: Todas essas dificuldades não estariam relacionadas com fatores de ordem política e a incapacidade de tomar decisões?

R.: Não. Vamos esquecer essa mania de dizer que tudo é político. Desta forma, todos os problemas poderiam ser resolvidos através da vontade soberana dos homens. Quando os problemas são estruturais, a vontade soberana ajuda mas não é tão decisiva assim. Nós temos de enfrentar uma série de problemas reais, concretos, contra os quais a nossa vontade tem que se ajustar um pouco. Quando se discute um problema econômico, volta e meia alguém levanta e diz: "Isto é um problema político". Quer dizer, o presidente da República e o ministro da Fazenda são capazes de moldar, através da sua política econômica, a economia brasileira como quizerem. Isso é uma tolice. A economia brasileira é mercado. E mercados têm suas regras, sofrem ciclos de expansão e recessão. Nós temos um problema sério e concreto que é a inflação. Foi administrado politicamente e deu no que deu.

P.: Ignácio Rangel, que o senhor acaba de citar, defende a tese de que é impossível se combater a recessão sem que se eliminem oligopólios. Esse não é um problema político?

R.: Há países onde a economia é altamente oligopozada e no entanto a inflação é de 2% ou 3%. A longo prazo, em termos de inflação realmente baixa, seria preciso que tivéssemos nossa economia mais aberta do ponto de vista comercial e financeiro. Na Espanha, a inflação era de 29% e caiu para 5% ao ano. A infla-

ção não pode ser maior porque o país está de tal forma integrado ao resto da Europa que se tivesse uma inflação forte ficaria em desequilíbrio com relação ao resto do Mercado Comum Europeu. O Brasil, não. Nós estamos isolados. Esse fato tem suas vantagens, mas tem o problema de ver a inflação crescer sem ter o mecanismo de controle da economia internacional.

P.: Isso é perigoso?

R.: Temos de ir caminhando aos poucos. Combinar os mecanismos administrativos ou de política econômica com abertura internacional. Inclusive para tornarmos mais competitivos e termos mecanismos automáticos de controle inflacionário.

P.: Abrir em que direção?

R.: A primeira abertura que precisamos — e os industriais brasileiros estão bem conscientes disso e concordam — é das tarifas alfandegárias e seus controles qualitativos de importação. A proteção para a indústria ainda é muito grande e há casos de produção dupla, de tarifas e controles qualitativos. A CACEX pode permitir ou não a entrada de um determinado produto em função da qualidade ou meramente em função da balança de pagamentos. Se houver abertura, haverá momentos em que o produto nacional perderá terreno, mas em compensação isso fará com que fiquemos com nossa indústria muito mais eficiente e capaz para exportar. Haverá estímulo para competir. Em termos de política industrial, a competitividade é decisiva. E esta não significa apenas competir com japoneses e franceses no mercado norte-americano. Temos de competir também aqui dentro. Não pode haver dois pesos e duas medidas. Inclusive, esta é uma separação artificial. O melhor jeito de o país ser competitivo lá fora é permitir uma razoável competição aqui. Não estou propondo uma abertura total do mercado brasileiro. Estou propondo uma paulatina mas firme redução de tarifas. Em relação à Argentina, por exemplo, nós temos de fazer uma abertura rápida. Arriscar um pouco dos dois lados para aumentar a abertura dos dois mercados e a nossa competitividade.

P.: Nas relações com os países industrializados como seria essa abertura?

R.: Podemos fazer trocas. Reduzimos as tarifas aqui e eles nos dão compensações.

P.: O senhor está colocando a abertura para o lado comercial. E para o capital, como ela seria? O país está disposto a abrir os investimentos também nos campos da tecnologia de ponta?

R.: Em matéria de investimento estrangeiro eu considero o Bra-

sil bastante aberto. Só não permitimos investimentos na informática e nos bancos. Na informática, nossa política é correta. Não vejo razões para mudá-la no momento. Na política industrial, é importante a gente pensar o momento histórico em que estamos vivendo. Nos anos 40 e 50, o desafio era substituir a importação de bens de consumo. Então, criavam-se tarifas alfandegárias ou cambiais para os bens de consumo e se facilitava a importação de bens de capital. Nos anos 60 e 70, criaram-se dificuldades para a importação de bens de capital e se passou a produzi-los internamente. Nos anos 80, temos toda a indústria aqui montada. É uma indústria madura, tecnologicamente competente. Altamente capaz de competir. Portanto, é o momento histórico de baixar as tarifas. É ridículo permanecer prisioneiro das idéias dos anos 40 e 50. Não há porque também fazer reservas para setores de ponta, como a química fina e a biotecnologia. O governo deve, sim, dar estímulos especiais e bem claros para a indústria nacional nesses setores.

P.: Que estímulos?

R.: Não se estimula uma indústria só com a reserva total de mercado. Não vejo sentido nisso. Pode-se, por exemplo, financiar tecnologia.

P.: Por que na informática a reserva de mercado é uma política correta e nos demais casos não?

R.: A nossa indústria de informática é jovem, ao contrário da nossa indústria tradicional, que está bem instalada e tem condições de competir. É a mesma coisa que a química fina e a biotecnologia. A diferença está no grau de proteção que uma e outra precisam. Mas a informática um dia terá de competir. Porque proteção não quer dizer subsídio. Subsídio tem custos para o país. Alguém paga por essa proteção. Portanto, não pode ser eterna.

P.: E a reserva de mercado para o setor bancário?

R.: Banco para mim é uma atividade quase pública. Eles produzem dinheiro. Eles criam dinheiro. Têm de ser altamente controlados pelo Banco Central e devem, em princípio, ser nacionais. Os bancos estrangeiros que estão aqui devem ser mantidos, mas não vejo por que fazer novas aberturas.

P.: Independente disso, há a questão dos financiamentos de longo prazo. Nos países industrializados o capital financeiro associado ao capital industrial é que faz esse tipo de financiamento. No Brasil isso não ocorre.

R.: Realmente, a questão fundamental do Brasil é conseguir fi-

nanciamento de longo prazo. Nós devemos desenvolver políticas para garanti-los. Mas vamos por partes. O capital financeiro é uma invenção do sr. Hilferding, * um influente marxista alemão do começo do século que se baseou em Marx (Lênin viria a se basear em Hilferding posteriormente) e que examinou casos muito particulares da Alemanha no final do século passado e no início deste século. Marxistas desavisados resolveram munir-se dessa teoria do capital financeiro, que era a fusão do capital bancário com o capital industrial, sob o controle do capital bancário, na Alemanha, e a espalharam pelo mundo inteiro. De fato, essa fusão não aconteceu no mundo. E não está acontecendo também no Brasil. Nem é o caso de existir. O que precisamos é de mecanismos de longo prazo para a indústria. O BNDES e o capital externo já foram usados para isso.

P.: O senhor enumerou há pouco os problemas estruturais da economia brasileira. Mas não citou as questões da distribuição de renda e da fragilidade do mercado externo.

R.: O que é um mercado interno sólido?

P.: Um mercado com renda bem distribuída.

R.: Isto é uma das coisas mal colocadas neste país. Mercado interno é PIB. Um país tem um grande mercado interno quando tem um grande produto industrial. Outra coisa que se pode chamar de mercado interno é a distribuição da renda. Eu prefiro falar de distribuição da renda em lugar de mercado interno. Nosso PIB não é forte. Poderíamos ter um PIB muito maior. Mas quando se fala em desenvolver mercado interno, vêm os tolos e dizem que o negócio é não aumentar as exportações. Quando se aumenta as exportações, se aumentam o PIB e o mercado interno e se distribui renda porque aumenta a fabricação de produtos de trabalho intensivo. Taiwan, que exporta uma quantia elevadíssima, tem uma distribuição de renda infinitamente melhor que a do Brasil. Lá o problema é o regime autoritário, mas isto é

* Rudolf Hilferding (1877-1941). Médico, diplomado pela academia de Viena, trocou o consultório em 1906 pela política e os estudos econômicos. Da sua vasta obra, o trabalho mais marcante é o *Capital Financeiro*, que serviu de base para Lênin escrever o clássico *Imperialismo, Estado Supremo do Capitalismo*. Deputado (1920), foi duas vezes ministro da Fazenda da República de Weimar. Ironicamente, em condições que faziam a Alemanha parecer o Brasil dos nossos dias: dívida externa impagável, hiperinflação e ameaça de ruptura democrática. Fato que, aliás, teria um desfecho trágico para Hilferding: ele morreu em Paris torturado pela GESTAPO.

outra história. Do ponto de vista econômico, eles são muito mais prósperos. Por isso, insisto em que a política industrial brasileira tem de ser baseada fundamentalmente na exportação. Preferencialmente de produtos tecnologicamente sofisticados e, de trabalho intensivo. Há 20 anos eu defendo o seguinte: há um erro fundamental em se confundir indústria de trabalho intensivo com indústria tecnologicamente simples e indústria de capital intensivo com indústria tecnologicamente complicada. Nada disso, tem muita indústria que é tecnologicamente complexa, sofisticada, de ponta e de trabalho intensivo. Poderia enumerar várias: aviões, informática, bens de capital sob encomenda etc... Eu quero questionar até que ponto devemos basear nossa política industrial na siderurgia. Eu sei que há vantagens porque temos ferro aqui. Mas falta carvão. Além disso, o aço é um componente que vem sendo cada vez menos utilizado devido às novas tecnologias de produto. Será que não teríamos de mudar para outros campos?

P.: O senhor também tem defendido a tese da hegemonia burguesa e afirmado que com o fim do ciclo autoritário a burguesia está finalmente no poder. Nossa visão é justamente oposta: o país não sai da administração do dia-a-dia justamente porque a burguesia não assumiu o seu papel histórico de reformar as estruturas, enfim, fazer a revolução capitalista.

R.: O Brasil já fez sua revolução burguesa. Começou em 30. Se em 30 se poderia ter dúvida se o país seria ou não capitalista, se em 54 essa dúvida poderia ainda existir e se em 64 também se poderia ter essa questão na cabeça, hoje é ridículo discuti-la. O Brasil é hegemonicamente, firmemente e definitivamente um país capitalista. Por quê? Porque se acumulou capital de maneira muito forte neste país. Também porque a classe burguesa ou empresarial se revelou capaz de promover a acumulação de capital e o progresso técnico. Ou seja, promover o desenvolvimento econômico. Quando uma classe burguesa se torna capaz de fazer isto, de incorporar progresso técnico e acumular capital, ela se torna hegemônica politicamente. E é o que se vê quando se discute, por exemplo, a Constituinte e alguns pensam que a Constituinte vai ser radical. Não vai ser radical coisa nenhuma, porque a hegemonia ideológica e política da burguesia local manda neste país. Nós vamos ter uma Constituinte progressista em algumas coisas. Mas vai ser para consolidar ainda mais o sistema capitalista neste país. O grande desafio dos progressistas é fazer com que essa hegemonia burguesa não se transforme numa he-

gemonia conservadora e resolva o problema fundamental de longo prazo da economia brasileira que é a má distribuição de renda. Porque tem muitos empresários que percebem que essa situação de renda tão desigual é ameaçadora para eles próprios. Portanto, seja um pouco pela luta dos trabalhadores das classes médias, seja porque os próprios empresários têm um pouco de visão a respeito do assunto, eu acho que nós poderemos a médio prazo resolver esse problema também. Agora, não será preciso nenhuma revolução burguesa porque esta já foi feita. O que nós temos é que ser realistas. Mas, quando se diz ao empresário que ele tem poder, ele diz: “Mas como? Eu não tenho poder nenhum”. Tem. Tem um imenso poder. Eu que sou ministro da Fazenda sei o quanto ele tem de poder. Eu, desde que sou ministro, tive uma quantidade enorme de encontros com empresários. Em grupos ou individualmente. Com os trabalhadores só tive um. Gostaria de ter mais. E disse isso aos trabalhadores. Infelizmente, como eles não são a classe dirigente, o ministro da Fazenda é obrigado a falar muito mais para os empresários nacionais e multinacionais. Seria importante neste país que os trabalhadores e a classe média tivessem maior participação no processo. Mas para isso eles têm de ver o Brasil como um todo. A burguesia vê o Brasil como um todo. Como classe dominada, os trabalhadores têm dificuldade de fazer isso. Eles vêem o Brasil do ponto de vista dos salários deles. Que é uma parte da coisa. Importante mas não é tudo, não.

P.: O congelamento será um teste decisivo para o governo Sarney e para a política de contenção da inflação. O senhor acredita que neste clima de pessimismo e impopularidade que cerca o governo há possibilidades de êxito?

R.: Plenamente. Eu sou otimista. Esse país é uma maravilha.

Entrevista a Miriam Leitão, do *Jornal do Brasil*, de 9.8.1987.

P.: Será necessário instalar no país grandes zonas de exportação² ao estilo da Coréia? É este o melhor futuro que nos espera, ser uma grande Coréia?

2. *Zonas de exportação*: áreas onde empresas, em geral multinacionais, podem instalar-se, praticamente livres de impostos e taxas, para produzir mercadorias destinadas apenas à exportação. *Zona franca*: áreas onde empresas também têm

R.: Há uma grande confusão sobre isso. Eu ouvi que o que se queria era fazer zonas francas. Transformar o Nordeste numa zona franca é um escândalo. Acho que, ao contrário, nós temos que rever e reduzir um pouco o excesso de incentivos e privilégios que existem na Zona Franca de Manaus que criam problemas sérios para a indústria brasileira. Eu descobri, por exemplo, que o televisor não paga IPI neste país, porque vem da zona franca. Não vejo sentido nenhum nessa história. O que o meu Ministério está fazendo é a revisão de todo o sistema tarifário brasileiro, e a partir daí pretende-se reduzir os controles quantitativos, por cotas; mas não liquidá-los porque nenhum país fez isso e sou totalmente contra a liberação total. Mas é preciso liberalizar um pouco, porque isso obriga à competição e isso estimula o desenvolvimento tecnológico e a modernização. Para obter a modernização da indústria brasileira é preciso ter em certos casos protecionismo, e em outros casos e cada vez mais é preciso abertura.

P.: Como é que o senhor se sente, sendo filiado ao PMDB, partido que sempre defendeu juros baixos e redistribuição de renda, sendo ministro da Fazenda numa época em que se registra o menor salário mínimo e a maior taxa de juros reais da história?

R.: Eu me sinto muito bem no PMDB. Estou no partido há muitos e muitos anos. As minhas convicções político-ideológicas de centro-esquerda coincidem basicamente com a linha mestra do PMDB. A partir de algumas posições radicais, seja de esquerda, seja nacionalistas, a imprensa resolveu fazer um boneco do que é o PMDB. A partir desse boneco feito pela imprensa fica difícil entender o que é esse partido. A Fundação Pedroso Horta publicou um livro sobre o PMDB e as eleições com todos os artigos que escrevi sobre o PMDB e sua vocação de centro-esquerda, social-democrata, e acho que valeria a pena que muitos jornalistas lessem. Seria muito interessante que o PMDB se inscrevesse na Internacional Socialista, conjuntamente com os partidos social-democratas da Alemanha, Inglaterra, Espanha, França, Itália e Venezuela, para que se percebesse o que é um partido social-democrata. E para que a imprensa e os próprios eleitores pudessem perceber que a ideologia social-democrata, que é do PMDB na

benefícios fiscais — isenções de impostos —, mas produzindo para o mercado interno. É o caso da Zona Franca de Manaus, onde as empresas não pagam Imposto sobre Produtos Industrializados nem Imposto de Renda. O objetivo de uma zona franca é levar desenvolvimento a uma região, incentivando indústrias a lá se instalem. Em geral, o benefício é concedido por prazo limitado.

prática, se compatibiliza perfeitamente com o capitalismo moderno. E se percebesse também que não há nenhum conflito entre o que eu estou fazendo em termos de política econômica e o ideário do PMDB.

Eu não gosto de taxas de juros altas, e as taxas estão baixando, mas mais importante que manter juros baixos é respeitar as leis econômicas. A grande maioria dos líderes do partido são pessoas competentes e racionais e que compreendem que não poderia haver uma corrida para ativos reais ou para o consumo. O PMDB é um partido que tem uma vocação democrática radical, uma vocação social moderada e cada vez se compromete mais com uma visão moderna do capitalismo brasileiro. Querer transformar o PMDB num partido populista como quer a imprensa é um escândalo. Isto ele nunca foi.

P.: Quando o senhor avisa que vai taxar mais os ricos porque é preciso aumentar a carga tributária, está falando de altos salários ou ganhos de capital? O que o senhor quer dizer exatamente com ricos?

R.: Necessariamente tem que incluir os capitalistas, os proprietários, os rentistas, mas tem que incluir também os altos salários. Não há nenhuma razão para que os altos salários não paguem mais imposto também. O fundamental é que os proprietários de capital no país pagam muito pouco imposto.

P.: O senhor tem repetido várias vezes que só dará aumento de preços depois de aumentar os salários, mas nos últimos dias têm sido aprovados vários aumentos de preços. Eu gostaria que o senhor explicasse a estratégia do governo. Haverá algum aumento de preços dos produtos da cesta básica antes que haja um efetivo aumento de salários?

R.: Não haverá aumento de preços da cesta básica este mês. No próximo mês terá que ser definida a primeira URP, que estará baseada na inflação de julho e agosto, que reajustará os salários de setembro, outubro e novembro e servirá de teto para os preços das empresas. É importante ficar claro que o tabelamento vai continuar. Nós vamos apenas mudar o patamar do congelamento por uma URP que será de 3,5% ou 4%, dependendo da inflação de agosto. Vamos apenas começar a liberar preços por setor, como por exemplo o de confecções e móveis.

P.: O abono salarial dado tem o objetivo de enfraquecer a greve do dia 20, ou o governo temia a repetição dos acontecimentos dos ônibus no Rio de Janeiro?

R.: Eu espero que a greve do dia 20 não ocorra. Tenho certeza

que não está bem-sucedida, porque ela não reflete uma necessidade da sociedade. O que a sociedade precisava era que a inflação parasse, e a inflação parou; o que os trabalhadores precisam é que os salários acompanhem o aumento da produtividade e a nova legislação permite isto. Não estou sentindo mobilização para a greve. Eu estou dizendo desde o começo que não haverá aumento de preços antes de aumento de salários, e esta é uma posição do governo, uma política de longo prazo.

P.: Depois do seu primeiro encontro com o PMDB, o senhor tem avançado mais na tentativa de convencer o “dr.” Ulysses da necessidade de negociar um acordo com o Fundo Monetário?

R.: Esse assunto não está me preocupando porque não está colocado. É só colocado pelos jornalistas que insistem em fazer notícia do que não é notícia.

P.: Somos nós que falamos que o Brasil precisa ir ao FMI, ou são os banqueiros, o Banco Mundial e o governo americano?

R.: A decisão de que o Brasil não vai ao FMI antes de fazer um acordo com os bancos já está tomada. Eventualmente o Brasil irá ao FMI desde que não haja a vinculação com o acordo com os bancos. Agora o que é fundamental é saber como andam as negociações com o banco.

P.: Algumas pessoas criticam sua posição sobre a moratória argumentando que a suspensão do pagamento dos juros foi um “bode” colocado na sala dos banqueiros, e o senhor com sua posição de anunciar previamente que o Brasil vai acabar com a moratória estaria, na verdade, tirando o “bode” da sala sem garantir nada em troca?

R.: Eu tirei o “bode”? Essa avaliação é de gente muito incompetente. Primeiro eu considero que a moratória não é um “bode”. É uma decisão soberana tomada com grande competência pelo presidente da República com a participação do ministro Dilson Funaro no sentido de proteger as nossas reservas. Dada a inexistência de mercado voluntário para a dívida brasileira, a moratória é um instrumento natural de negociação.

P.: O senhor não estaria enfraquecendo esse instrumento ao admitir acabar com a moratória?

R.: Um país em moratória está pronto a sair dela, no momento em que obtiver condições para isso. Eu não farei nenhum acordo com os bancos vinculados ao FMI porque não quero decretar a moratória a cada três meses. Porque cada vez que o Brasil não atingisse uma meta qualquer e os bancos suspendessem os desembolsos para nós, as nossas reservas iriam diminuir e o Brasil

teria que entrar novamente em moratória para garantir as reservas. Queremos fazer um acordo com os bancos com uma única condição, que nós paguemos os juros, o que é razoável.

P.: Seis meses depois da moratória, o que o Brasil tem de concreto são reservas abaixo da época da moratória, os exportadores e os bancos que atuam no exterior reclamando do encarecimento e do encurtamento das linhas de curto prazo...

R.: Então a conclusão é que a moratória é um fracasso? Não. É com base na moratória que nós vamos negociar com os bancos. O custo da moratória é baixo, o que nós precisamos é saber defender os interesses do Brasil, e a moratória é uma forma correta de fazer isto.

**Entrevista a Aloysio Biondi, Sílvio Mário Santos,
Anamércia Vainsencher e Lauro Filho,
do *Diário do Comércio e Indústria*, de 10.8.1987.**

P.: O senhor poderia começar fazendo um exame global do Novo Cruzado, os sucessos, as dificuldades que o Plano enfrenta.

R.: Eu acho que o Plano deu resultados. Por enquanto são bastante bons os resultados, mais ou menos de acordo com o planejado porque a inflação realmente foi baixada e comprovou que era inercial e todos estavam com vontade de parar. E o congelamento foi um sinal, um sinal que a sociedade entendeu e resolveu parar com a ciranda de aumento de preços que estava sendo destrutiva para a própria economia. O governo não tinha sustentação para impor aquilo que dizia respeito ao Plano. A população não estava disposta a fiscalizar custe o que custar... mas todos perceberam que estava havendo um jogo louco de aumento de preços e resolveram parar. E pararam. Agora há alguns empresários que querem voltar ao jogo louco, quando começam a falar em aumento de preço de 40%. Isso é loucura, isso não existe. Apresentam planilhas de custos que ignoram margem de lucro, ignoram o problema da curva de preços durante o mês, querem fazer o reajuste pelo pico.

P.: Há denúncias de que o CIP estava desestruturado, sem condições para controlar preços. E que houve, mesmo, casos de desaparecimento de planilhas de custos.

R.: Realmente, o CIP havia sido totalmente desestruturado nos últimos anos, e é uma tarefa difícil, mas eu estou animado com o trabalho que eles estão fazendo. As informações não são perfei-

tas, não há dúvidas, só agora eles estão tendo microcomputadores lá, por exemplo. Mas eu acho que nós não devemos trabalhar apenas com planilhas de custos. E o que o CIP faz especialmente num processo desses, de flexibilização, de descongelamento gradual? Ele faz as vezes do mercado e busca conter os abusos. E tem que fazer isso com base em tentativa e erro, tateando para que o mercado vá se ajustando. Aliás, o elemento fundamental do CIP não é planilha de custo. São os balanços, demonstrações de lucros e perdas. É isso o que interessa para nós.

P.: Como vai o descongelamento?

R.: Nós estamos agora num período de flexibilização informal em que temos os aumentos de alguns preços que estavam muito atrasados, como óleo, eletrodomésticos, temos a redução do preço do automóvel porque tivemos que tirar o IPI, embora com um aumento para os fabricantes de aproximadamente 20%, e temos um abono que está sendo dado de Cz\$ 250,00 para quem ganha até Cz\$ 10 mil. Mas não significa o fim do congelamento. Significa simplesmente que houve uma mudança de patamar no congelamento. Quer dizer, o próprio congelamento começa a desaparecer, de fato, quando alguns setores da economia, já a partir de setembro, serão liberados, como o caso de confecções e móveis. São setores muito competitivos. Não há nenhuma razão para você querer controlar isso. E ainda tem outros setores, mais específicos, que poderão ser liberados também. Isso será feito através de portarias, e o congelamento vai desaparecendo pelas bordas. Agora, é claro que esse descongelamento só faz sentido se ao mesmo tempo a economia não estiver superaquecida.

P.: O senhor não acha que o achatamento foi cavalari para que depois se pudesse negociar?

R.: O achatamento também não foi cavalari. Houve uma redução de salário real muito grande a partir de novembro de 86. Tudo o que aumentou a partir de, ou até um pouco mais do que aumentou, de março de 86 foi perdido entre novembro e junho. Agora, já houve uma recuperação, que eu insisto, de 10%. Quer dizer, temos quase a metade do que foi perdido. Agora, esse abono tem como sentido fundamental demonstrar que estamos respeitando o compromisso do nosso próprio plano de não fazer um aumento de preços antes de aumento de salário. Agora, o abono nesse valor é que me parece uma coisa distributiva, que está de acordo, inclusive, com as diretrizes do Plano Macroeconômico. Foi uma coisa nova, diz lá que nós vamos dobrar o salário mínimo, em quatro anos. Quer dizer, aproveitamos para fa-

zer uma coisa que é fundamental, que é a desvinculação do mínimo em relação aos demais salários através da criação do Piso Salarial Nacional, que era uma antiga idéia minha. De forma que, quer dizer, este abono salarial está perfeitamente de acordo com os nossos planos.

P.: A Federação do Comércio recomendou que quem puder antecipar resíduo o fizesse. A FIESP também...

R.: É bom lembrar que na parte de salários nós estabelecemos meramente um sistema de antecipações, que são as URPs. Na data-base é livre a negociação. E nesse momento você pode, se quiser, antecipar o resíduo, e se tiver aumento de produtividade no setor, pode até dar aumento de produtividade para os trabalhadores.

Se der mais que a produtividade, isso é suicídio para todos. Aquela categoria pode ser que ganhe um pouquinho naquele momento, mas depois a sociedade inteira perde e eles também.

P.: Sobre salário, inclusive, eu queria fazer uma pergunta não conjuntural: se os salários no Brasil são baixíssimos, tem sentido essa explicação de que os aumentos de salários mesmo acima de produtividade causariam inflação? Quer dizer: quando é que os salários no Brasil poderão acompanhar os padrões internacionais sem provocar inflação?

R.: Em primeiro lugar, os salários no Brasil não são baixíssimos. No Brasil, o leque salarial é imenso. De forma que os salários mais baixos são baixíssimos. Mas os salários mais altos são altíssimos. Os salários médios na Argentina são muito mais altos que no Brasil. Então, economistas argentinos, nesse processo de integração com o Brasil, fizeram um estudo para ver como ficava a competitividade da Argentina com o Brasil. Chegaram à conclusão de que os salários mais altos da Argentina eram os salários do pessoal não qualificado. Agora, quando chegava a operários semiqualeificados ou qualificados, os salários da Argentina já eram iguais aos do Brasil. Certamente, os salários dos executivos brasileiros são bem mais altos que os da Argentina. Isso é um leque salarial absurdo que há neste país. E que era realmente preciso reduzir. Medidas como do piso nacional de salários ajudam nesse sentido, mas são necessárias outras medidas para que aos poucos vá se reduzindo o leque salarial.

P.: Quando se tentou isso anteriormente, com a política salarial de reajuste em cascata³, houve uma grande reação. Inclusive, o

3. *Reajuste salarial em cascata*: reajuste diferenciado, maior para os salários

seu plano fala de mantermos valores absolutos das faixas mais altas exatamente já com medo dessa reação.

R.: Mas isso eu acho que é culpa fundamentalmente dos líderes sindicais. Realmente houve uma grande reação. Entre 79 e 85 o governo conseguiu reduzir o leque salarial. Mas a classe média se considerou prejudicada, como estava sendo de fato. E a partir de 85 começou a haver uma sistemática recuperação desse poder. Agora, o que se sentiu nesse processo todo é que essa política foi uma política do governo, que não teve o respaldo dos líderes sindicais...

P.: Se falava na distribuição da miséria e não da renda...

R.: Isso é demagogia. Quer dizer, os líderes sindicais realmente pareciam... quer dizer, foram dominados pela ideologia da classe média, que é dominante, evidentemente, inclusive dos jornalistas (risos) que fazem parte da classe dos intelectuais, exatamente (risos), exatamente... E foram derrotados. Inclusive dentre os próprios trabalhadores também existem, digamos, certas categorias — e sabemos muito bem — que seriam prejudicadas se houvesse a redução do leque salarial. Agora, eu considero isso (essa redução do leque salarial) uma prioridade nacional, mas que só se realiza no momento em que os trabalhadores se conscientizarem que esse é um programa. Enquanto isso não houver, enquanto for só uma preocupação do governo, nós não vamos muito longe nisso.

P.: Em sua primeira entrevista à TV, o senhor dizia que devia haver outras reivindicações por parte do movimento sindical. O senhor falava em reforma agrária, em reforma tributária. Que isso é a redistribuição de rendas em caráter permanente, um ganho social permanente. O senhor acha que isso avançou alguma coisa?

R.: Enquanto os trabalhadores não têm sido firmes em matéria de reivindicar uma redução do leque salarial, eles têm sido muito firmes em reivindicar reforma agrária. Sobre a reforma tributária, talvez eles não tenham sua necessidade muito clara para eles próprios, mas falam também. E o que eu dizia era que, quando se fala em pacto social, é melhor falar em pacto político do que em pacto social para ampliar a pauta de negociação. Então, você negocia o salário, concorda em ter certas limitações no aumento

mais baixos, e menor quanto maior for o salário. Naturalmente, isso reduz a diferença entre as remunerações maiores e menores.

dos salários, porque senão a inflação explode e não adianta nada, mas em compensação você consegue estruturalmente mudanças muito mais importantes como a reforma agrária — absolutamente fundamental para este país, inclusive — e a reforma tributária. Agora, por que não se faz reforma agrária no Brasil?
P.: Era a minha pergunta.

R.: Porque no jogo de forças da sociedade brasileira ainda não há um peso suficiente para a reforma agrária. Porque a Justiça não ajuda, porque não há recursos para fazê-la, porque ninguém tem coragem para fazer um imposto para valer em cima da terra não produtiva, ou do latifúndio seja qual for ele, mas especialmente o improdutivo. Eu estive lendo recentemente um trabalho extraordinariamente bem feito sobre desenvolvimento da economia do Japão, da Coréia e de Taiwan, que tiveram o mesmo desenvolvimento e têm uma estrutura de renda infinitamente melhor do que a brasileira ou latino-americana. A base de todo esse desenvolvimento foi uma reforma agrária muito grande, limitando a propriedade da terra, seja produtiva ou improdutivo. Isso foi feito logo após a Segunda Guerra Mundial.

P.: Sobre privatização, exatamente: por que não se pensa em pulverizar as ações, se em todos os países, na França, na Inglaterra, realmente a venda foi um sucesso?

R.: Acho que a dificuldade maior com a privatização no Brasil é que o mercado de capitais no Brasil é pequeno. De forma que você fazer a estratégia, digamos, que os franceses, os ingleses usaram principalmente para privatizar que foi lançar na Bolsa...

P.: Mas o lançamento de ações do Banco do Brasil só conseguiu atender aqui um décimo dos interessados. Não será um mito? Fica-se insistindo em que o mercado é pequeno. E o dinheiro que está na poupança?

R.: Acho que deve experimentar. Uma coisa que tenho dito com bastante insistência, é que um dos motivos fundamentais para se fazer privatização no Brasil é que o setor privado nos últimos 10 anos ficou rico e o setor estatal ficou pobre.

De forma que o setor estatal não tem condições de realizar os investimentos necessários correspondentes às empresas que tem, ou às áreas em que atua. De forma que seria muito bom que houvesse a privatização. Veja: num dia desses, por exemplo, me visitaram os líderes da indústria do aço do Brasil. E eu perguntei a eles: por que está andando devagar a privatização, hein? E eles aí me disseram uma série de coisas. E eu: mas vocês não estão dispostos a comprar essas empresas? Eles: é, estamos, mas é um pou-

co difícil. Eu estava pensando nas grandes empresas. De repente, depois de uns cinco minutos de conversa, eu percebi que o que estava difícil era comprar as pequenas. E, eu estava pensando se eles não eram capazes de comprar ou imaginar montar um esquema para comprar a COSIPA, para comprar Tubarão, USIMINAS, AÇOMINAS... Isso é que era bom. Esse é um setor que não há nenhuma razão, a meu ver, para ficar no setor público. Devia ser privado. Inclusive, não é monopólio. O único motivo pelo qual o Estado entrou nisso nos anos 40 e 50 foi porque o setor privado não tinha capital. Muitas dessas empresas começaram no setor privado e o setor privado não teve condições e passou para o setor público. E agora? Há inclusive idéia de fazer grandes investimentos nessa área. Acho que só vale a pena fazer investimentos nessa área se o setor privado quiser fazê-lo.

P.: Sobre a negociação da dívida...

R.: Eu queria dar uma notícia para vocês. Eu fui informado de que houve uma reunião anteontem em Nova York, de trinta e um bancos, convocada pelo Comitê de Bancos. E nessa reunião eles teriam revelado pessimismo em relação às possibilidades de negociar a dívida com o Brasil... Inclusive porque o ministro — isto é, eu — teria mudado de atitude em relação a eles, e voltaram a insistir no pagamento simbólico (dos juros, suspensos com a moratória) e deixaram ameaças veladas de endurecer o jogo. Eu gostaria de fazer um comentário sobre isso, sobre essa notícia que eu recebi. E que, inclusive, depois disso, o Bill (William) Rhodes telefonou para o Antonio de Pádua Seixas, o diretor da dívida externa do Banco Central, insistindo na necessidade de pagamento simbólico. Em primeiro lugar, em relação ao pagamento simbólico, a resposta que eu dei ao senhor William Rhodes, que seria importante que os banqueiros do mundo inteiro soubessem, foi a de que já que nós vamos iniciar a negociação da dívida em setembro e já que a data-limite para eles é 25 de outubro, que eu esperava que nesse prazo nós encerrássemos a negociação, de forma que não havia nenhuma necessidade de pagamento simbólico. Se essa negociação não se completasse, mas tivesse avançado e se nós tivéssemos reservas disponíveis na época, poderíamos fazer algum pagamento antes do dia 25, por aí, seria entre 20 e 25 de outubro, quando se reúne a comissão que classifica os créditos dos bancos.

Então, isso em relação ao tom. Quanto à idéia de endurecer o jogo, que transpareceu em toda a reunião, acho que isso não interessa a eles nem a nós. Agora, o que eu tenho certeza é de que

os prejuízos serão mais deles do que nossos , caso endureçam.
P.: A que o senhor atribui essa mudança de atitude? O senhor estava bem otimista em relação às negociações com os bancos estrangeiros...

R.: Mas eu estou muito otimista. As ameaças deles fazem parte ... das negociações... Por que eles dizem que houve uma mudança de atitude de minha parte? É porque o ministro simplesmente disse quais são os interesses do Brasil. E os interesses do Brasil são *spread* zero e negociação desvinculada do FMI.

P.: O senhor considerava possível a aceitação do *spread* zero?

R.: Mas eu considero possível. Mas é claro que é possível.

P.: Mas seria a primeira vez...

R.: Mas é claro , há sempre uma primeira vez. O *spread* era 2%, baixou para um e um quarto, depois baixou para treze dezesseis avos, mais ou menos 0,8%, e por que não baixa para zero agora? O senador Roberto Campos disse que era absurdo que baixasse para zero porque como é que os bancos iam remunerar os seus custos operacionais e obter lucro com *spread* zero? Mas o senador devia saber que nós estamos propondo pagar a LIBOR, taxa de juros londrina. O *spread* existe para cobrir taxa de risco. Ora, qual é o risco que os bancos têm em financiar juros do Brasil? É rigorosamente zero. Por quê? No financiamento de juros, eles em média nos dão um dólar e nós pagamos dois. No mesmo ato. Portanto, na verdade, eles não dão um tostão, um centavo de dólar para nós. Então, não há risco nenhum. E, se não há risco nenhum, não faz sentido nenhum cobrar *spread*. Além disso, somando o fato de que existe um desconto sobre a dívida brasileira de 45% no mercado secundário, por que a gente vai pagar *spread*?

4

O DESCONTO PARA A DÍVIDA EXTERNA — UMA BATALHA

A batalha da dívida externa começou oficialmente em 3 de setembro de 1987, na cidade de Viena. Ali, senadores norte-americanos promoveram um encontro internacional para debater as grandes questões econômicas da década de 90, o United States Congressional Summit. Pela primeira vez num cenário internacional, o então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira apresentou a tese sobre o desconto na dívida externa dos países do Terceiro Mundo.

As bases de sua argumentação foram as seguintes: a dívida tornou-se incobrável; os diversos acordos entre devedores e credores, desde 1982, com o patrocínio do FMI (Fundo Monetário Internacional), tiveram o efeito perverso de aumentar o endividamento e agravar as dificuldades internas dos devedores; os credores continuavam sem garantias. Estava, portanto, na hora de mudar.

Essa mudança, disse Bresser, deveria seguir as indicações do mercado, das quais a principal era a desvalorização da dívida. Se bancos credores vendiam seus títulos de crédito por até 50% do seu valor de face, isso significava que, na realidade, a dívida já não valia o que estava escrito. Tanto isso era verdade que os bancos credores faziam provisões para cobrir essas perdas e o prejuízo daí decorrente fazia cair a cotação das ações desses bancos.

Partindo desses fatos, Bresser lançou uma proposta global

para consagrar esse desconto, sugerindo inclusive os instrumentos para que a operação pudesse ser realizada pelo mercado. Propôs, assim, a “securitização” da dívida — isto é, que a dívida atual fosse transformada em títulos de longo prazo, de valor menor, e com taxas de juros mais baixas. O desconto poderia ser, por exemplo, de 40% — e isso significava que uma dívida de 100 bilhões de dólares seria transformada em títulos de 60 bilhões. Mas títulos “quentes”, porque à altura da capacidade de pagamentos dos devedores e garantidos por uma entidade multilateral. Títulos, assim, imunes a moratórias, estas sempre, afinal, obrigatórias quando o devedor simplesmente não tem mais como continuar pagando. O prejuízo do desconto seria assim compensado pela segurança dos novos títulos. Para os países devedores, a redução da transferência de recursos para o exterior permitiria retomar investimentos internos.

A proposta se completava com a sugestão de criação de uma nova agência de gerenciamento da dívida. Essa agência, controlada pelas atuais instituições financeiras multilaterais, pelo FMI e pelo Banco Mundial, poderia garantir os novos títulos, isto é, a dívida reestruturada.

Posta a idéia, Bresser e seus assessores saíram pelo mundo — quer dizer, pelas capitais dos países credores — para vendê-la. Bresser foi aos Estados Unidos, onde se reuniu com o então secretário do Tesouro, James Baker, para apresentar uma proposta brasileira específica, a partir daquela tese geral. Para sair da moratória, colocou então Bresser, o Brasil reclamava a securitização de 20 a 30% da dívida junto aos bancos privados. Isso constaria da proposta brasileira formal aos bancos. Baker rejeitou a idéia — e certamente falava em nome do *establishment* financeiro internacional.

Verificado esse impasse, Bresser apresentou então a fórmula mais suave. No final de setembro, já durante a reunião anual do Fundo Monetário Internacional, propôs aos bancos privados a securitização voluntária da dívida, via mercado. Naturalmente, representantes das finanças capitalistas não poderiam opor-se a soluções de mercado. Também não seriam obrigados a trocar suas dívidas, mas a alternativa ficava posta. Era um modo de ir empurrando a idéia.

No início, conforme observaria um ano depois o gerente-executivo do FMI, o francês Michel Camdessus, essa idéia de desconto e securitização foi considerada “pornográfica” pelo *establishment* financeiro internacional. Mas aos pouquinhos a coisa foi

avançando. Com enormes atritos, inclusive no *front* interno brasileiro. Não foi fácil vender a idéia mesmo dentro do país.

Os meses de setembro e outubro de 1987 marcaram o intenso debate sobre a dívida externa. Em Nova York, Fernão Bracher, o principal negociador brasileiro, discutia com membros do comitê de bancos credores — um grupo formado por representantes de alguns bancos, também chamado de *comitê assessor*, porque, afinal, é pago pelo governo brasileiro para apoiar as negociações da dívida. Havia uma data fatal, 26 de outubro de 1987. Se até esse dia não houvesse acordo com os credores e o Brasil continuasse em moratória (a suspensão de pagamentos decretada em fevereiro de 1986, ainda na gestão de Dilson Funaro) a dívida brasileira seria *desclassificada*, conforme a legislação norte-americana. Os bancos norte-americanos seriam obrigados a lançar como prejuízo parte dos créditos concedidos ao Brasil, com a imposição de restrições graves a novos arranjos. Por isso Bresser Pereira e Fernão Bracher concordaram em fazer um acordo provisório com os bancos, para dar tempo para que as negociações prosseguissem. Mas já estava ficando claro para eles que sem medidas unilaterais mais duras não seria possível conseguir um acordo razoável para o Brasil.

No *front* interno, entre uma viagem e outra ao exterior, Bresser Pereira empenhava-se na manutenção do Plano de Emergência e na implementação das principais diretrizes do Plano de Controle Macroeconômico, principalmente a contenção do déficit público.

Entrevista à revista *Isto É*, de 9.9.1987.

P.: O senhor tem dito que o Brasil precisa encontrar uma saída não-convencional para o problema da dívida externa. Qual o princípio básico desta proposta?

R.: O princípio básico é que o Brasil deve ter um desconto da dívida. A idéia é apresentar uma proposta que represente realmente uma solução ou aponte na direção de uma solução a longo prazo. Uma parte da dívida deverá ser transformada em títulos de longo prazo, permitindo ao Brasil pagar com tranquilidade os juros e depois a própria dívida.

P.: Mas quem arcaria com o custo desse desconto?

R.: Esse desconto já existe, e quem tem de arcar com o custo são os bancos que emprestaram mal, emprestaram em excesso. Já

existe um desconto de 45% sobre o valor do título no mercado secundário¹. Além disso, os bancos já fizeram reservas que chegam a até 50% de seus créditos, especialmente na Europa. Isto é o reconhecimento pelo mercado financeiro internacional de que essa dívida é incobrável. Ora, se ela é incobrável, é porque é impossível pagá-la. Então temos de encontrar uma solução de desconto, via mercado, negociada que não abranjerá o total da dívida.

P.: Propostas como essa já foram apresentadas, depois da crise de 1982, mas não vicejaram. O que mudou de lá para cá?

R.: Acontece que certas idéias pioneiras em 83 ou 84 eram enviáveis, porque ainda não havia desconto, ainda não havia o reconhecimento de que essa dívida é incobrável. O mercado financeiro e os governos ainda não sabiam. Hoje, o mercado financeiro sabe disso, ainda que não assuma. Os governos dos países credores estão cada vez mais sabendo disso também. É fundamental que aqui no Brasil também saibamos disso: a dívida externa é incobrável, e então tentar pagá-la não parece lógico e racional. Esta é a realidade. A abordagem tradicional, de empurrar o problema da dívida externa com a barriga, fracassou do ponto de vista dos países devedores. Esses países ficaram estagnados devido às tensões geradas pelo problema do desenvolvimento externo. Também fracassou do ponto de vista dos países credores, porque o endividamento aumentou.

P.: Quais são as chaves de sucesso de uma negociação não-convenicional com os credores?

R.: Queremos uma negociação que represente um avanço real. Não vamos negociar da mesma forma que os últimos países, que fizeram acordos com os bancos e com o Fundo Monetário Internacional, e as negociações não levaram a nada e mantêm esses países em crise, como é o caso da Argentina, das Filipinas e, em boa parte, do México. O fato concreto é que essa abordagem de empurrar com a barriga fez com que o México enfrentasse uma segunda recessão violentíssima no ano passado (1986), quando o

1. Títulos da dívida externa de países do Terceiro Mundo são negociados entre bancos e demais instituições financeiras internacionais. Um banco que tenha um pequeno crédito contra o Brasil, por exemplo, pode preferir vender esse direito a outra instituição, recebendo imediatamente, mas dando um desconto. Esses negócios fazem o *mercado secundário*, onde há um desconto de aproximadamente 50% para a dívida brasileira.

Produto Nacional Bruto caiu 3,8% e a renda *per capita* 6%. E neste ano vai crescer apenas 1%.

P.: Quais foram as conseqüências para o Brasil deste impasse a respeito da dívida externa?

R.: Estou profundamente convencido de que a dívida externa é um problema estutural e o mais grave da economia brasileira. É a principal causa do déficit público, na medida em que temos de pagar anualmente juros correspondentes a 2,5% do Produto Interno Bruto. E quem paga é o setor público. Assim, ocorre uma redução da capacidade de investimento. Se a dívida externa brasileira representa 4,3 vezes nossas exportações anuais, ela é incobrável. Qualquer economista sabe que um índice duas vezes superior já é muito alto. Não é nenhuma conversão da dívida externa que vai resolver isso, embora estejamos caminhando para fazer tal conversão.

P.: Quando será formalizada a proposta brasileira sobre a dívida externa? As reservas cambiais já garantem uma condição de negociação confortável?

R.: Realmente, o Brasil está muito tranqüilo com esse problema da dívida, porque as reservas estão crescendo e já superaram o nível de fevereiro de 87, quando foi decretada a suspensão do pagamento dos juros. Nossa proposta, incluindo a idéia do desconto, será apresentada solenemente ao comitê de negociação dos bancos credores no final de setembro, na semana anterior à assembléia anual do FMI.

P.: O senhor disse que déficit público é uma decorrência do endividamento externo. Mas pretende segurá-lo em 3,5% do Produto Interno Bruto neste ano. Qual o cacife de que o senhor dispõe para atingir essa meta?

R.: É um erro imaginar que se administre através de um plano, como o de Controle Macroeconômico, e que depois as coisas acontecem. A administração é feita através da correção dia a dia, hora a hora dos problemas. Não tomamos todas as medidas quando anunciamos o plano, no tocante ao déficit público, em julho. Até porque estão sempre acontecendo fatos novos, que impõem medidas adicionais de controle.

P.: O controle do déficit público ficará mais difícil se a Constituinte aprovar um aumento das transferências de receitas para estados e municípios?

R.: Caso seja aprovado o anteprojeto atual, haverá uma perda de receita de 26% por parte da União, num prazo de cinco anos. Isso porque as transferências vão aumentando, gradualmente,

durante esse prazo. Nesse caso, acho que a melhor solução para tapar o rombo nas contas federais é transferir, fortemente, encargos para os estados e municípios.

P.: Por exemplo, que tipo de encargos?

R.: Não há nenhum sentido em a União gastar dinheiro em educação, saúde ou saneamento básico. Embora essa tese conflite com uma espécie de senso comum que imagina ser essa a função do governo federal. Educação é, por exemplo, garantir a educação básica ou manter uma universidade. São tarefas bem localizadas, capazes de uma execução muito melhor pelos estados ou municípios. Caberia à União estabelecer normas gerais ou conceder bolsas de estudo. É a mesma coisa em relação à saúde. Postos de saúde são problemas municipais; hospitais, problemas estaduais. A melhor forma para melhorar a eficiência ao atendimento social é a descentralização, passando mais responsabilidades para os estados e municípios.

P.: O que acontecerá se esses gastos forem malfeitos?

R.: Ora, se os estados e municípios gastarem mal, isso é um problema deles, e a comunidade tem mais chances de fazer a cobrança. Eles poderão gastar mal ou bem, enquanto a União sempre gasta mal.

P.: É possível sonhar com inflação zero?

R.: O que existe é uma economia em que alguns setores ganham muito dinheiro e outros ganham pouco. Os que ganham muito se escondem e os que ganham pouco reclamam. Nós estamos corrigindo esses equívocos, gradativamente. Mas, assim, provocamos inflação, pois cada preço, ao ser corrigido, tem efeito sobre outros. É por isso que é impossível ter uma inflação zero e sempre conviveremos com um certo nível.

P.: Mas o peso da luta antiinflacionária não está caindo sobre os assalariados?

R.: O DIEESE afirma que ocorreram perdas salariais e está certo. De novembro de 86 até julho de 87 os salários caíram fortemente. Imagino que as pesquisas vão constatar que houve um aumento em julho. A partir de agosto deve haver uma pequena queda outra vez, porque houve uma inflaçõzinha e não houve nenhum aumento salarial no final do mês. Em setembro, os salários subirão pelo menos 4,5% e deverá haver nova perda para a inflação.

P.: Havendo a recomposição salarial no dissídio, não seria criada nova fonte de pressões inflacionárias?

R.: Qualquer aumento salarial pressiona a inflação, mas isso é

necessário, porque se os preços relativos estão sendo corrigidos os salários também terão de ser acertados. Mas é uma tolice dizer que os salários são a causa da inflação.

P.: O modelo econômico montado no final dos anos 60 dependia fortemente de recursos externos. E agora, como fica?

R.: Basear-se na dívida externa é realmente difícil, porque não há grandes oportunidades de captar recursos sob a forma de empréstimos. Basear-se na conversão da dívida em investimento é uma espécie de equívoco, porque isso cria subsídio para investimento, o que é muito bom, mas não cria nenhuma poupança adicional, o que é uma pena. Então é necessário que os bancos privados e públicos desenvolvam linhas de financiamento de longo prazo para financiar os investimentos privados. E depois é preciso que as empresas passem a investir os seus lucros.

P.: O senhor, em sua vida de empresário, professor e político, sempre esteve muito ligado no Brasil real. Quatro meses em Brasília, nesta nova função, fizeram-no perder este contato? Enfim, dizem que a capital federal é uma ilha da fantasia.

R.: Quanto ao contato com o Brasil real, acho que isso é um desafio permanente para quem está aqui em Brasília. Eu tento mantê-lo conversando com muita gente. Meus contatos com o mundo real são feitos através de empresários, de jornalistas, dos amigos e, de vez em quando, dos trabalhadores.

P.: E os políticos?

R.: Os políticos também são importantes, muito importantes. Eles acrescentam informações, cada um de sua forma. Enfim, acho que não perdi o contato com o país real. Mas há sempre o risco.

Discurso pronunciado em Viena, em 3.9.1987.

Uma solução global para a dívida

Em agosto de 1982, o México suspendeu o pagamento de sua dívida externa. Em agosto de 1987, sete países latino-americanos deixaram de pagar os juros aos bancos privados. Cinco anos após sua eclosão, a crise da dívida está longe de ser resolvida. Ao contrário, há sinais de seu agravamento.

1

Para os dez maiores países devedores, o índice dívida-exportações cresceu de 2,64 em 1982, para 3,85 em 1987, isto é, quase 50%. Excluindo-se Brasil e Peru, a taxa de crescimento para o ano de 1986, para esse mesmo grupo de países, passa a ser somente 1,5%. Em geral esses países não têm conseguido obter um crescimento sustentado, alternando anos de crescimento com anos de recessão. Como resultado deste quadro desolador, a renda *per capita* na América Latina não tem conseguido recuperar o nível alcançado em 1980. Apesar da adoção de dolorosos ajustamentos, os países devedores não têm sido capazes de retornar ao mercado.

Os países credores também não se encontram em uma situação privilegiada. Eles não têm conseguido — e provavelmente também não o farão em um futuro próximo — retomar suas exportações aos países devedores nos níveis atingidos no início dos anos 80. Além disto, em número crescente, países em desenvolvimento têm sido forçados a suspender os pagamentos aos credores oficiais. As agências de crédito para exportação, por sua vez, suspenderam a cobertura dada a alguns países devedores, dificultando assim a perspectiva de expansão das exportações aos países em desenvolvimento.

É verdade que de 1982 a 1987 os bancos credores aumentaram seu capital, criaram reservas sobre a dívida e começaram a reduzir suas *exposures* ao Terceiro Mundo. Mas, hoje, as oportunidades de cobrar os países devedores não são melhores do que eram em 1982. Ao contrário, há sinais no mercado — o desconto no mercado secundário, o crescimento nas provisões para devedores, a depreciação das ações dos bancos — que apontam para o fato de que parte do débito existente não é cobrável. Vale notar que o aumento das reservas, bem como a depreciação das ações, correspondem ao desconto esperado no débito, ou seja, a cerca de 50% do valor de seus créditos contra os países altamente endividados.

Há, de fato, sérios impedimentos, internos e externos, ao completo serviço da dívida. Experiências recentes têm demonstrado o quanto é difícil para as economias latino-americanas gerarem superávits comerciais essenciais para o pagamento dos juros. O pagamento integral dos juros é incompatível com o crescimento sustentado, o controle das finanças públicas e a estabilidade de preços. Vamos agora discutir estes pontos.

- a) A transferência de recursos reais — medida pelo superávit da balança comercial e de serviços não fatores — requerida para o pagamento dos juros da dívida deprime a capacidade de investimento. De 1983 a 1985, o crescimento médio das transferências para o exterior de recursos reais da América Latina (5,3% do PIB) correspondeu aproximadamente a uma redução média nos investimentos (5,8%). Isso significa que esses países tiveram que postergar investimentos indispensáveis, a fim de servir sua dívida.
- b) Em muitos países latino-americanos, a maior parte da dívida externa é do setor público (70%, no caso do Brasil). Nestes casos, o pagamento dos juros requer uma transferência do setor privado para o setor público, a fim de permitir que o governo adquira do setor exportador as divisas necessárias ao pagamento da dívida. Normalmente, tais transferências implicam um empréstimo adicional, elevando, desta maneira, a taxa de juros interna e, em consequência, o déficit público. No Brasil, os juros pagos sobre a dívida pública correspondem a 4,9% do PIB, dos quais 2,6% referem-se à dívida externa. Um déficit público maior afeta os investimentos públicos, enquanto que taxas de juros mais elevadas desestimulam os investimentos privados.
- c) A tentativa de expandir os superávits comerciais através de sucessivas desvalorizações cambiais levou os países devedores a uma competição predatória e a uma deterioração adicional nos termos intercâmbio. As desvalorizações têm, ainda, dois efeitos negativos: tendem a aumentar o déficit público, uma vez que um maior volume de moeda local se faz necessário para o pagamento da mesma quantidade de juros; e têm um impacto perverso na estabilidade de preços.

Há também constrangimentos externos ao serviço da dívida. De um lado, as taxas de juros permanecem substancialmente altas em termos reais e, recentemente, elas têm até se elevado, não havendo indicações de queda num futuro próximo. Por outro lado, as taxas de crescimento dos países mais ricos têm diminuído novamente, e espera-se que elas fiquem abaixo de 2,5%. O *Word Financial Markets*, uma publicação divulgada pelo Morgan Guaranty, observa que “ao expandirem suas exportações, os países devedores podem, em princípio, conter os índices de sua dívida ao reduzir suas importações de maneira a gerar um superávit comercial necessário para realizar transferências fi-

nanceiras líquidas aos seus credores”. Em outras palavras, nas circunstâncias atuais, o serviço da dívida, mais uma vez, resultará em recessão.

2

A estratégia *muddling through* (“empurrar com a barriga”) claramente falhou. Há agora um consenso que novos mecanismos e procedimentos têm de ser propostos e colocados em prática a fim de resolver o problema da dívida. Os países endividados foram os primeiros a mostrar as falhas da estratégia adotada depois de 1982 e a sugerir alternativas. O Congresso dos Estados Unidos apresentou algumas sugestões. O senador Bradley sublinhou a inadequação de se amontoar débito sobre débito através de novos empréstimos. Na verdade, não há “dinheiro novo”, uma vez que os bancos somente fornecem os recursos para o pagamento dos juros. O senador Sarbanes e os deputados Lafalce, Levin e Morrison sugeriram a criação de um *debt management facility*. O deputado Schumer propôs regras mais flexíveis para o reescalonamento da dívida. O secretário James Baker apontou para a necessidade de inovação. A comunidade acadêmica pesquisou e desenvolveu novos mecanismos para enfrentar as dificuldades financeiras dos países devedores.

Na verdade, há uma série de boas propostas que devem ser analisadas cuidadosamente. Mas, primeiramente, nós temos que escutar o que o mercado está dizendo. O julgamento do mercado é que o débito existente não vale 100% de seu valor líquido. Vale 70, 50, 30, 10% e até menos. Na realidade, o valor de mercado da dívida do Terceiro Mundo tem diminuído constantemente; em média, seu valor cai para cerca de 50% do valor contratado.

Se o valor de mercado da dívida representa somente 50% do valor líquido, uma solução poderia ser a securitização do débito.

Dois modalidades de securitização poderiam ser consideradas: a primeira é securitizar o débito existente abaixo do valor líquido e escalonar os pagamentos em um número razoável de anos, de acordo com a taxa de juros do mercado; a segunda é manter o valor líquido da dívida mas reestruturá-lo em taxas fixas de mercado. Se o débito for então reestruturado, de acordo com a capacidade de pagar de cada país devedor, não serão mais necessárias as repetitivas e intermináveis negociações para novos empréstimos e reescalonamentos.

Que garantia têm os bancos credores de que os devedores serão capazes de pagar o débito reestruturado? Os países credores

poderiam levar em consideração esse fato fornecendo alguma garantia ao débito reestruturado. Os países superavitários, cuja ajuda para a solução do problema da dívida é esperada, devem preferir concentrar seus esforços nesta solução, em vez de pensar em um alívio de curto prazo. As instituições financeiras multilaterais e a nova agência de gerenciamento da dívida, a serem eventualmente criadas, poderão juntas garantir o novo débito. Entretanto, a segurança efetiva reside no fato de que o compromisso dos países devedores de se ajustarem e crescerem se tornará exequível, uma vez que o débito diminuirá e a transferência de recursos será reduzida a níveis reais.

- a) esse tipo de solução pode favorecer todas as partes envolvidas: os países endividados poderão então contar com os recursos necessários para seu crescimento e para novos investimentos. Além disso, serão capazes de estimular investimentos internos e externos, por ter sido eliminada a instabilidade causada pelas repetitivas negociações e as esporádicas ameaças de suspensão dos pagamentos;
- b) o restabelecimento de condições realísticas de pagamento recuperará a confiança na qualidade dos ativos bancários. Em alguns casos, poderão ocorrer prejuízos, em outros, as reservas poderão ser reduzidas e, mais tarde, um declínio no valor das ações dos bancos e da dívida serão evitados;
- c) finalmente, os países credores também ganhariam ao expandir as exportações a mercados que já provaram ser dinâmicos. Não há maneira de se incrementar o comércio com os países em desenvolvimento sem resolver o problema da dívida. A expansão do comércio é uma ponte que fornecerá uma mais profunda e mais equilibrada integração dos países em desenvolvimento da economia mundial.

Resta uma questão. Se essa solução parece possível, por que ela ainda não foi implementada? A resposta é que em 1982, quando a crise eclodiu, as condições para esse tipo de solução ainda não existiam. Agora, ambas as partes perceberam que a estratégia *muddling through* não funcionou, e que parte do débito é incobrável. O mercado já indicou que o débito, da maneira como está estruturado, já não vale 100%. Os bancos credores aumentaram seu capital, fortaleceram as reservas e o valor das suas ações já foi ajustado ao desconto da dívida. Cabe a nós, agora, seguir o caminho que o mercado aponta. A dívida pode

ser reestruturada sob essa orientação. Esta medida não prejudicará o sistema, ao contrário, irá aperfeiçoá-lo; também não prejudicará os bancos, mas os fortalecerá. Esta é a única maneira de assegurar aos países devedores e credores uma integração mais dinâmica e harmônica de suas economias.

Propostas radicais consideram algum tipo de repúdio ao pagamento da dívida como a única solução para o problema. Eu deliberadamente evitei mencionar essas propostas por serem inaceitáveis. Elas teriam um efeito destruidor no sistema financeiro, do qual todos nós fazemos parte. Mesmo que o repúdio não causasse tal impacto no sistema, certamente arruinaria o fluxo financeiro entre os países industrializados e em desenvolvimento. A securitização dos débitos, por sua vez, construída sob a orientação do mercado, pode efetivamente resolver o problema da dívida. Tal mecanismo, em vez de destruir, ajudará a normalização das relações entre devedores e credores, e solidificará a integração dos países em desenvolvimento no mercado mundial.

Entrevista a Claudio Weber Abramo, da *Folha de S. Paulo*, de 20.9.1987.

P.: O senhor diria que a sua estratégia de negociação com os credores está dando certo?

R.: Acho que sim. Mas é claro que tudo depende dos critérios que se utilizar para saber se alguma coisa está dando certo ou errado. A estratégia que dê certo é aquela que represente um avanço para o Brasil. A dívida externa é o problema mais grave da economia brasileira. A forma de negociação que vem sendo imposta pelos credores tem sido extremamente prejudicial para os países devedores. Nestes últimos cinco anos, de 82 até 87, a renda *per capita* dos quinze maiores países devedores caiu 7%. A do Brasil cresceu um pouquinho (nós sabemos que o crescimento do ano passado foi perverso). A inflação nesses países aumentou fortemente. A abordagem tradicional, de se negociar a dívida na base de pacotes de “dinheiro novo”, ou seja, financiamento parcial dos juros, com um violento processo de ajustamento monitorado pelo Fundo Monetário Internacional, fracassou totalmente do ponto de vista dos países devedores. E fracassou também do ponto de vista dos países credores. Por quê? Porque eles deixaram de exportar muito dinheiro para os países devedores.

Nos primeiros anos, o processo funcionou para os bancos credores. Eles ficaram mais fortes, mais estáveis, com exposições² menores em relação aos países devedores. Mas, nos últimos dois anos, mesmo para os bancos, a situação está piorando consideravelmente.

P.: Como foi esse fracasso?

R.: O dado fundamental para isso foi que, depois de cinco anos de ajustamento, estagnação e inflação, os índices de endividamento dos países devedores aumentaram substancialmente, ao invés de diminuir. O índice fundamental de endividamento é o índice dívida-exportação³. Todos sabem que esse índice não deve ultrapassar dois. Significaria que o Brasil não devia ter uma dívida maior do que 50 bilhões de dólares. Em 82, quando irrompeu a crise, nós tínhamos um índice de 3,5; depois de cinco anos desse tipo de política, desse tipo de negociação, nós temos 4,5. O mesmo aconteceu com todos os demais países devedores. Em 1982, em média, o índice dívida-exportação era três. Hoje, é quatro. Esse fracasso refletiu-se no mercado financeiro. Surgiu um mercado secundário de títulos em que há um desconto enorme na dívida de todos os países — em média de 50%. Mas esse mercado é pequeno, dizem. E é verdade. Só que os bancos que dizem que o mercado é pequeno e que acham que a dívida vale mais do que 50% podiam estar comprando ativamente a 50%. E não compram. É estranho. Segundo, o valor das ações dos bancos caiu na proporção dos *spreads* que eles têm junto aos países devedores. Os bancos que tinham uma porcentagem grande dos seus ativos aplicada em países devedores tiveram quedas no valor de suas ações muito maiores do que aqueles que tinham proporção pequena dos ativos comprometidos. Terceiro, os próprios bancos reconheceram esse fato e fizeram reservas e mais reservas. Os bancos que resistiam eram os norte-americanos, que começaram a fazer essas reservas há uns três meses. A própria importância que se tem dado ultimamente à conversão da

2. *Exposição*: (do inglês, *exposure*), diz-se de um banco que tenha entre seus negócios muitos créditos contra países do Terceiro Mundo e que tem exposição alta em relação a esses devedores duvidosos. Neste caso, o banco está numa situação obviamente desconfortável.

3. *Índice dívida-exportação*: mede quantos anos de exportação seriam necessários para um país pagar a totalidade de sua dívida externa. Assim, exportações de 25 bilhões de dólares para uma dívida de 100 bilhões dá um índice quatro.

dívida em capital está baseada exclusivamente no fato de que os investidores podem comprar dívida brasileira com deságio e depois investir aqui.

P.: O deputado Delfim Netto diz que, se existe um mercado para a dívida de um país como o Brasil, com deságio de 50%, no momento que começar a haver negócios nesse mercado o deságio tende a diminuir, eliminando o efeito da desvalorização inicial.

R.: Mas esse raciocínio só é correto se o Brasil tivesse disposto a comprar essa dívida com o deságio, o que não é o caso.

P.: Não o Brasil, mas outros bancos ou aplicadores.

R.: Se os outros compram é porque não vale, vale menos do que isso. O argumento do Delfim é o seguinte: o Brasil não deve pensar em gozar do desconto, porque na hora em que quiser gozar dele, comprando a dívida, o valor da dívida sobe e o desconto vai diminuindo. Isso é verdade. Mas acontece que eu não estou interessado, o Brasil não está interessado em comprar essa dívida. O que o Brasil diz é o seguinte: é preciso haver uma solução a longo prazo para a dívida. Se nós continuarmos nesse mesmo processo, não vamos a lugar nenhum, ou melhor, vamos ter uma inflação cada vez pior. Nossos índices vão aumentar e vamos permanecer em permanente crise. Porque essa dívida externa é o maior problema interno que o Brasil tem. As transferências de recursos para o exterior são de 4% do Produto Interno Bruto. Isso significa redução de investimentos nessa proporção: 4% do PIB contra mais ou menos 17, 18% de investimentos. Significa que estamos reduzindo em 20% a nossa capacidade de investir devido à dívida externa.

O segundo maior problema da economia brasileira é o déficit público. Ora, mais da metade do déficit público brasileiro é devido à dívida externa. Em 86, esse déficit foi de 3,9% do PIB e os juros sobre a dívida externa pública foram de 2,3% do PIB. Terceiro, quando deixamos de contar com a possibilidade de obter créditos externos, temos de nos endividar internamente. A dívida interna tem crescido fortemente no Brasil, o que implica aumento da taxa de juros interna e dificuldades de fazer investimentos aqui dentro. Quarto, nós fomos obrigados a fazer desvalorizações cambiais muito fortes, que resultaram em maior inflação e resultaram em deterioração das relações de troca.

P.: O que o senhor pretende fazer para mudar o modelo de negociação da dívida?

R.: O Brasil tem dois objetivos fundamentais. Um é conseguir *spreads* menores na parte convencional da dívida — quer dizer

a dívida que se faz através do chamado dinheiro novo, que, na verdade, é financiamento de juros. E, segundo, fazer um acordo sem vinculação com o FMI, o que é fundamental para o Brasil, porque se o Brasil não quer ser monitorado, se o Brasil quer ter uma política econômica soberana, independente, não é razoável que receba um empréstimo de um bilhão de dólares do FMI, de sete bilhões e meio de dólares dos bancos privados e que, depois, o desembolso dos US\$ 7,5 bilhões dos bancos privados fique condicionado a um desembolso trimestral do FMI. Qualquer meta que o Brasil não atinja no seu eventual acordo com o FMI representa uma suspensão de desembolso também dos bancos. Isso não interessa ao Brasil. Portanto, será um avanço conseguirmos mudar isso. O que acho perfeitamente viável.

P.: Ainda que seja viável. Não é só um paliativo?

R.: É preciso abrir uma janela, uma perspectiva clara, uma solução a longo prazo. Quando um devedor não tem condições de pagar a dívida, o que faz? Qual é a solução para quem paga de juros cerca de 40% das suas exportações? São prazos muito mais longos e taxas de juros mais baixas e fixas. Quer dizer, a taxa de juros tinha que ser mais baixa. É isso o que falta. É o normal. Em toda a história do mundo, quando um devedor deixa de ter capacidade de pagar, encontra-se uma solução. Havia uma solução antiga, que era prender ou matar o devedor. Mas eu acho que essa solução está superada e não é ética. A atitude ética é encontrar, realmente, uma solução a longo prazo. Para isso é que a solução via títulos é ideal.

Uma coisa fundamental é que eu não estou querendo nenhuma revolução. Também não estou querendo nenhum confronto. Num artigo do *Financial Times* foi dito o seguinte: que o ministro Bresser Pereira, que foi aparentemente derrotado em Washington, na verdade estabeleceu um novo marco para a negociação da dívida externa dos países endividados. Que essa iniciativa deixou preocupados os países credores. Agora, eu creio que é nessa linha que nós temos que continuar. Não é uma revolução.

P.: A posição de negociar a partir de uma reivindicação de *spread* zero não é incongruente com o fato de o Brasil ser um país de alto risco?

R.: Em absoluto. Quer dizer, os bancos que nos emprestarão US\$ 7,5 bilhões não arriscam um centavo, porque esse é um falso empréstimo. Eles nos emprestam US\$ 7,5 bilhões e, no mesmo momento, nós pagamos para eles cerca de dez bilhões de juros atrasados. De forma que não entra um centavo no Brasil. O

processo é feito, inclusive, numa *offsetting basis*. Portanto, não há risco nenhum.

P.: O que é *offsetting basis*?

R.: Quer dizer que recebemos o dinheiro contabilmente e mandamos, também contabilmente, aquilo que eles mandaram e mais alguma coisa. Então, não há risco nenhum para os bancos. É por isso que eu digo que esse é um financiamento de juros. Se fosse dinheiro novo, para o Brasil fazer novos investimentos, tudo bem.

P.: Mas não é isso o que se pretende ao tentar refinanciar os juros que o Brasil está devendo e não está pagando este ano, nessa base do *spread zero*?

R.: Não. De duas uma: o Brasil não tem condições de pagar — é só olhar o balanço de pagamentos do Brasil — todos os juros. Mas os bancos querem receber todos os juros da dívida de longo prazo — são US\$ 5 bilhões, aproximadamente. Para eles receberem US\$ 5 bilhões, precisariam nos dar este ano US\$ 4,3 bilhões. No próximo ano, para receberem US\$ 4,8 bilhões, precisarão nos dar mais ou menos 60% disso. Aí recebem tudo. Na verdade, não nos dão um tostão. Não entra um centavo. Nós é que estamos transferindo recursos para lá, eles não nos mandam um tostão, um centavo. Isso é fundamental.

P.: O problema é: o que o interlocutor do outro lado da mesa pode pensar?

R.: O interlocutor do outro lado da mesa pode pensar de duas maneiras. Uma é a seguinte: bem, eu fiz o empréstimo, eu quero receber esse empréstimo, juro e principal. Não é? Em dia e à hora. Ignorando que o Brasil não tem condições de pagar. Agora, se ele verificar que o Brasil não tem condições de pagar, como não tem, começa a pensar em reduzir ambições. Nenhum banco, em sã consciência, faz empréstimo de dinheiro novo para o Brasil, porque não faz sentido para eles. Eles só dão dinheiro para a gente pagar para eles, e mais nada. Esse é o financiamento de juros. Dinheiro novo o Brasil não recebe há muitos e muitos anos.

P.: Dinheiro novo de verdade?

R.: Exatamente. É fundamental que os brasileiros saibam. Eles usavam essa expressão, “dinheiro novo”, para dourar a pílula, para ser a coisa mais amável. Eu compreendo, faz parte. A coisa fundamental é a seguinte: o Brasil quer negociar com os bancos sem prejudicá-los mais. Eles já realizaram prejuízo. Queremos fazer um acordo que os prejudique o mínimo possível. Nós queremos pagar tudo o que pudermos. Mas uma série de fatores que independem da vontade do Brasil, como também independe-

ram da vontade dos bancos, levou o Brasil e uma quantidade enorme de outros países a uma situação de semi-insolvência.

P.: O balanço desse processo tem sido positivo para os interesses brasileiros? A dura nota oficial do secretário do Tesouro, James Baker, não sinalizou uma recusa total à posição que o senhor defende?

R.: A nota, em absoluto, não refletiu o ambiente cordial. Não refletiu uma negociação séria, em que eu cedi alguma coisa e ele, Baker, cedeu outra. Eu cedi um pouco na parte relativa à forma com que os títulos seriam negociados. E ele cedeu em relação à desvinculação com o Fundo Monetário Internacional. Tivemos uma conversação muito amável, muito cordial, e depois vem uma nota que, para mim, é incompreensível.

O Brasil vai fazer agora uma proposta e vai começar uma negociação. Nós temos duas alternativas em relação a isso: ou nós queremos ter um resultado prático, imediato, e para isso temos que, simplesmente, fazer o que o México, a Argentina e as Filipinas fizeram...

P.: Que na sua opinião não deu certo, não adianta nada.

R.: Não deu certo, não é só a minha opinião, não. É na opinião deles. Isso é fundamental. Eu falei com o ministro da Economia da Argentina, com o ministro da Fazenda do México e li o que disse o ministro da Economia das Filipinas. Essas não são ilações minhas, é um fato concreto. Se a sociedade brasileira quer uma negociação mais firme, se a imprensa brasileira quer uma negociação mais firme, se quer um avanço na forma que eu falei, um avanço em termos de *spread*, um avanço em termos de maior autonomia para o Brasil, um avanço em termos de abrir uma perspectiva, uma janela para uma solução a longo prazo para isso, nós temos que cerrar fileiras...

P.: A sociedade brasileira não tem como manifestar uma opinião ou outra de modo aquilatável.

R.: A sociedade brasileira se manifesta de várias maneiras: através da imprensa, dos políticos, dos empresários, dos trabalhadores, de uma quantidade enorme de meios.

P.: Mas ela, jamais se manifesta de um modo univocamente determinado.

R.: Nem deve. Ela tem que mostrar uma tendência, uma forma, isso é o fundamental. Agora, é um papel fundamental da imprensa deixar as coisas bem claras.

P.: Sim, com certeza. Mas ela não está deixando as coisas bem claras?

R.: Acho que há ainda muita desinformação quanto ao assunto, quer dizer, o assunto da dívida é um negócio muito complexo, há muita coisa ainda a ser esclarecida.

P.: Vamos tratar agora dos títulos — os *exit bonds* — que seriam transacionados como parte desse pacote de negociação da dívida brasileira. Existe uma dúvida que assalta muita gente: por que motivo esses títulos teriam maiores garantias do que os papéis referentes à atual dívida brasileira?

R.: O Brasil tem uma tradição a respeito desse assunto. Nos anos 70, começo dos anos 80, o Brasil também se endividou com títulos, em US\$ 6 bilhões, aproximadamente. E, apesar de todas as moratórias, o Brasil jamais deixou de pagar um centavo, de juros e principal, da sua dívida em títulos. Uma das coisas que não estão suficientemente esclarecidas em relação ao problema da dívida externa é a seguinte: o que afasta o Brasil do sistema financeiro internacional? O que nos afasta de uma integração cada vez maior, que todos desejamos, que é desejável, com o chamado Primeiro Mundo? Por acaso são os radicais? Os nacionalistas deste país? Há uma idéia muito generalizada, especialmente entre os empresários, de que a causa dessa desintegração são os nossos radicais...

P.: Xenófobos, nacionalistas equivocados.

R.: Isso. Eu acho que é um completo equívoco. Os radicais, os nacionalistas antigos, têm pouca importância no assunto. O que, realmente, nos afasta do sistema financeiro internacional, nos afasta de uma integração maior nesse Primeiro Mundo é a própria dívida. E a forma pouco inteligente, a forma pouco razoável, através da qual ela está sendo administrada pelos países credores. É isso o que nos afasta. É um fenômeno real. Imaginar que, quando um ministro da Fazenda adota uma posição como a que eu estou adotando, que é preciso fazer um avanço, imaginar que isso é alguma coisa de radical, que é uma tentativa de romper com esse Primeiro Mundo, é um total equívoco. É exatamente o contrário o que se pretende.

A grande imprensa brasileira, o grande empresariado brasileiro, os políticos mais responsáveis deste país devem verificar como é que nós podemos garantir o crescimento econômico para o Brasil, a estabilidade de preços e uma crescente integração no sistema econômico ao qual nós pertencemos.

P.: É pela ação de investimentos?

R.: É. Como é que nós conseguimos mais investimentos das empresas multinacionais no Brasil? Fazendo a negociação conven-

cional, aceitando tudo e ficando permanentemente num processo de estagnação e crise, como estamos desde 82? Ou procurando uma solução de longo prazo para a dívida?

P.: As manifestações esparsas e muito discretas de alguns credores, em geral em *off*^a, têm mostrado que há divergências a respeito da razoabilidade da proposta brasileira. Alguns dizem que encaram favoravelmente, outros dizem que não. Na sua opinião isso é sinal de que a estratégia está funcionando, por que os credores se dividem?

R.: Eu jamais imaginaria querer fazer um avanço em relação ao problema da dívida se não soubesse que, entre os próprios credores, entre os próprios países, sejam bancos, sejam governos, não exista uma consciência crescente de que é preciso encontrar novas soluções, na linha que estou falando. Em todos os países já obtive manifestações de interesse: do Japão, da Alemanha, da Suíça e dos próprios Estados Unidos.

É preciso fazer uma negociação realista, que seja razoável, em que ambas as partes estejam dispostas a ceder. Ambas as partes precisam ser realistas antes de mais nada, e devem reconhecer qual é a efetiva capacidade de pagar do Brasil. Eu tenho dito muito claramente que, se aumentar a capacidade de o Brasil pagar, então o país aumentará seus pagamentos. Nos títulos deverá haver uma cláusula desse tipo: que, se o Brasil aumentar sua capacidade de pagar, os bancos que subscreverem os títulos terão uma compensação.

P.: Mudando agora para a situação interna. Haverá mudanças na política salarial?

R.: Nós temos todo interesse em defender os salários dos trabalhadores. E, portanto, há uma definição muito clara de que nós não queremos recessão. Portanto, se houver deterioração dos salários dos trabalhadores — que, inclusive, pode ser causa de recessão —, alteraremos os elementos da política econômica. A política econômica é um processo permanente de ajustes. Não há nada que se faça em formas definitivas. Quer dizer, uma parte desse ajuste será feita pelo próprio mercado, porque a política salarial deixou claríssimo que, na data-base, a negociação entre

4. *Off (the records)*: termo usado no jornalismo. Designa informações prestadas por fontes que não podem ser identificadas. Ou, informações que não podem elas mesmas ser divulgadas, devendo ser usadas pelo jornalista apenas para sua compreensão melhor dos fatos. Coisas que não podem ser registradas. Ao contrário, diz-se declarações *on* quando informações e fontes podem ser veiculadas.

trabalhadores e empresas é absolutamente livre. O que não pode, apenas, é as empresas repassarem aumentos de custos para preços.

P.: Faz parte da gerência da política econômica um controle administrativo de preços que está abarcando uma área muito considerável da economia. Ora, isso implica custos para as empresas e para o governo. É difícil, o governo não tem capacidade de controlar e as empresas têm dificuldades de obedecer às normas fixadas pelo CIP e pelo Ministério da Fazenda.

R.: Mas é por isso mesmo que foi feito um congelamento no dia 12 de junho, e que foi estabelecido um prazo para iniciar-se o descongelamento. Esse prazo foi cumprido, já liberamos uma grande quantidade de setores, que ficaram sem qualquer controle de preços. E observe que, apesar disso, a inflação está ficando num nível muito razoável. Dos 25% que tivemos no último mês, baixou para seis. A idéia é só controlar preços dos setores realmente oligopolizados e de alguns setores que tenham um peso muito grande no índice de preços. De forma que meu compromisso com os empresários, com a sociedade brasileira, de que faria um descongelamento rápido, está sendo rigorosamente cumprido.

P.: Independentemente da inflação, ou paralelamente a esse problema, há a questão fundamental de como a economia brasileira vai crescer. De onde virão os recursos para que a atividade econômica tome um ritmo que seja compatível com as ambições do povo brasileiro?

R.: Eu acho que estimular o investimento de forma não-inflacionária é um desafio fundamental da economia brasileira. Para isso é preciso resolver o problema da dívida externa, que é o nosso problema fundamental. Já vimos que perdemos, pelo menos, 20% dos nossos investimentos devido à dívida externa. Para isso é preciso que combatamos o déficit público, de forma a liberar os recursos que saem hoje do setor privado para financiar o governo, para serem utilizados em investimentos privados. Precisamos ter uma taxa de câmbio adequada — como já temos —, que garanta que o investimento nos setores exportadores gerará lucros. Mas os empresários precisam ter confiança na estabilidade da política econômica do governo. Eu acho que nós estamos começando a ter algum avanço nesse sentido.

Algumas vezes recebo a visita de empresários que se mostram interessados em investir, mas dizem: “e se muda a política econômica?” Eu lhes digo: vejam, vocês estão subestimando a orga-

nicidade da economia e da sociedade brasileira. Vocês ainda estão atribuindo importância demais ao ministro da Fazenda e à política econômica que ele, eventualmente, pratica ou deixa de praticar. Este país já tem uma estrutura econômico-social suficientemente integrada para garantir que os erros eventuais do ministro tenham fôlego curto. Um dos exemplos que gosto de dar é o da taxa de câmbio. Se o ministro da Fazenda cometer a loucura de querer valorizar a taxa de câmbio para combater a inflação, em pouco tempo os protestos da classe empresarial serão tão fortes que ele será obrigado a desistir. Acho que já existe, por parte da sociedade brasileira, um sistema de controle via imprensa, via empresários, via trabalhadores, via o próprio mercado, que garante isso. Tenho certeza de que, se começarmos a encontrar uma solução a longo prazo para a dívida externa brasileira, também encontraremos solução para o problema de investimento no Brasil.

P.: E o problema do déficit público?

R.: Se conseguirmos realizar um programa de privatização bem feito, que é fundamental para o Brasil, se conseguirmos aumentar os preços do setor estatal, que as empresas estatais se autofinanciem, assim combateremos o déficit público. Se conseguirmos um sistema tributário que, realmente, penalize o consumo de luxo e a especulação, aí conseguiremos recursos, poupança, para realizar os investimentos. É um trabalho difícil.

P.: Nos últimos cinco anos os Estados Unidos sofreram um processo de forte crescimento econômico. Mas o déficit público norte-americano é hoje muito grande. Aparentemente lá, pelo menos, a correlação entre a atividade econômica e o déficit público não parece ser a que o senhor acaba de descrever.

R.: Esse problema de déficit público é muito complicado. Quando se aumenta o déficit público, a curto prazo se aumenta o crescimento econômico, porque aumenta a demanda, os investimentos do governo. Com isso aumenta a demanda para o setor privado e, mais adiante, aumenta a capacidade produtiva do setor público. Especialmente, com o aumento de demanda estimula-se a economia. Mas acontece que, para fazer isso, torna-se necessário financiar o déficit público. Isso se faz através da emissão de dinheiro, o que é um desastre, ou através da venda de títulos no mercado interno, o que tem como efeito provocar taxas de juros muito elevadas. Por isso um objetivo fundamental é cortar o déficit público. Mas quando se corta o déficit com muita violência, isso provoca recessão, porque não dá para conseguir imediata-

mente uma substituição do gasto público pelo gasto privado. Pelo contrário, em 83 cortou-se o déficit público e cortou-se concomitantemente o gasto privado, o investimento privado. Economia é uma coisa muito difícil. Está cheia de coisas que você ganha de um lado e perde de outro.

Entrevista a Beth Cataldo, José Negreiros e Luís Erlanger, de *O Globo*, de 9.10.1987.

P.: Como está a queda de braço com os credores?

R.: Na última reunião com o FMI em Washington tivemos um grande avanço na negociação política da dívida. Tanto nossas teses mais antigas, como as mais recentes, foram incorporadas no que os banqueiros chamam de *menu* de opções que os países devedores deveriam oferecer no processo de negociação. Entre essas idéias, está a própria redução da dívida através de instrumentos como os títulos com taxas de juros mais baixas e fixas e prazos mais longos. No comunicado do Comitê Interino do FMI, que é o documento mais importante da reunião, já constou explicitamente a idéia da redução da dívida. Os discursos do presidente Ronald Reagan, de Michel Camdessus (diretor-gerente do FMI) e Barber Conable (Presidente do Banco Mundial) e, principalmente, de James Baker (secretário do Tesouro dos EUA), feito imediatamente depois do meu pronunciamento na Assembléia Geral, tiveram um sentido absolutamente claro de avanço. Eles não só aceitaram a idéia de que é preciso uma redução da dívida, como ainda que, como disse Baker, os bancos deveriam se apoiar menos em acordos formais com o FMI.

P.: O secretário Baker falou também em estender para seis meses, em lugar dos atuais três, os desembolsos do FMI e o acompanhamento das metas econômicas negociadas.

R.: Isso eu nem cheguei a defender, porque não estou querendo fazer um acordo já com o Fundo, mas é também um grande avanço. Enfim, nessa reunião iniciou-se uma nova etapa na história da dívida. A negociação antiga estava sempre baseada no ajustamento e no financiamento; e o ajustamento esgotou-se sem resolver nada, enquanto o financiamento de juros implicava aumento permanente da dívida. Agora, nós temos que combinar formas ainda de financiamento com formas de redução da dívida. Os dois caminhos básicos para isso são a conversão de dívida em título e a famosa conversão de dívida em capital. Mas, esta

última alternativa tem um problema, porque está limitada pelo impacto monetário que provoca, obrigando o país a emitir cruzados ou substituir dívida externa por dívida interna na hora em que o investimento se realiza.

P.: E a negociação específica com os bancos credores?

R.: Na primeira reunião com o Comitê dos bancos apresentamos a nossa proposta por escrito, um fato inédito. A proposta inicialmente surpreendeu os credores, mas as informações que tenho são de que eles estão percebendo que ela é séria, objetiva. Acho que podemos agora avançar rapidamente nessa negociação. E aí tem uma contradição: não estamos muito interessados em ter o acordo o mais depressa possível, não estamos com a corda no pescoço. Portanto, só negociaremos desde que haja um avanço claro nas nossas teses.

P.: Mas o dia 26 deste mês (outubro) está aí...

R.: O dia 26 é um problema para os nossos credores e também para nós. Vamos dar uma atenção muito especial ao dia 26. Nós podemos fazer concessões, mas eles têm que fazer concessões também, objetivas e claras. Se não, não há negociação. Tenho tido também boas informações dos bancos no sentido de que eles perceberam que nós estamos sinceramente querendo negociar — uma coisa de que eles tinham dúvidas. Eles estavam muito irritados com a moratória. Têm alguns que ainda estão. A moratória é sempre uma agressão ao banqueiro. Mas quando eles percebem que existe um interesse genuíno de negociar, as coisas melhoram muito. Houve banqueiros que tiveram, ainda lá em Washington, uma reação negativa, e depois telefonaram fazendo as pazes.

P.: Ao mesmo tempo que o FMI parece estar mais manso, o Clube de Paris⁵ não endureceu?

R.: No plano objetivo, há poucas razões para o Clube de Paris adotar essa posição de manter fechados os financiamentos ao país. Mas mantém essa posição porque o Brasil não tem acordo

5. *Clube de Paris*: designação informal, que se refere à reunião de representantes dos governos dos países mais desenvolvidos. O Clube administra e negocia a dívida dos países do Terceiro Mundo com bancos oficiais das nações mais ricas. Os devedores são obrigados, assim, a três negociações básicas: com os bancos privados, com os bancos e instituições oficiais dos países ricos, o Clube e com o Fundo Monetário Internacional. As autoridades e diretores desses bancos e instituições formam o *establishment* financeiro. Procuram sempre vincular todas as negociações.

com o FMI. Em janeiro deste ano (1987) fizemos um acordo com o Clube sem o FMI, o que envolveu, na época, uma negociação muito pessoal do ministro Baker, no sentido de convencer os demais ministros do Grupo dos sete países mais industrializados. Um mês depois, o Brasil fez a moratória. Isso fez com que esses ministros todos se sentissem um pouco traídos. E eles sempre lembram disso. Volta e meia, eles me contam essa história. Agora, eles fizeram uma espécie de acordo entre si, de que só haverá negociação se o Brasil fizer um acordo com o FMI. Esse é um dos motivos pelos quais eu acho que, depois do acordo com os bancos, ou até simultaneamente, mas de forma desvinculada, nós venhamos a fazer um acordo com o FMI.

P.: Em janeiro, o governo conseguiu fazer um acordo com o Clube de Paris desvinculado do FMI, agora o senhor parece propor o mesmo, só que em relação aos bancos.

R.: É diferente. Naquele caso, a desvinculação se referia à possibilidade de se fazer um acordo com o Clube, sem se fazer um acordo com o FMI. No meu caso, o que quero desvincular realmente são os desembolsos, que é o fundamental. No Clube de Paris não há nenhuma vinculação de metas do FMI com os seus desembolsos. Mas nos acordos com os bancos, os desembolsos trimestrais ficam na dependência dos desembolsos do Fundo, que, por sua vez, dependem de cumprimento de metas.

P.: Mas fica parecendo que há um retorno à situação anterior.

R.: Sob esse aspecto, há realmente um certo retorno. Mas eu não tenho muito argumento nesta hora. Mas como mais adiante vamos fazer o acordo com o FMI... Só não farei o acordo se o FMI não aceitar as metas que o Brasil estabelecer. Precisa ficar claro que o Brasil só fará o acordo com o FMI desde que isso seja uma continuidade do Plano de Controle Macroeconômico e que suas metas, que vamos reajustar trimestralmente, sejam aceitas.

P.: O que o governo vai levar aos credores no próximo encontro em Nova York?

R.: A questão do FMI não vai entrar nem em discussão. O que nós vamos discutir agora é a liberdade que devemos ter para emitir e negociar os bônus "de saída", propondo a sua conversão voluntária. Acho que os credores estão com boa vontade em relação a isso, mas têm algumas dúvidas. A liberdade para emitir os bônus é uma condição primeira na negociação. A segunda é estabelecer o sistema de pagamentos de juros mais ou menos simultaneamente ao recebimento dos empréstimos dos bancos.

Nós queremos pagar os juros e receber o empréstimo mais ou menos ao mesmo tempo. Se eles querem chamar isso de dinheiro novo, é dinheiro novo. Mas estará sempre vinculado o empréstimo que eles nos dão ao pagamento que nós lhes fazemos. Nós vamos receber 60% do que pagamos. Nós pagamos 100 e recebemos 60. No fundo, essa proporção é que será discutida. Eu imagino que ficará em torno de 60% para os próximos anos. Mas para 1987, nós precisamos do refinanciamento total dos US\$ 4,3 bilhões de juros. Em terceiro lugar, está a prorrogação das linhas de curto prazo.

P.: Passando para assuntos internos, o senhor não considera grave, que um industrial, o presidente da Autolatina, Wolfgang Sauer, venha publicamente dizer que vai paralisar as suas operações, sobretudo se é um setor que teve ganhos compatíveis e até acima da inflação?

R.: Em primeiro lugar, acho fundamental que o governo preserve a sua autoridade. Nós vivemos um período de crise e dificuldades e, de repente, a idéia de desafiar a autoridade do governo se torna atrativa. Mas acho que está absolutamente claro que este tipo de iniciativa tem pouco fôlego. O episódio da Autolatina não nos leva a modificar em nada a política do governo em relação aos preços da indústria automobilística. Eu venho dizendo que estamos num processo de recuperar os preços na indústria automobilística e vamos continuar.

P.: A indústria automobilística alega que, em abril deste ano; assinou com o governo um protocolo, que garantia a recomposição de seus preços.

R.: Mas esse protocolo me foi lembrado apenas uma vez pelo André Beer, presidente da Associação Nacional dos Veículos Automotores, e depois nunca mais. Já estive inúmeras vezes com Sauer e ele nunca me disse uma palavra sobre o protocolo. Agora ressuscitaram o protocolo, que eles tinham esquecido por dois motivos: porque logo depois veio o congelamento de preços e porque houve uma redução dos projetos de investimentos das empresas do Brasil. E o protocolo tinha como objetivo fundamental garantir investimentos. O que acho importante, de qualquer forma, é que não se pode fazer política de preços para prejudicar determinados setores. E há alguns setores que foram claramente prejudicados, principalmente as grandes empresas, que são, fundamentalmente, as empresas estatais e as multinacionais. Entre elas, a indústria automobilística (que é a mais fácil de controlar) foi particularmente prejudicada. Se examinarmos os

lucros das empresas multinacionais, nos últimos anos, vamos verificar que eles foram menores do que os lucros das demais empresas. A causa fundamental disso foi um excesso de controle de preços sobre elas, o que é uma coisa que tenho muita consciência de que precisa ser mudada. Mas temos que segurar a inflação. Portanto, não é fácil.

P.: Esse episódio da Autolatina também não reflete um desejo que é generalizado, no empresariado, de se livrar do excesso de controle do governo?

R.: Isso é muito relativo. A Autolatina, como outras empresas que falam em liberação, têm muito apoio do governo. Continuamos com o crédito-prêmio à exportação, extremamente importante para a indústria automobilística. Além disso, as exportações da Autolatina, para o Iraque contam com toda uma série de incentivos e acordos feitos pela PETROBRÁS para garantir essas vendas. Concordo em que é preciso menor intervenção do Estado na economia, que se caminha para a privatização, mas os empresários continuam dependendo e interessados em depender do governo. Há um duplo discurso. E é preciso tomar cuidado com isso.

P.: Mas do lado do governo também se fala em controlar as empresas estatais e não se consegue. Foi dito, por exemplo, que não haveria aumentos reais para os empregados de estatais e esses aumentos foram dados.

R.: Nós tivemos agora a questão do Banco do Brasil, em que aconteceu um problema semelhante. Mas aí houve um problema muito sério com a Justiça do Trabalho, que entendeu que o pessoal do Banco do Brasil tinha direito a uma equiparação com o do Banco Central, e depois que tinha direito a um aumento de produtividade, que saiu não sei de onde. Esse é um problema sério e grave. A Justiça do Trabalho, agora, está fazendo política econômica e política salarial. Tenho o maior respeito pelos juízes, que têm um papel extremamente importante neste país, mas fico preocupado com o que está acontecendo, especialmente ao nível do Tribunal Superior do Trabalho.

P.: Há perspectivas de ser adotada uma nova política salarial?

R.: Tenho insistido em que a política salarial brasileira é muito limitada, estabelecendo basicamente que vamos continuar aumentando o salário mínimo em termos reais. Há plena liberdade de negociação na data-base, com o parâmetro também de que o aumento, se for acima do IPC, não pode ser repassado aos preços nas empresas controladas pelo CIP. E há ainda a URP, que é

meramente uma antecipação salarial. O que é preciso é complementar isso com uma política de rendas, se nós conseguíssemos na parte fiscal uma carga tributária um pouco mais alta e principalmente mais justa.

P.: Mas não é verdade que o ajuste está sendo feito em cima dos salários, já que as políticas monetária e fiscal não são apertadas?

R.: Não concordo com essa premissa. Qual é a contenção salarial que eu estou fazendo? A política que estou fazendo procurou ajustar um pouco a economia, que está desaquecida, e isso reduz um pouco os salários. Mas o que reduziu mesmo os salários foi a inflação violenta do primeiro semestre. O salário só vai aumentar no Brasil novamente quando a economia voltar a crescer.

P.: Não estava implícito no Plano Macroeconômico que se a inflação fugisse do patamar de 3% a 5% teria que se alterar a área salarial?

R.: Se houver um aumento substancial de inflação podemos repensar a forma da URP, que é a antecipação salarial, mas isso é um detalhe no processo, não muda substancialmente as coisas. O que muda salário real é a expansão da economia e a negociação, mas os trabalhadores só conseguem ficar fortes quando há crescimento econômico, do contrário o seu poder de barganha diminui.

P.: O senhor ainda acredita no controle das estatais?

R.: Sim, é claro que algumas concessões têm de ser feitas. Mas eu tenho dito que se resolveu transformar o Estado no grande culpado de todos os problemas. Não há nenhum Estado que seja perfeito e certamente o brasileiro não o é. Mas as nossas empresas estatais são, de uma maneira geral, bastante eficientes e tiveram um papel decisivo na história do desenvolvimento econômico brasileiro, que jamais teria sido como foi, se não tivéssemos a SIDERBRÁS, a PETROBRÁS, a ELETROBRÁS e a TELEBRÁS. Acho que isso é indiscutível. O Brasil já chegou na fase em que deve começar a diminuir a presença estatal. Mas essa diminuição tem de ser lenta, porque a privatização implica haver recursos do setor privado, para comprar as empresas. E o setor privado brasileiro não tem tantos recursos assim. O setor privado francês ou inglês, por exemplo, tem. Tanto que estão comprando as estatais de seus países agora. Mas nós temos de ir devagar.

P.: O que se observa é que na área do controle do déficit público, seja por problema político ou não, não foi feito muito.

R.: Não concordo. Está sendo feito muito na área do déficit pú-

blico, é a nossa grande batalha, de todo o dia. Nós certamente vamos ter um avanço importante ao que normalmente aconteceria, porque este ano foi marcado por um imenso desequilíbrio do Estado, que estamos tentando corrigir, no meio do caminho, com o Plano Macroeconômico. Agora, acho difícil atingirmos a meta de 3,5% do PIB no déficit público neste ano. Vai ter de ser um pouco maior do que isso. Há uma idéia por aí de que o governo não fez nada no déficit público, o que é uma loucura. Fez-se e está-se fazendo bastante. O que se está segurando nessa área, o que tem de gente aborrecida com isso... Mas faz parte do jogo.

P.: A política monetária no mês passado também não teve comportamento favorável.

R.: Mas a política monetária tinha metas irrealistas, seja em termos de monetização da economia ou em relação a outras variáveis. Foram metas rigorosamente irrealistas. Quase como se a inflação fosse zero, o que nós tínhamos certeza que não aconteceria. A meta monetária, na verdade, é compatível praticamente com a inflação zero. O que foi um erro. Na discussão sobre o assunto, prevaleceram as posições erradas. Na revisão do Plano Macroeconômico, que vamos concluir no fim deste mês, essas metas serão corrigidas. Assim como as do déficit público.

P.: O senhor concorda com a tese quase fatalista de que a inflação vai se elevar gradativamente até voltar aos dois dígitos no fim ainda deste ano?

R.: Acho que a inflação vai ser um pouquinho maior neste mês em relação a setembro. Não há dúvida. Mas não vejo nenhuma fatalidade para ela continuar crescendo. Nós temos alguns fatores que estão pressionando a inflação, mas não tenho qualquer dúvida de que a manteremos sob controle.

Entrevista à Radio Eldorado de São Paulo, de 16.10.1987, publicada em *O Estado de S. Paulo*, de 17.10.1987.

P.: Quais as perspectivas de um acordo com os bancos credores antes do dia 26 de outubro?

R.: O encarregado da negociação, Fernão Bracher, tem instruções para que o Brail evite ser desclassificado, o que traria problemas para nós e para os bancos credores principalmente, que seriam obrigados a lançar um prejuízo de 10 a 15% em relação aos créditos concedidos ao Brasil. Nós não pretendemos nem

imaginamos que se possa terminar a negociação até o dia 26, isso está fora de cogitação. Mas se poderá fazer um avanço significativo e, se isso acontecer, poderemos até fazer o famoso pagamento simbólico (*token payment*). Agora, precisamos esclarecer um pouco o que é esse pagamento simbólico, há muita confusão a respeito. Tem gente que pensa, como eu penso, que é um pequeno pagamento, para mostrar boa vontade. Isso, mais aquela negociação, seriam suficientes para evitar a desclassificação. Mas os bancos credores esquecem que pagamento simbólico é pagamento simbólico e ficam falando num imenso *token payment* que, afinal, representa terminar a moratória. O Brasil não terminará a moratória enquanto não tiver uma negociação definitiva para sua dívida.

P.: Nota-se nos Estados Unidos uma pressão muito grande para um acordo provisório. Existe também a informação de que os credores querem um pagamento equivalente a pelo menos três meses de juros atrasados, ou US\$ 661 milhões. Devemos esperar hoje alguma mudança na posição brasileira?

R.: Os bancos estão alimentando uma confusão muito grande sobre esse pagamento simbólico. Pagamento de três meses, ou dois, é fora de cogitação. Eles querem isso e que, depois, se continue pagando a cada mês, de forma que o atraso nunca volte a ser maior do que seis meses, o que significa terminar a moratória. E a posição do governo brasileiro, que já deixei muito claro ao senhor James Baker, e ele compreendeu, é de não terminar a moratória antes de terminarmos a negociação da dívida dos três anos. Nós queremos um acordo para 3 anos, que implica US\$ 10,3 bilhões, que implica em *spread* zero e em uma série de coisas que vamos negociar, de forma flexível. Vamos negociar todo esse pacote. Não suspenderemos a moratória em hipótese alguma, enquanto esse pacote não for todo negociado. Até o dia 26 isso não vai acontecer. Até lá, o Brasil espera obter algumas vantagens, alguns avanços na negociação. Feito isso, poderemos fazer aquele pequeno pagamento simbólico.

P.: O Brasil está colocando na sua proposta o fim da flutuação das taxas de juro? Ontem o Chemical Bank elevou sua *prime-rate*⁶, e se outros bancos o fizerem a dívida brasileira crescerá.

6. *Prime-rate*: é a taxa preferencial de juros no sistema bancário norte-americano. Taxa preferencial é a que se concede aos melhores clientes — é, portanto, a mais baixa, o piso. O equivalente, para o mercado financeiro de Londres, é a LIBOR.

R.: Exatamente. Se você examinar a nossa proposta, nela consta um teto sobre a taxa de juros. Isso significa o seguinte: no momento em que a negociação se encerrar, e isso está perto, vai se verificar qual a taxa de juros vigente. Ela vai determinar inclusive de quanto dinheiro novo precisamos para financiar os juros. Depois se coloca um teto sobre essa taxa, 1%. O que for acima será capitalizado, ou refinanciado para o futuro. De modo que se as taxas continuarem subindo, não criarão problemas de reservas para o Brasil. Temos que receber esse dinheiro para financiar juros: se os juros aumentarem, ou eles aumentam seus pagamentos, ou capitalizam os juros para o pagamento futuro.

P.: O Brasil vai fazer um acordo com o FMI para negociar com o Clube de Paris. Mas os bancos dão a entender que gostariam de ver o FMI monitorando nossa economia.

R.: O Brasil já deixou claro que o acordo com os bancos será desvinculado do Fundo. Isso significa, por exemplo, que: se fazemos um acordo de US\$ 1 bilhão com o Fundo, receberemos esse dinheiro em parcelas trimestrais durante dois anos. A vinculação bancos - FMI implica o seguinte: quando fazemos acordo com os bancos, por exemplo, de US\$ 10 bilhões, também receberemos em dois anos e meio, em parcelas trimestrais. O acordo com o Fundo estabelece um plano, com certas metas. Se o Brasil deixa de atingir uma determinada meta, não recebe recursos do Fundo naquele trimestre. É uma punição, obriga a voltar para o caminho certo, é o monitoramento. Nesse mesmo momento, os bancos também suspendem. Então, o Fundo nos empresta US\$ 1 bilhão e passa a ter comando sobre US\$ 11 bilhões. Foi isso que dissemos, que não aceitamos em hipótese alguma.

P.: Há notícia de que o Brasil faria o pagamento simbólico e que depositaria o dinheiro como caução, num banco internacional.

R.: Essa é uma hipótese interessante que estamos estudando. Em vez de dar o dinheiro para os bancos, colocaríamos em caução. Mas não há nada decidido, nem é uma coisa fundamental para o Brasil. O fundamental é o *token payment*, que demonstremos boa vontade, estamos dispostos a fazer um acordo, a fazer concessões desde que eles também façam.

P.: As contas externas do Brasil melhoram bastante, o FMI e os credores estão mais flexíveis. O clima todo mudou. Por que não suspender a moratória, fazer o acordo com o FMI em outras bases para que o país receba o dinheiro de que precisa para poder avançar?

R.: Se suspendêssemos a moratória, estaríamos perdendo reser-

vas, porque nosso pagamento de juros é muito pesado. Nossa reserva é pequena e, em pouco tempo, estaria esgotada. Em troca de quê? Estaríamos pressionados a fazer uma negociação rápida, de acordo com os bancos e não conforme com os nossos interesses. Sabemos que a dívida é muito grande e que precisamos de um acordo de longo prazo para permitir um avanço significativo nessa negociação. Sem nosso grande instrumento de barganha, ficaríamos extremamente fracos na negociação. Segundo ponto: não creio que o Fundo tenha mudado muito. O que houve de muito importante nessa última reunião foi a mudança dos ministros de Finanças, particularmente do ministro Baker. O Brasil vem apresentando nos últimos três meses uma proposta, afirma que a dívida é um problema muito grave, mais do que se imagina, não é conjuntural e sim estrutural, e a única solução é de longo prazo, que reduza a dívida, implique um desconto. Isso é perfeitamente viável, porque existe um desconto no mercado secundário, o sistema financeiro internacional reconheceu que esse desconto é legítimo, portanto devemos participar desse desconto. Aí inventamos um sistema para isso, através de títulos de longo prazo, com taxas de juro mais baixas e fixas. Inicialmente essas idéias não foram aceitas pelos ministros das Finanças, mas na última reunião do Fundo o foram plenamente. Foi uma grande vitória do Brasil, e acho que deve facilitar a negociação. Quanto ao Fundo e suas posições monetaristas, ortodoxas, isso mudou muito pouco.

P.: Os salários foram soltos nos últimos 15 dias. Os preços estavam congelados e foram liberados recentemente. E a inflação se manteve sempre acima das expectativas oficiais do governo. No seu plano, não se falava em inflação zero, mas em torno de 2 a 4% ao mês. Em outubro, não deverá ficar abaixo de 9% e para novembro, tudo indica, segundo estudos feitos em Brasília, que teremos a volta dos temidos dois dígitos. O que teria dado errado no plano, ministro? De quem é a culpa?

R.: Acho que não há fracasso. Fizemos um congelamento flexível e sabíamos que a inflação zero estava fora de cogitação. Qual o motivo de termos inflação, se não há excesso de demanda? O fundamental é a recomposição dos preços relativos. O que é isso? Quando foi feito o congelamento, a economia estava numa situação caótica, os preços relativos estavam profundamente desequilibrados. O que fizemos logo após o congelamento foi acertar os preços relativos atrasados. Aí a inflação sobe. O ideal seria aumentar alguns e baixar outros. O problema é que os em-

presários escondem os preços que estão adiantados, nunca nos contam e é impossível saber quais são.

P.: E a previsão de 14-15% para o próximo mês (novembro)?

R.: Isso é terrorismo. Quando comecei o descongelamento em agosto, falava-se que em setembro a inflação seria de 15%. Eu disse então que era uma falsa analogia com o descongelamento do início do ano, quando a inflação explodiu, a economia estava totalmente fora de controle. E qual foi a inflação em setembro? Em vez de 15%, foi 5,7%, um pequeno erro de previsão... Agora estão sendo um pouco mais modestos, falam em 13 a 15%, mas é um absurdo. Que vai ser um pouco mais alta, é bem possível. Ainda há fatores aceleradores e eu não consegui ainda ter fatores desaceleradores que os compensem. Mas a economia não está fora de controle e há uma certa tranqüilidade por parte dos empresários.

P.: Mas as contas do governo não estão sob controle...

R.: Há duas coisas com as quais estou satisfeito. Primeiro é o setor externo, o superávit comercial é até maior do que eu esperava. As exportações estão indo bem, ainda que às custas de um certo desaquecimento da economia interna, diga-se de passagem. Segundo: tive informações esta semana, ainda não confirmadas, de que nossas metas de déficit público estão sendo razoavelmente atingidas. A monumental briga que o governo está fazendo para que ministros e governadores de estados segurem seus gastos está dando resultados. Não estamos muito longe do nosso objetivo de 3,5% do PIB, que é alto. O déficit público é um problema estrutural, mas estava caminhando para 6 a 7% do PIB. Estamos tendo um enorme êxito nessa área, estou realmente muito satisfeito.

P.: (Joaquim dos Santos Andrade, presidente da CGT) — A recessão está ameaçando, o crescimento da economia será menor em 1988, o que significa mais desemprego, menores salários.

R.: Você está pessimista demais. A economia não está caminhando para a recessão. Estava, mas houve uma reversão do processo. Em setembro, pela primeira vez, começou a haver aumento do nível de emprego, segundo a FIESP. Foi pequeno, mas a mudança é clara. Não há, portanto, nem recessão nem desemprego, ele está diminuindo. O que há são desequilíbrios estruturais muito importantes e isso não se resolve da noite para o dia.

P.: (Luís Ignácio Lula da Silva, presidente do PT) — Quando é que o senhor vai reconhecer publicamente que a classe trabalhadora

está tendo um dos maiores arrochos salariais de toda a sua história? O senhor vai ou não assumir publicamente que sua política econômica até agora não deu certo e que ela só controlou os salários?

R.: Lula, acho que você não tem ouvido o que eu tenho falado. Desde que assumi, deixei claro que sabia que os salários dos trabalhadores estavam caindo fortemente, cerca de 20%, nunca 80%, isso é loucura. Senão estaria todo mundo morrendo de fome; 20% de queda é importantíssimo, e de fato aconteceu. Se você pegar novembro do ano passado, que foi o pico, e junho deste ano, que foi o pior, a queda foi de 20%. Quando fizemos o congelamento, dissemos que haveria uma pequena recuperação em julho, mas que ficaria por ali, naquele nível. Fizemos a política com a URP que está levando mais ou menos nesse caminho. O que é mais grave é que os trabalhadores precisariam ter uma assessoria econômica mais séria. Diz-se que Delfim Netto fajutava índice e que eu escondi o mês de junho. Se isso tivesse acontecido, os trabalhadores teriam tido uma perda, só nesse mês, de 20%. O que aconteceu com os salários médios reais? Aumentaram um pouquinho, ou ficaram estáveis. Há muita irresponsabilidade dos assessores dos trabalhadores, que os levam a fazer reivindicações absurdas, a falar em queda de 70-80%, o que é ridículo e que faz com que a reivindicação do trabalhador, que é uma coisa séria e deve ser levada a sério, deixe de sê-lo.

P.: (Lincoln Pereira, presidente em exercício da Associação Comercial de São Paulo) — Qual a posição do governo sobre a conversão da dívida?

R.: Estamos fazendo a regulamentação da questão. É uma boa solução, mas com limites grandes pelo lado monetário. A outra solução para reduzir a dívida é sua conversão em títulos de longo prazo, com juros menores que o mercado. Espero que sejamos bem-sucedidos nisso. São duas soluções complementares.

P.: (Paulo Salvador Frontini, secretário de Defesa do Consumidor, e Paulo Salim Maluf, ex-governador do Estado de São Paulo) — Um dos maiores problemas enfrentados pela população é justamente na área de habitação. Qual a proposta concreta que o governo apresentará para os próximos meses nesse setor? O senhor acha justo o Executivo tentar interferir na Justiça Trabalhista para achatar os salários e negar a reposição salarial na mesma proporção da inflação?

R.: Não existe solução de curto prazo para o problema da habitação. Este é o problema menos atendido do país, fez-se muito

pouco. Houve uma medida, a meu ver malfeita — acabar com o BNH, que tinha muitos defeitos, mas que de qualquer forma estruturava a política habitacional do país. Hoje estamos sem esse órgão e estou preocupado, tentando ajudar a reestruturar essa área, mas ainda não foi possível. Quanto à pergunta do senhor Maluf, o governo brasileiro não está em absoluto interferindo junto ao Tribunal Superior do Trabalho. O que o governo está dizendo é que os aumentos salariais podem e devem ser feitos nas negociações entre patrões e empregados, mas os aumentos não devem ser maiores que a inflação do período, para que os empresários não repassem esses aumentos e alimentem a inflação, de forma desastrosa para trabalhadores e empresários. É um problema que temos de tratar com muita seriedade e sem demagogia.

P.: (Pedro Erberhardt, presidente do SINDIPEÇAS) — A estabilidade no emprego não poderia ser o golpe fatal para a entrada de capital estrangeiro no país, já bastante arredo em função do controle de preços e a moratória, entre outros problemas?

R.: O capital estrangeiro tem tido um papel muito importante no desenvolvimento brasileiro. Não concordo que tenha sido a moratória e a Constituinte — questões recentes — que tenham levado esse capital a se retrair. Essas empresas se retraíram nos últimos seis ou sete anos, quando o Brasil passou a enfrentar dificuldades na área externa porque ficaram apreensivas com a possibilidade de o país não poder honrar o pagamento de lucros e dividendos. Embora isso jamais tenha acontecido, o Brasil, nunca deixou de pagar os lucros e dividendos das empresas multinacionais e também o repatriamento de capital quando elas exigem.

Elas estão preocupadas com a Constituinte, e nós devemos tomar atenção a este problema. Mas creio que a Constituinte está tendo um resultado perfeitamente aceitável para elas, não irá criar problemas maiores.

P.: (Flávio Teles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira) — Qual a posição do governo brasileiro acerca da proposta dos EUA, de eliminação dos subsídios para produção e comercialização para produtos agrícolas até o final do século, tendo em vista que os produtos brasileiros sofrem grande concorrência dos próprios EUA e Comunidade Européia?

R.: O Brasil é totalmente favorável à eliminação de subsídios. Aqui já houve eliminação de subsídios. O subsídio que há na Europa e nos EUA, entretanto, dificilmente será eliminado, apesar

de sermos favoráveis a isso. Os salários, por exemplo, na França ou Inglaterra são muito altos, inclusive o nível de vida é muito elevado, e torna-se incompatível com o preço internacional de certos produtos agrícolas para competir com o Brasil ou Argentina. Então a única solução lá é o subsídio, para não acabar com a agricultura européia, norte-americana ou japonesa. O subsídio à cultura de arroz no Japão é um escândalo, é imenso, mas eles não querem acabar com a agricultura do arroz. Os EUA podem dizer que irão acabar com o subsídio, mas tenho minhas dúvidas a respeito. É uma tese que devemos defender, pois os EUA vivem dizendo que devemos pôr nossa economia em ordem, mas eles não fazem isso em sua própria casa.

P.: (Juarez Rizzieri, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor da FIPE) — O reajuste das tarifas públicas contribui para a redução do déficit público, mas prejudica a inflação em um momento crítico de reposição salarial, abrindo caminho para uma nova explosão inflacionária. Não dá para cortar outras pressões sobre déficit e aguardar um momento mais adequado para reajuste das tarifas públicas?

R.: Esta é a tentação eterna dos controladores de preço, dos ministros da Fazenda: segurar o preço do setor público. Geralmente, se segura os preços das tarifas públicas, do aço, da energia elétrica, às vezes do petróleo, e depois também se pega alguns setores privados, cujos preços são fáceis de se controlar, como a indústria automobilística, indústria petroquímica (que é meio privada, meio pública). Congelam-se os preços desses setores — isso ocorreu durante o período do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, por exemplo —, mas isso traz um problema de déficit público gravíssimo. Desequilibra a economia de forma brutal e depois leva à chamada inflação corretiva. Também o Mário Henrique Simonsen e o Delfim fizeram isso várias vezes. Eu prometi a mim mesmo não fazer. Essa é uma forma muito fácil de combater a inflação, e se eu quiser segurar a inflação nos próximos meses, fazendo um congelamento só de preços que estão no CIP, alguns dos mais importantes e especialmente as tarifas públicas, eu reduzo a inflação. Mas depois de três ou quatro meses tenho de fazer a inflação corretiva e aí a inflação explode. Seria uma imensa irresponsabilidade de minha parte.

P.: O governo prepara um aumento da carga tributária bruta e líquida. Hoje essa carga seria da ordem de 24% do PIB. Com incentivos e subsídios, o governo perde 42% de sua receita. Não será melhor diminuir incentivos e subsídios, cuja utilização é du-

vidosa e o benefício duvidoso, em vez de aumentar a carga tributária, principalmente considerando que o IR é pago por uma parcela muito pequena da população e na área de pessoas jurídicas a tributação é bastante alta (respondem por cerca de 75% da receita)?

R.: Estou plenamente de acordo. Seria muito melhor reduzir incentivos e subsídios do que aumentar imposto. Mas é muito difícil fazer isso. Eu disse que a Constituinte está fazendo um trabalho sério, mas não fez nada nessa área. Está mantendo todos os subsídios e incentivos. Ninguém tem coragem de cortá-los. Têm os subsídios para o Nordeste, para a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), para Carajás. Há uma infinidade de coisas, uma quantidade enorme de subsídios e incentivos. Há sempre interessados em torno deles, e os interessados têm *lobby* infernal, em todos os níveis do governo, inclusive no Congresso. Enquanto não houver uma campanha bem decidida, organizada e estruturada de toda a sociedade para reduzir estes incentivos, não será possível eliminá-los. Há certos momentos em que os incentivos são legítimos, mas com o tempo ficam desfuncionais, e ainda assim ficamos com eles. Insisti muito em que na Constituição houvesse um dispositivo que dissesse o seguinte: a cada quatro anos, o Congresso fica obrigado a reafirmar os incentivos; se não o fizer, eles acabam automaticamente. Afinal se pôs lá um dispositivo que não é bem isso. E ninguém pode falar em acabar com incentivos regionais. Com isso não chegamos a uma racionalidade em matéria econômica neste país.

P.: Há também uma insatisfação muito grande com relação aos choques inflacionários. Parece que estamos querendo combater a inflação de choque em choque, como na Argentina. E isso não é suficiente. Não seria o momento de fazermos mudanças estruturais na economia brasileira para atacar o problema central do país, sem o que não há solução para as demais questões? Talvez até usar isso como arma para eliminar os *lobbies* que o senhor mencionou?

R.: A inflação realmente é um problema muito grave na economia brasileira, mas acho um erro dizer que os choques sejam uma coisa má. Nós ainda estamos traumatizados com o choque do Cruzado, que foi uma coisa muito boa, muito bem feita, que poderia ter tido êxito, mas foi muito mal administrado em seguida e aí foi um desastre. Agora, um choque só não resolve. Isso é absolutamente claro. Fazer um choque e deixar as coisas correrem, como no Cruzado, é melhor não fazer. Mas em certos mo-

mentos é muito necessário. Se quisermos pegar uma inflação de 15% ou 20% e reduzi-la a zero na base de contenção de déficit público, recessão, é uma loucura. Não faz nenhum sentido. A solução do choque é muito mais inteligente, desde que acompanhada de outras medidas.

P.: Mas desde que haja também investimentos, o que não acontece com o Brasil?

R.: Mas aí começamos a misturar uma porção de problemas. A questão estrutural básica da economia brasileira é que o setor público, que é responsável por boa parte dos investimentos brasileiros (40% dos investimentos, ou seja 5% do PIB, contra 12% de investimentos do setor privado), não tem poupança. A poupança do setor público foi praticamente eliminada devido aos incentivos e subsídios, devido à elevação da inflação, que tira capacidade real de poupança do governo, devido ao endividamento do governo e ao aumento violento do juro sobre a dívida pública, juros que o governo paga e que representam cerca de 4% do PIB. Todos esses fatores levaram a uma redução da capacidade de investimento do setor público, e isso é gravíssimo. O que faz o governo então? Vai-se financiar no setor privado, através do *open* e de vários sistemas. Isto tira a capacidade de investimento do setor privado. A solução para isso é demorada e difícil. Tem que cortar despesas, aumentar tarifas — e estava lá Juaréz querendo diminuir as tarifas —, aumentar alguns impostos, tirar subsídios. São tantos os interesses que, se não tivermos coragem para adotar estas medidas, não iremos muito longe.

Entrevista ao *Correio Braziliense*, de 25.10.1987.

P.: Como é que o senhor está vendo a questão dos salários, que vem sendo apontada por muitos setores como o fator que está puxando para baixo o crescimento, por que caiu o poder aquisitivo?

R.: Isso é um problema que está me preocupando muito. Os trabalhadores estão pedindo aumento de salário e a Justiça do Trabalho está tendendo a concedê-lo, incluindo os 26% de junho, o que é um absurdo. A nota que fiz, mais uma, demonstra, com clareza, que não houve nenhum prejuízo para os trabalhadores pelo fato de a correção salarial ser calculada a partir de julho. Que, pelo contrário, no mês de julho houve um aumento de

salário real, já. Pequeno, mas houve, depois de uma queda muito grande que estava acontecendo desde novembro. Desde novembro até junho, os salários reais caíram fortemente, devido à inflação. Graças ao congelamento desse ano, houve uma recuperação do salário médio real. Isso se pode mostrar teoricamente a partir daquela idéia que expliquei exaustivamente, logo depois do congelamento, de que os 20% de reajuste — o último gatilho de junho — embora referido à inflação de maio, na verdade deveria ser comparado é com a inflação de julho, porque iria ser gasto durante o mês de julho. Como a inflação de julho foi de apenas 3%, de acordo com o IPC, ou de 9%, de acordo com o INPC, haveria um ganho salarial real substancial. Agora, vamos verificar o que aconteceu com o salário médio real calculado pela FIESP. Vamos ver que em julho e em agosto aumentou em relação a junho. Como eu previa teoricamente e mostrava com fórmulas e gráficos, agora, na prática, empiricamente, está demonstrado.

P.: E a discussão da inflação de junho, de 26,6% que não foi gatilhada?

R.: Economistas irresponsáveis, assessores dos trabalhadores, insistem em falar no sumiço, no roubo dos 26%. Se eu tivesse roubado 26% dos trabalhadores — um aumento que dizem que não dei e deveria ter dado — o que aconteceria? Naquele mês em que foi roubado, o salário dos trabalhadores deveria cair 26% sobre 126%, ou seja, pouco mais de 20%. E empiricamente está provado que não caiu, porque não caiu mesmo. Agora, se esse aumento for concedido agora, se os empresários concordarem em aumentos incorporando os 25 ou 26% de junho — o que resulta em aumento de quarenta e poucos por cento para aqueles com data-base em setembro, de mais de 50% na data-base de outubro e imagino mais de 60% na data-base de novembro — os trabalhadores estarão recebendo, de fato, então, um aumento no salário real de 25% adicionais. Isto levaria o salário real ao pico que ocorreu entre agosto e novembro de 86, ao pico do Cruzado. Ora, nesse período revelou-se uma incompatibilidade distributiva. Esses salários altos foram uma das causas do fracasso do Plano Cruzado. De forma que nós vamos ter uma aceleração inflacionária muito forte, que vai frustrar os trabalhadores, que, afinal, não vão ter esse aumento em termos práticos. Vai prejudicar a todos nós: trabalhadores, empresários, governo.

P.: Mas, a essa altura dos acontecimentos, já foram dados aumentos dessa ordem, a começar por algumas estatais, como o

Banco do Brasil...

R.: Esse negócio de Banco do Brasil é uma confusão. Em primeiro lugar, quem deu este aumento foi a Justiça do Trabalho. Segundo, ela deu por um outro motivo. Não foi com base nos 26% de junho, mas sim com base na equiparação aos salários do Banco Central.

P.: O BB, porém, puxou os outros reajustes...

R.: Entendo que puxe. Mas se um cai no abismo e nós queremos todos sair correndo e pular juntos no abismo, pulemos. Eu não, fico aqui de fora, avisando. Porque quem faz a economia de um país são os empresários e os trabalhadores. O governo, o ministro da Fazenda, o ministro do Planejamento, o presidente da República, eles estabelecem certas linhas, certas orientações. Têm alguns poderes, mas não todos os poderes.

P.: O que fazer, então?

R.: Então, nesse caso, por exemplo, não posso proibir que os empresários concordem com isso, ou não posso proibir que a Justiça do Trabalho decida em função disso, ou que os trabalhadores reivindiquem isso. Agora se eles o fizerem e derem esse aumento, todos vão perder, inclusive os trabalhadores. Se isso acontecer, é o preço que vamos pagar pela monumental demagogia que a imprensa, que os jornalistas, que os diretores de jornais, que os diretores de revistas, fizeram logo após o congelamento.

P.: Como assim?

R.: Naquela ocasião, a imprensa toda — os jornalistas porque são assalariados, os diretores de jornais e revistas porque vendem jornais e revistas para os assalariados — decretaram que o governo estava fazendo um monumental arrocho salarial, o que é falso. Tinha havido uma redução de salários anterior. Arrocho salarial é outra coisa. É uma decisão que o governo toma, como já aconteceu no passado, de reduzir deliberadamente os salários dos trabalhadores. Isso não foi feito. Pelo contrário. Foi feita uma recuperação que os números demonstram. Modesta, mas efetiva. No entanto a imprensa caiu firme em cima dessa idéia...

P.: A imprensa não inventa...

R.: Resultado: as pessoas acreditaram, por mais que eu repetisse, insistisse, que mostrasse. Agora, estou mostrando os números concretos. Foi desse jeito que se começou a concessão desses aumentos. Eu queria me ver, por exemplo, na pele de um empresário. Fica difícil, depois de toda a carga, não conceder os aumen-

tos que os trabalhadores querem. O mesmo ocorre com o juiz do Trabalho, seja de Rondônia ou de Brasília. Também fica difícil para ele, depois de toda a carga que foi feita, em que ninguém tinha coragem de dizer “não, a coisa não é bem assim...”. Havia pouca gente de coragem. Eu me lembro, por exemplo, de um artigo magnífico que foi feito pelo economista Marcos Cavalcanti Albuquerque, na *Folha de S. Paulo*, mas foram poucos. Geralmente era um populismo salarial que agora está custando caro. P.: A corrida salário e inflação poderia levar a um novo choque?

R.: Não está em cogitação um novo choque nem acredito que a sociedade já esteja fazendo aumento de preços pensando em outro choque. Estou, muito satisfeito porque, ainda que a inflação tenha aumentado um pouquinho, estamos hoje com preços relativos muito mais equilibrados. Quer dizer: no dia 12 de junho, dia do choque, os preços relativos estavam profundamente desequilibrados. E, hoje essa inflação que está aí decorre, fundamentalmente da correção de preços relativos que fizemos. Só pudemos aumentar os preços atrasados e não pudemos reduzir os adiantados, porque a gente não sabe quais são. Mas, de qualquer forma, o certo é que nossos preços estão bem mais equilibrados. Isto significa que as empresas que estavam com preços atrasados estão acertando seus passos, estão podendo sobreviver no mercado.

P.: Ao longo das últimas semanas, vários setores estão exigindo mais fortemente reajustes substanciais de preços. Quer dizer, é uma fonte de pressão talvez tão grande quanto a dos salários...

R.: Isso não é novo. Eles estão fazendo desde o começo. Aço, por exemplo, era um preço atrasado. E os industriais privados do aço, sem falar nas siderúrgicas estatais, pressionaram por muitos aumentos. Foram dadas elevações acima da inflação e isso acelerou um pouquinho a taxa inflacionária. Para a indústria automobilística também já foi dada alguma coisa e vai continuar sendo dada alguma coisa a mais, porque os preços dela estavam atrasados e isso vai acelerar a inflação. Medicamentos, idem. Houve vários insumos em que isso aconteceu.

P.: Houve o estudo da criação das ZPEs (Zonas de Processamento de Exportações), houve a proposta de socorrer a TRANSBRASIL. Nessas discussões, o senhor sempre foi contra, argumentou. Mas existiu a chamada “decisão de governo”. O senhor não acha que está havendo decisões de governo demais se sobrepondo às suas posições como ministro da Fazenda?

R.: Acho que não. No caso das ZPEs, sempre deixei claro que achava que não funcionariam. Seria caro e não funcionaria. Caro, porque tem todo um custo de infra-estrutura para montar as ZPEs, porque vai exigir enormes custos de fiscalização. E não funciona porque nenhum empresário que se preze, estrangeiro ou brasileiro, vai instalar uma indústria numa ZPE só para exportar, se pode instalar em Manaus e exportar e importar. Ou se pode instalar em qualquer lugar do território nacional e, utilizando-se do *draw-back* e do BEFIEX (Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação), praticamente tem todas as vantagens que teria na ZPE.

P.: E o plano de socorro a empresas privadas em dificuldades?

R.: A TRANSBRASIL é o único caso que conheço. O Conselho de Segurança Nacional entende que é um problema de segurança nacional. Aceito esta idéia e acho que devemos dar um socorro à TRANSBRASIL. O que tenho defendido é que não se faça a intervenção, a não ser que seja para liquidação da empresa. Existe um consenso de que a administração atual da TRANSBRASIL — é a terceira vez que a empresa entra em crise — deveria ter um trabalho mais competente lá. Mas ela também tem sido vítima de problemas como o Plano Cruzado, não há dúvida. Não excludo algum socorro à TRANSBRASIL, desde que devidamente garantido. Agora, me parece que só faz sentido socorrer mesmo a TRANSBRASIL se for para mudar a administração.

P.: Há uma ameaça — ou pelo menos está se falando nela — de recessão da economia americana a partir do comportamento da Bolsa de Nova York nos últimos dias. Isso muda seus planos para a negociação da dívida externa? Ou não muda?

R.: O que entendo é que essa crise que está havendo na economia americana reafirma as posições que o governo vem tomando a respeito da dívida externa. Confirma. Essa queda na Bolsa é consequência, principalmente, da taxa de juros internacional. E a elevação da taxa de juros, por sua vez, é consequência dos déficits em conta corrente dos Estados Unidos. Os déficits em conta corrente dos Estados Unidos, por sua vez, são consequência do déficit fiscal americano. E esse desequilíbrio da economia americana é que vem preocupando há bastante tempo todo o sistema capitalista. Então, agora, houve um lance importante, que foi essa queda. Não é certo, ainda, que vá haver recessão, mas, de qualquer forma, é certo que as taxas de juros vão continuar subindo e há risco sério da recessão.

P.: E como isso nos afeta?

R.: Diante disso, confirma-se a posição do Brasil. O Brasil está dizendo que só está disposto a sair da moratória se lograr um acordo com os banqueiros internacionais que seja um real avanço em relação ao modelo anterior de negociação, que é o do México e é o da Argentina. O Brasil está dizendo que, nessa negociação, nós queremos não só o sistema convencional de financiamento de juros, como *spread* mais baixo, desvinculação do FMI e um teto sobre a taxa de juros. Esse teto é fundamental. Se a taxa de juros sobe, o que sobe acima daquele teto é capitalizado ou refinanciado. Além disso, o Brasil está dizendo que quer também abrir uma solução de longo prazo para a dívida que implique a possibilidade de reduzi-la através dos títulos de longo prazo e taxas fixas e mais baixas de juros. Isso se torna mais importante agora que está havendo este problema no sistema financeiro internacional.

P.: A proposta brasileira, portanto, continua adequada, mesmo que haja recessão na economia norte-americana no ano que vem?

R.: Sem dúvida. Vamos imaginar a taxa de juros. Se por acaso os juros aumentarem no próximo mês ou dois meses, enquanto não se fecha a negociação, vamos precisar de mais dinheiro para financiamento dos juros e depois se estabelece o teto, para evitar que aumentos posteriores ainda tenham efeitos negativos sobre a economia brasileira. Essa negociação virá proteger o Brasil, entre outros fatos, dessas flutuações. E o país tem mecanismos para isso, pois estão muito claras as nossas propostas. Já prevíamos, quando fizemos a proposta, que a taxa de juros continuaria crescendo, que havia a possibilidade de uma recessão na economia americana.

R.: Mas esse quadro facilita ou dificulta a negociação?

R.: É difícil saber o que se passa na cabeça dos banqueiros. Imagino que as ações dos bancos tenham sofrido quedas na Bolsa de Nova York. Então preferiria que os banqueiros estivessem com suas ações fortes e saudáveis. Ficariam mais tranquilos para negociar. Vamos torcer para que saiam dessa crise, porque a crise deles é também um pouco a nossa crise. Somos solidários. Temos, às vezes, interesses conflitantes com os banqueiros, mas somos basicamente solidários nessa briga.

P.: Como estão, no momento, as conversações de Fernão Bracher com o comitê dos bancos credores, em Nova York?

R.: A reunião está indo devagar. Os banqueiros se sentem muito divididos em relação ao problema da negociação de uma dívida

como a do Brasil. Porque se pede mais de 10 bilhões de dólares de refinanciamento de juros. De um lado, eles precisam fazer isso, porque, senão, não recebem os juros. De outro lado, é péssimo fazer, porque na hora em que dão o empréstimo, no dia seguinte esse dinheiro vale a metade no mercado secundário de títulos, o que seria difícil, para eles, explicar aos acionistas. Como é que eles fazem um financiamento e no dia seguinte vale a metade?

P.: O senhor poderia detalhar melhor?

R.: Isso se explica porque, fazendo o financiamento, os banqueiros recebem, digamos, 60%. Recebem tudo o que deram e mais 40%. Recebem 60% do juro vencido. Mas o que os banqueiros gostariam mesmo é que o Brasil começasse a pagar, mesmo com algum atraso, sem que fossem obrigados a fazer novos financiamentos. Mas o Brasil não vai fazer isso. Por esse motivo estão propondo um acordo provisório, que não é nada provisório. Estamos inteiramente interessados em colaborar com os bancos e com o governo americano, mas queremos uma solução para o problema da dívida.

P.: Como está sendo encarada a insistência dos bancos para um pagamento simbólico dos juros?

R.: Fazer um falso *token payment* dos juros ou um acordo provisório da dívida é exatamente a forma de não resolver, de adiar a solução, o que não interessa ao Brasil. O país não está com pressa, não quer fazer correndo uma negociação. Se, por acaso, fizessemos um acordo provisório, por exemplo, o que estaríamos fazendo é adiar a solução dessa negociação indefinidamente. Aí os banqueiros perderiam todo o interesse em fazer o acordo.

Entrevista a Willian Waack, do *Jornal do Brasil*, de 25.10.1987.

P.: A situação externa parece muito ruim. Os juros subindo ou uma recessão mundial. E ainda tem os bancos, agora prejudicados pela queda do valor de suas ações em Nova York, em atitude no mínimo pouco receptiva em relação ao Brasil. Esta análise, na sua opinião, é muito pessimista?

R.: Acho que sim. Este ano, apesar da moratória, o Brasil está pagando de juros, de principal de dívida e de bônus, um total de

8,5 bilhões de dólares, a seus credores. A suspensão de pagamento é de apenas 4,3 bilhões de dólares. O Brasil continua sendo um supridor de recursos para o sistema financeiro internacional, e muito grande. O Brasil faz parte desse sistema financeiro internacional.

Não vejo nenhuma razão para muito pessimismo. Acho que as negociações do Brasil com os bancos em Nova York prosseguirão, com certa lentidão, mas prosseguirão, e que nós chegaremos a um acordo. Os bancos credores compreenderam que o Brasil está realmente disposto a negociar, a fazer concessões, desde que os bancos concordem também em fazê-las. Nossa proposta deixou claro aos bancos que o sistema convencional de financiamento de juros precisa de algumas inovações, sobretudo redução da taxa de juros e, em troca, um teto na taxa de juros, para que eventuais aumentos sejam refinanciados, capitalizados. Acho essencial a existência de mecanismos que permitam a longo prazo a redução da dívida.

P.: Considera-se que as relações atuais entre o Brasil e os bancos credores são as piores já registradas desde a eclosão da crise do endividamento, em 1982. Qual é a sua avaliação?

R.: Não é verdade. A situação estava muito pior quando foi feita a moratória. Eu mesmo, há um ou dois meses, quando os banqueiros estavam com a sensação de que o Brasil não estava disposto a negociar, percebi que estavam muito irritados. Agora eles estão convencidos de que estamos dispostos e começamos a negociar de boa-fé. O que acontece — mas isto é uma mera suposição minha, dos contatos que tenho com os banqueiros e que meus assessores têm com os banqueiros — é que eles também estão num momento muito difícil. De acordo com a forma de tratamento convencional, eles vão ter de nos financiar os juros, dar dinheiro novo, na expressão deles. Isso para eles é muito desagradável, pois no dia seguinte o dinheiro vale apenas a metade no mercado secundário. O ideal seria se o Brasil não precisasse de dinheiro novo, mas então não haveria o problema da dívida. O complicador é que é grande a proporção da dívida em relação às exportações. Para compatibilizar crescimento, estabilidade de preços com a dívida é necessário reduzir de maneira vital uma parte dos juros que pagamos ou então encontrar mecanismos novos que reduzam a dívida. Isso é o que o Brasil está pretendendo.

P.: A credibilidade do governo brasileiro no exterior é muito baixa também. Considera-se que não tem condições de fornecer

garantias de que cumpriria os próprios planos econômicos. Como o senhor reage a esse tipo de crítica?

R.: Nós realmente temos dificuldades políticas e econômicas. Passamos por um momento difícil e, se os credores não quiserem esperar que tudo se resolva, eles apenas contribuirão ainda mais para aumentar as dificuldades e os problemas. A partir da análise de que existem de fato problemas políticos e econômicos neste país — e eu não pretendo tapar o sol com a peneira — eles, os banqueiros, fazem afirmações absolutamente inverídicas. Por exemplo, é muito comum, entre os banqueiros, a afirmação de que o Brasil não tem programa econômico. Pois o Brasil tem programa econômico escrito em português, inglês e japonês e está sendo cumprido com maior seriedade possível. Não integralmente, mas pelo menos 90%, 80%. Os resultados que estamos obtendo com déficit público, por exemplo, são surpreendentemente bons. Dentro de dez dias o governo vai publicar o primeiro relatório de acompanhamento no Plano de Consistência Macroeconômica. Cada trimestre, regularmente, vai ser publicado outro relatório de acompanhamento, dentro da política de absoluta transparência de dados. Outra coisa que os banqueiros dizem é que não estamos considerando as contribuições que possam fazer as instituições multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Clube de Paris. Não é verdade. Na nossa solicitação de recursos aos bancos privados fizemos uma série de suposições muito realistas, mas que perfeitamente podem ser discutidas com os bancos, de quanto é que nós vamos receber do FMI, Banco Mundial. Com o FMI pretendemos fazer um acordo após o entendimento com os bancos. Na verdade, sinto que os bancos estão tensos, pois sabem que terão de negociar agora. Trata-se de uma negociação entre duas hipóteses que não são boas. Os bancos perdem se não negociam e também perdem, de certo modo, se negociam. Isto não é um tipo de negociação feliz para ninguém, mas é a realidade.

P.: O senhor é considerado um intelectual com reputação internacional cujas idéias, ao assumir o posto, não eram favoráveis à moratória. Foi muito difícil o exercício de aceitá-la como instrumento imprescindível de negociação da dívida?

R.: Quando a moratória foi declarada, escrevi um artigo dizendo que era a única alternativa. Acho que a forma como foi declarada não era a mais feliz. O que precisamos ter muito claro nesse processo de negociação é que um país só chega a negociar quando não existem mais empréstimos voluntários para esse

país. E só não existem quando um país não tem condições de pagar normalmente os juros, quanto mais o principal. Geralmente os países endividados são capazes de pagar até uns 60% de seu serviço, e com muito sacrifício. Dentro desse quadro, faz parte do realismo admitir que esse país só pague seus juros quando tiver financiamento. No momento em que um país deixa de receber financiamento para os juros, ele pára de pagar. Num determinado momento ele ainda pode queimar suas reservas mas, depois, ele vai para a moratória. Esse tipo de relacionamento entre devedores e credores é um absurdo.

P.: O Brasil parece ter colocado muitas esperanças numa possível compreensão maior por parte dos governos como os da Alemanha, França e Inglaterra em relação às teses apresentadas pelos brasileiros para renegociação da dívida. Como o senhor avalia a atitude desses governos?

R.: Na reunião do FMI, o Brasil queria fundamentalmente duas coisas dos ministros dos sete países mais ricos. A primeira era um acordo da parte deles de que não obrigariam, não interfeririam junto aos bancos exigindo que eles, para fazer acordo com o Brasil, pressionassem por um acordo prévio com o Fundo. Nesse sentido, obtive apoio explícito dos ministros Balladur (França), Lawson (Inglaterra) e Stoltemberg (Alemanha). Em segundo lugar, nós queríamos um apoio para a idéia dos títulos voluntários com taxas de juros fixas e mais baixas e também obtivemos apoio para essa idéia no comitê interno, do qual eles também participaram.

P.: Diante da incapacidade dos governos dos países industrializados de coordenar suas próprias políticas monetária e financeira, o senhor não se acha sozinho num mundo completamente hostil?

R.: O mundo capitalista está vivendo nos últimos 15 ou 17 anos numa grande crise, que corresponde às ondas longas de Kondratieff⁷, que tem se confirmado rigorosamente. Então eu imagino que ainda temos mais uns cinco ou sete anos de dificuldades no mundo.

7. *Ciclos de Kondratieff*: teoria pela qual o capitalismo avança não uniformemente, mas conforme ciclos ou ondas longas de expansão e desaceleração, cuja duração total seria de 50 a 60 anos. Aproximadamente em 1945 teria começado a última expansão, que terminou em 1969 ou em 1973, quando começa a atual fase de desaceleração ou de declínio. Os ciclos longos seriam compostos de ciclos normais ou breves, cuja duração é de aproximadamente oito a dez anos.

P.: Para enfrentar uma situação dessas, por que Brasil, Argentina e México não são capazes, ou não querem, se colocar juntos numa espécie de cartel dos devedores?

R.: Esta não é nossa intenção. Nós constituímos um grupo e vamos ter reuniões regulares, mas nós entendemos que cada país tem uma conjuntura diferente, e está em um momento da negociação da dívida diferente, por isso não faz sentido um cartel. Além disso, um cartel é muito agressivo em relação aos nossos países credores, e é bom lembrar que nós fazemos parte do mesmo sistema. Nós apenas estamos em dificuldades no momento.

P.: O clima para empresários no Brasil é considerado atualmente de ruim a péssimo. O senhor vê qualquer possibilidade de inverter essa tendência? Que conselhos daria a um empresário francês?

R.: Isto se inverte. O pessimismo no Brasil é passageiro. Os verdadeiros empresários são aqueles que têm visão e sabem enxergar além das dificuldades. O potencial da economia brasileira continua enorme, e se eu fosse um empresário francês continuaria considerando o Brasil como excelente opção. Há muitas multinacionais perdendo excelentes oportunidades de negócio no Brasil, no momento.

P.: Um recente artigo do antecessor seu, o Prof. Mário Henrique Simonsen, até agora não contestado, afirma que o Brasil está perdendo o bonde da história, perdendo contacto com a tecnologia avançada e praticamente se condenando a ser um atrasado. O senhor compartilha dessa opinião?

R.: Acho que o Brasil não está em hipótese alguma perdendo o bonde da história. O Brasil está passando por dificuldades políticas que se relacionam ao período de transição para a democracia. As transições econômicas estão relacionadas principalmente, mas não exclusivamente, com a dívida externa. Mas o Brasil está realmente avançando nas tecnologias de ponta. A reação que existe inclusive em relação à Lei de Informática, por parte dos países centrais, não é reação de quem acha que nós estejamos perdendo o bonde da história. A Lei de Informática, por exemplo, é um grande sucesso no Brasil, sou defensor da Lei de Informática. Concordo que de vez em quando há exageros, mas se examinarmos o progresso que teve a informática no Brasil nestes últimos anos, a partir do momento em que foi feita a reserva de mercado, ficaremos absolutamente espantados. Importante é que isto não está impedindo que investimentos estrangeiros sejam feitos nessa área. Investimentos também de ponta. Re-

centemente também a IBM resolveu fazer um importante investimento em discos fixos de alto nível de tecnologia, pois não havíamos concordado que ela fizesse investimentos menos sofisticados. Mais dramático foi o caso da Texas Instrument, que queria fazer um grande investimento no Brasil em maquininhas de segunda, que nós brasileiros já sabemos fazer de cor e salteado. O governo brasileiro não deixou e a empresa resolveu fazer um grande investimento, de 176 milhões de dólares, em equipamentos de altíssima tecnologia.

P.: Num país como este, onde o Estado tem importância tão transcendental para a economia, que papel pode ter um programa de privatização?

R.: A privatização não é uma das prioridades da economia brasileira. Há dificuldades para fazê-la, não só por causa da resistência da burocracia estatal. Ao contrário da França e da Inglaterra, no Brasil não há um montante privado de poupança tão grande que possa ser aplicado na compra das empresas. De qualquer forma, nós devíamos pensar na privatização de duas maneiras. Uma através de venda das estatais, e a outra através da abertura de novos serviços públicos, tradicionalmente nas mãos do poder público, e que agora sejam assumidos pela iniciativa privada. Um novo metrô, uma nova hidroelétrica, uma nova estrada de ferro. Existe uma imensa necessidade de investimentos públicos no Brasil, que poderiam ser cobertos pelo setor privado, desde que haja garantia de lucro adequado, o que creio que é perfeitamente viável de se fazer.

5

TURBULÊNCIAS À DIREITA E À ESQUERDA

Todo o primeiro esforço de negociação resultou num acordo interino, ou provisório, com os bancos credores privados. Com a data de 6 de novembro de 1987, esse acordo estipulava basicamente que o Brasil deveria fazer um pagamento simbólico, enquanto os bancos, de sua parte, forneceriam um financiamento. O pagamento brasileiro mais o financiamento serviriam para saldar parte dos juros devidos pelo Brasil. Quer dizer, o dinheiro voltava para os bancos. De outra parte, no acordo interino estabeleciam-se princípios e regras nos quais se baseariam as negociações e o acordo definitivo, para um futuro breve.

Para os bancos, isso significava que receberiam algum pagamento, suspenso desde a moratória de 20 de fevereiro de 1987. Com isso, a dívida brasileira não foi desclassificada. Para o governo brasileiro, a vantagem desse acerto provisório estava na retomada de negociações com base em novos princípios.

Em todo caso, a questão foi extremamente polêmica no Brasil. Para setores conservadores, cujas opiniões freqüentemente refletem o pensamento dos credores externos, o ministro Bresser Pereira estava tentando impor condições inviáveis para a negociação — especialmente a questão do desconto da dívida. Estava, assim, afrontando o sistema financeiro. Para os setores mais progressistas, freqüentemente vítimas de um nacionalismo canhestro, Bresser, ao contrário, estava cedendo aos bancos e saindo da moratória sem nada nas mãos.

O debate sobre fazer ou não acordo com o FMI reaparece fortemente nestas entrevistas de novembro e dezembro de 1987.

No lado interno, a situação política torna-se cada vez mais difícil para o ministro da Fazenda, que começa a entrar em rota de colisão com o Palácio do Planalto. Surgem diversos pontos de atrito entre o ministro da Fazenda e o chamado círculo íntimo do Planalto, de composição variada, conforme o caso. Surge a proposta de criação das Zonas de Processamento de Exportação, ZPEs, idéia levada pelo então ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco, e que Bresser achava uma barbaridade. Os militares acertam diretamente com o presidente um aumento de seus vencimentos que desautoriza toda a política salarial. Finalmente, o presidente da Autolatina, Wolfgang Sauer, recebe o apoio de amigos do presidente em sua briga contra o Ministério da Fazenda por aumentos de preços de seus carros. O presidente Sarney adota comportamento ambíguo: manifesta apoio a seu ministro da Fazenda, pede que ele permaneça no posto, ouve suas propostas, mas continua mantendo e ouvindo todos aqueles colaboradores próximos que atacam o ministro.

Nesse tiroteio, Bresser tenta o último lance forte de seu programa, uma reforma tributária, fundada nas análises do Plano de Controle Macroeconômico. O objetivo era o de aumentar a carga fiscal, mas basicamente através da taxaço de rendimento de capital e outras rendas mais elevadas.

Entrevista ao *Jornal da Tarde*, de 9.11.1987.

P.: Antes de tudo, gostaríamos de repassar alguns assuntos do momento, o acordo preliminar com os bancos privados. Foi o que o senhor esperava mesmo?

R.: Estamos fazendo um depósito de US\$ 500 milhões que servirá para pagar juros dos meses de outubro, novembro e dezembro. Você pode considerar isso um *token payment*, um pagamento simbólico. Vamos já pagar esses três meses. Não está resolvido como vamos pagar os juros de janeiro a julho de 88 porque, se nós conseguirmos fechar o nosso acordo com os bancos privados até 15 de janeiro; só receberemos em julho ou até depois disso o desembolso dos bancos. E, enquanto isso, não existe previsão de financiamento para pagamento de juros a partir de janeiro. E o Brasil só pagará juros a partir de janeiro. Por-

tanto, o Brasil só suspenderá a moratória — e esse pagamento simbólico não é a suspensão da moratória — com duas condições: que haja esse acordo final (e eu esperaria que fosse antes, fosse feito até 31 de dezembro, pois nós podemos pagar janeiro), e, segundo, que houvesse uma previsão de financiamento de juros para janeiro, fevereiro, março e abril, maio, junho e julho. Não está feito ainda e eu não sei como vai ser feito. Se não houver, continua a moratória até que isso se resolva.

P.: Houve avanço aí?

R.: Esse acordo teve dois avanços importantes para o Brasil. Um: o Brasil conseguiu dos bancos a desvinculação entre os desembolsos dos bancos e o acordo que faremos com o FMI. Também estamos comprometidos a procurar um acordo com o FMI, que, claro, será feito de acordo com os nossos interesses. Mas nós vamos procurar, honestamente, de boa-fé, fazer um acordo com o FMI. Segundo: conseguimos que o acordo seja de três anos. Nunca se fez isso. Sempre um ano. Os acordos com o México e Argentina foram sempre de um ano. Está estabelecido que o acordo será para 87, 88 e 89. Há ainda outra coisa: um *statement*, que não é ainda uma autorização final, mas um *statement* bem avançado, de que eles autorizarão os títulos de longo prazo.

P.: O que está faltando, então, para fechar o acordo definitivo?

R.: Falta muita coisa. Tem-se de discutir o *spread*, discutir o volume do financiamento, que é extremamente importante, e... e vai ter muita coisa ainda... Essa é uma negociação assim meio infernal, não só para nós. Para nós e para eles... É ruim para todo mundo...

P.: Como o PMDB, o seu partido, recebeu esse primeiro acerto?

R.: O telegrama dos banqueiros fala que eu vou ao FMI. Eu estou cansado de dizer há meses que nós iremos ao FMI, mas isso está causando, em alguns setores do PMDB, preocupação. Tanto que é muito importante que eu esclareça que o nosso telegrama está desvinculado e isso faz parte do acordo. Só que há certos acordos que as partes resolvem por explicitamento dos dois lados e há certos acordos que se fazem na base do "quem cala, consente". É isso. Agora, a alternativa para isso, se nós não pusessemos que iríamos ao FMI, o que é que aconteceria? Aconteceria, primeiro, que não faríamos esse acordo, porque foi condição fundamental do governo americano. Significaria, portanto, que nós teríamos de partir para o confronto com o sistema financeiro internacional. Interrompíamos negociações, e acabou-se. Significaria que teríamos de partir para uma decisão unilate-

ral, que não é razoável, neste momento. Nós temos de tentar um acordo mesmo, desde que interesse ao Brasil. Desde que seja um acordo que obedeça aquele princípio básico que eu estabeleci, quando comecei essa negociação, que deveria ser um claro avanço em relação aos acordos que fizeram anteriormente a Argentina e o México, e as Filipinas.

P.: Ministro, é possível o senhor explicar exatamente qual a diferença entre um acordo vinculado ao FMI e um não vinculado?

R.: O FMI pode ser um incômodo sério para nós, como está sendo para a Argentina, por exemplo. Nós estabelecemos certas metas que serão comuns. E, depois, você não consegue atingir algumas daquelas metas comumente acordadas, e que são razoáveis. Se você não consegue isso, o FMI suspende, o país pede um *waiver*, “perdão”. Uma palavra horrorosa, quer dizer, *waiver* não é bem perdão. E se o FMI não dá o *waiver*, então não faz o desembolso trimestral que ele deve fazer de acordo com os termos do acordo que ele fez com você. E, ao mesmo tempo, os bancos automaticamente o que devem fazer também naquele momento? Um desembolso. E não fazem o desembolso. Ora, do FMI nós devemos esperar mais ou menos US\$ 1 bilhão. Dos bancos, nós devemos esperar mais ou menos US\$ 10 bilhões. Então o FMI, que comanda um bilhão, passa a onze. Passa a comandar dez vezes mais. Havendo a desvinculação, se nós não atingirmos um objetivo, o FMI suspende o pagamento deles, e é só. Os dez bilhões continuam sendo normalmente desembolsados em parcelas como está acordado. O que significa que o poder do FMI reduz-se. Eu disse isso com todos os “esses” e “erres” ao senhor (Michel) Camdessus, ao senhor (James) Baker, a todos eles. Além do que, há um outro motivo: esse sistema é um convite à moratória. Porque o Brasil também firmou um princípio fundamental: é que esse negócio de dinheiro novo não existe. O que existe é financiamento de juros. Se há financiamento de juros, significa que o Brasil, para pagar juros, precisa ter um financiamento parcial de juros. Se não há financiamento, não há pagamento. Moratória não é um bicho de sete cabeças. Ora, se os bancos, de repente — porque o FMI suspendeu o pagamento —, também suspendem o pagamento, passa a não haver financiamento de juros, e o Brasil seria obrigado a suspender também seus pagamentos. Nós preferimos evitar isso. É muito mais lógico, diminui o poder do FMI e evita moratórias desnecessárias.

P.: Mas o país entra em choque quando se fala em FMI, lembra as monitoras que vinham aqui...

R.: Se o Brasil não quiser fazer acordo com o Fundo Monetário Internacional, o que é que significa? Eu já disse o que significa agora: além de não ter havido esse acordo aqui, o Brasil ficaria com suas contas desclassificadas. Então, não havendo mais possibilidades de negociações com os bancos, o que significaria também mais adiante? Significa que nós não obteríamos mais dinheiro do Clube de Paris, que está condicionado. Nós não obteríamos mais dinheiro do EXIMBANK¹ e significa que nós teríamos muitos limites na obtenção de dinheiro do Banco Mundial. Não que nós não obtenhamos, mas teremos limites, vamos receber muito menos do que desejaríamos do Banco Mundial. Então, se nós não queremos ir ao FMI, significaria que nós tínhamos de fazer um confronto total com o sistema financeiro internacional privado e oficial. Eu acho que isso não é uma boa solução para o Brasil. Então nós temos de tentar uma solução intermediária de acordo, de negociação. Agora, não vou fazer nenhum acordo com o FMI que seja prejudicial aos interesses do Brasil.

P.: Passando para o plano interno: inflação, déficit público, salários. Dizem aí que o déficit caminha para 6% do PIB.

R.: Quanto ao déficit público, realmente, vai ser mais que 3,5%. Está sendo elaborado um novo relatório de atualização exclusivamente em relação ao déficit público, e nós fizemos um recentemente, que tinha dados até setembro. Agora temos dados até outubro e, como esse plano do déficit público é importante, só em relação ao déficit público deverá ser publicado brevemente um novo relatório que estabelece uma nova meta e dá novas informações sobre qual deverá ser o déficit público este ano. Será certamente maior que 3,5%, quanto ainda não sei. Quanto à inflação, o meu entendimento é que ela vai ser um pouco maior em novembro do que foi em outubro, mas eu creio que a inflação está ainda razoavelmente sob controle. Mas, claro, o essencial não está resolvido. Há dois problemas estruturais na economia brasileira: um é a dívida externa e o outro é o déficit público. Ou se você quiser colocar mais amplamente, é a crise fiscal, que é o déficit público e a dívida pública, interna e externa, que é imensa. Essas duas dívidas pesam sobre o déficit público. Só de

1. *EXIMBANK*: Export Import Bank, ou bancos oficiais dos países desenvolvidos que concedem financiamentos para importações e exportações. Por exemplo, o EXIMBANK norte-americano concede empréstimos para importações brasileiras dos Estados Unidos.

juros, sobre a dívida pública interna e externa, você paga quase 4% do PIB. Sobre a dívida externa, que pesa muito mais que a interna, você paga 2,3% do PIB.

P.: O senhor diz que os aumentos salariais acima de 10% reais seriam altamente inflacionários. Agora o senhor está colocando mais peso em cima do problema da dívida, do déficit...

R.: Não, não, não, não. A curto prazo haverá uma pressão inflacionária decorrente desses acordos salariais que estão sendo feitos. De quanto será essa pressão, ninguém sabe. Mas há uma pressão inflacionária, os acordos estão sendo feitos com aumento real de salários que me parece incompatível com a estabilidade de preços — não é bem estabilidade —, com o patamar de preços que nós estamos tendo. Disso eu não tenho dúvida.

P.: Percebo que quem trabalha no governo tem pelo menos dois times: um é contra o déficit e outro é a favor. E o time a favor do déficit é o mais forte ultimamente, não é, ministro?

R.: Eu acho que não. Acho que todo governo tem um time a favor do déficit. Eu estive, por exemplo, um mês atrás, na reunião do Fundo Monetário Internacional, e conversei com vários ministros da Fazenda dos países desenvolvidos: da França, da Itália, dos Estados Unidos, da Alemanha. E todos diziam que o grande problema deles era conter o déficit público e que os outros ministros sempre queriam gastar mais. O que é normal: um ministro precisa fazer obras, fazer realizações sociais, isso e aquilo. Tem sempre prioridade. Então, quem tem de estabelecer os limites é o ministro da Fazenda e o ministro do Planejamento. Isso não tem muita escapatória. Faz parte do jogo. Então isso está normal.

P.: Mas mesmo assim, percebe-se pela última reunião do Conselho Monetário, que ela foi uma reunião de gastos, não é?

R.: Eu acho que houve exagero. Por exemplo, houve um gasto, que não entra no déficit público, mas é um gasto que tem efeitos monetários, que é esse empréstimo que será feito à TRANSBRASIL. Foi considerado um programa de segurança nacional, então se resolveu dar esse empréstimo. Agora, quanto aos demais gastos, foram muito limitados para a agricultura, certos setores atingidos por seca, e sem dúvida menores que aqueles que estavam sendo solicitados, muito menores.

P.: Quer dizer que aquela história de que Iris Resende (ministro da Agricultura) disse, que ainda se negociaria a extinção da correção monetária nos empréstimos para o Nordeste, acaba por aí mesmo?...

R.: Não, o que está entendido, desde que foi definida a política de que não se faria nenhum empréstimo com isenção ou redução da correção monetária, é porque esse tipo de subsídio é como uma roleta russa. É um absurdo. Se a inflação é zero, o subsídio é zero. Se a inflação é 100%, o subsídio é grande. Se a inflação é 1000%, o subsídio é imenso, e assim vai. Agora, também ficou claro que, em certos casos na agricultura, especialmente no Nordeste, poderia haver um subsídio, mas deveriam estar previstos no orçamento recursos para isso, e se dará o subsídio de acordo com, por exemplo, uma porcentagem de financiamento. Eu dou o financiamento de 100, e 20 são subsidiados. Quer dizer, 20 você não paga, você fica devendo só 80 e aí paga correção monetária plena sobre os 80. Ou, agora, por exemplo, está sendo feito um subsídio previsto no orçamento para a irrigação do Nordeste. Então, dependendo do tamanho da unidade, você pode ter um subsídio para a irrigação, que é muito razoável que haja. Mas é feito caso a caso, examinando, quanto a pessoa gasta na irrigação, e, se for um pequeno produtor, ele tem um subsídio de até 50%, se não me engano. Isso é perfeitamente razoável, em qualquer país do mundo.

P.: Ministro, qual é a dificuldade de tornar concreto o corte dos subsídios?

R.: Há alguns subsídios, por exemplo, para a exportação, que são naturais e que devem ser mantidos. São subsídios que existem em todos os países do mundo. De forma que o exportador brasileiro ficaria em desvantagem se não tivesse esse subsídio. Agora, há subsídios setoriais e regionais, alguns dos quais já perderam em grande parte a sua função. Poderiam ser eliminados mas não são porque existem interesses muito grandes em mantê-los e até hoje não foi possível eliminá-los. Todos eles acham que têm motivos muito justos para isso. Mas acontece que nós temos uma crise fiscal e, nessa crise fiscal, uma coisa importante seria reduzir esses subsídios. Eu tenho insistido nisso, e espero que consigamos alguma coisa.

P.: Ministro, há uma escassez de fontes de financiamentos para novos investimentos. Como é que nós vamos resolver o problema dessas fontes de financiamento?

R.: A curto prazo não é fácil. O último artigo acadêmico que eu escrevi e que foi publicado na *Revista de Economia Política* recentemente, mas eu fiz antes de ser ministro, chamava-se "A Mudança no Padrão de Financiamento do Investimento no Brasil", ou coisa parecida. E discutia exatamente esse problema.

Mostrava que o grande problema que existe no Brasil, que aliás está reproduzido na estratégia básica do Plano de Controle Macroeconômico, é que o Estado brasileiro perdeu a sua capacidade de poupança. O Estado brasileiro poupava cerca de 7 a 8% do PIB em meados dos anos 70 e hoje poupa zero. E continua fazendo investimentos de 5% do PIB, investimentos em áreas absolutamente essenciais como petróleo, transporte, energia elétrica, siderurgia, comunicações, além dos investimentos sociais. Então, aí surge o déficit público, que é perto de 5% do PIB. Para nós resolvermos esse problema, teríamos que recuperar a capacidade de poupança do Estado. Essa capacidade de poupança do Estado diminuiu por quê? Dois por cento dessa capacidade em relação ao PIB decorreram da redução da carga tributária bruta. E o resto decorreu da redução da carga tributária líquida, ou decorreu em grande parte do aumento dos juros sobre a dívida pública. Os juros sobre a dívida pública interna e principalmente externa somam perto de 4% do PIB. Além disso, um outro problema que levou à redução da capacidade de poupança do Estado foi a redução dos preços das empresas públicas, especialmente a siderurgia, mas também a energia elétrica e também o petróleo. Essa redução em termos reais, o atraso nesses preços, provoca uma redução da poupança. Então nós teríamos de recuperar isso. E além disso houve um aumento de 1% do PIB, mais ou menos, nos subsídios. Ao invés de diminuirmos os subsídios, aumentamos um pouco. E tudo isso somado é que dá a crise fiscal.

P.: E qual é a solução para essa equação, ministro?

R.: A solução é uma solução de que ninguém gosta: nós temos que aumentar impostos, em certos setores, e é fundamental que, aumentando impostos, nós não aumentemos impostos sobre os salários e não aumentemos impostos sobre as empresas, especialmente as empresas que investem. Agora, para o resto nós temos que aumentar impostos. Por exemplo, deve haver um imposto sobre patrimônio líquido, vai ser pequeno, muito pequeno, mas seria importante que houvesse um imposto neste sentido, seria muito importante que o imposto sobre os rendimentos do capital também fosse progressivo, como é o imposto sobre o rendimento do trabalho. Por que só o imposto sobre o rendimento do trabalho é que é progressivo, e não o do capital? Não é justo. Então nós precisaríamos fazer isso, precisaríamos fazer um imposto mais completo sobre ganhos de capital. São valorizações de ativos, que é o grande capital, então. Se fizermos isso, estare-

mos fazendo um aumento da carga tributária que não prejudicará os assalariados, que já estão bem tributados. Podemos até, quem sabe, reduzir um pouco a tributação sobre eles, que não prejudicará os investidores. Isso é fundamental.

P.: A base de tributação no Brasil é muito pequena, por isso é que a carga tributária é pesada. Qualquer solução de aumento de imposto vai atingir, queira ou não, cinco milhões de pessoas, que, de uma forma ou de outra, serão...

R.: Não se pode esperar grandes aumentos de receita com aumento da carga tributária. De fato, a base tributária é pequena no Brasil. Agora, se você comparar a carga tributária brasileira com a carga tributária de países em estágio semelhante de desenvolvimento, especialmente nos países do Sudeste Asiático, você vai verificar que a carga tributária brasileira é significativamente menor. É claro que, se você comparar com países desenvolvidos, a carga tributária brasileira é muito maior, mas aí também porque a base tributária deles é muito maior. Então, o aumento de carga tributária tem de ser feito com muito cuidado. Há limites claros para isso, mas, evidentemente, que é fácil perceber pelos padrões de consumo da sociedade brasileira que existe campo para o aumento da carga tributária. Claro que o Brasil não é um país rico e, portanto, ninguém pode querer aumentar impostos indiscriminadamente. Temos de aumentar os impostos de forma que fiquem mais justos, porque uma coisa também muito importante é lembrar o seguinte: o Brasil tem a distribuição de renda mais injusta do mundo. Poucos países do mundo têm distribuição de renda mais desigual do que a brasileira. E nós sabemos que há duas formas de corrigir uma distribuição de renda: uma é através de salários. Essa estratégia é limitada, especialmente porque, quando você aumenta os salários, você diminui os lucros, e, diminuindo os lucros, você reduz os investimentos. Claro que você pode aumentar os salários e reduzir os rendimentos dos rentistas, que vivem de aluguéis ou de juros, mas aí também é muito difícil, porque os juros, infelizmente, no Brasil têm que ser um pouco mais altos que os juros no exterior, senão há fuga de capitais, por exemplo. Claro que você também pode tentar aumentar mais os salários das pessoas mais pobres do que dos mais ricos. Isso já foi tentado no Brasil algumas vezes, e depois a classe média reage porque os serviços que a classe média recebe do Estado são muito poucos. Toda a classe média, por exemplo, educa os filhos em escolas particulares. Isso não acontece nos Estados Unidos, não acontece na França, não acontece

na Inglaterra, onde toda a educação para a classe média e até para a classe alta é feita pelo governo. Em alguns casos, não. Então, fazer a distribuição de renda via salários é possível, mas é limitado. A outra grande estratégia, que é a estratégia que realmente deu enormes resultados, nos países desenvolvidos, especialmente países desenvolvidos que tiveram governo social-democrata, é através do sistema tributário. Você fazendo o sistema tributário mais progressivo, que realmente onere os mais ricos e não os mais pobres, você consegue uma distribuição de renda consideravelmente melhor. Isso aconteceu na Suécia, na Inglaterra, isso vem acontecendo mais recentemente na França, isso aconteceu muito na Áustria, e nós tínhamos que chegar a isso também.

P.: O senhor não acha que, basicamente, antes de qualquer aumento de carga tributária, seria necessário fazer uma correção na máquina do Estado, quer dizer, evitar o desperdício, corrigir, fazê-la funcionar?

R.: Eu não acredito que se possa. Sou muito contra a idéia de que se tem que fazer antes uma coisa para fazer a outra depois. Quando você começa a fazer isso, você não faz nada. Isso é uma filosofia geral que eu aprendi em toda a minha vida administrativa, em todos os setores. Agora, não há dúvida nenhuma de que existem desperdícios no gasto público. Especialmente no gasto público social. No gasto público de investimento das empresas estatais não há muito desperdício. Há alguns salários excessivos nas empresas estatais, sem dúvida, mas não há muito desperdício. Agora, no caso social existe desperdício, e o motivo essencial disso é a excessiva centralização do gasto público social. A União ainda hoje, por exemplo, faz gastos sociais importantes, quando o gasto social deveria ser feito fundamentalmente por estados e, principalmente, municípios. É por isso que a reforma tributária que está sendo feita pela Constituinte é importante. A linha geral de aumentar a receita nos estados e municípios é correta porque, no município, a descentralização aumenta enormemente a eficiência, e diminui os canais burocráticos, os intermediários burocráticos, através dos quais se perde uma boa parte do gasto social.

P.: Os empresários mantêm-se relutantes em investir. Qual é a perspectiva da economia brasileira nos próximos quatro anos?

R.: Essa sua pergunta revela as nossas perplexidades e o nosso pessimismo. O Brasil nunca viveu um clima de tanto pessimismo quanto hoje. Eu realmente não me lembro. Isso decorre da estagnação em que nós estamos há sete anos. A renda *per capita*

não cresce há sete anos praticamente. Isso decorre da desilusão, do fracasso do Cruzado. Isso decorre de uma série de fatores. Agora, nós temos que vencer isso de alguma forma. Nós temos que ter coragem de vencer os desequilíbrios fiscais e resolver o problema da dívida externa de uma maneira mais adequada e de voltar a investir. São todas coisas que têm que acontecer mais ou menos simultaneamente. Se quisermos também esperar primeiro resolver o problema fiscal e resolver o problema da dívida externa, para depois resolver o problema dos investimentos, aí nós não resolvemos nada.

P.: Ministro, parece que o Estado esgotou sua capacidade de investir. Ela está momentaneamente esgotada. Mas o setor privado tem capacidade de investimento e não investe. Será que está acontecendo no Brasil o que os monetaristas chamam de *crowding out*, com o Estado tomando os recursos que o setor privado tem em mãos para investir?

R.: Existe algum *crowding out* no Brasil. O fato de você ter um déficit público muito grande provoca uma elevação da taxa de juros, que é a consequência do *crowding out*. Agora, os investimentos do Estado são inevitáveis. Não há a solução da privatização? Claro que há. A solução de privatização é de longo prazo. Não existe ainda a poupança no Brasil para que se possa vender para o setor privado a siderurgia que seria prioritário privatizar, muito menos a parte de energia elétrica e de petróleo. Então, enquanto isso, o Estado tem de investir. Aliás, a economia brasileira continua funcionando razoavelmente com os investimentos do Estado no setor de aço, de petróleo, de energia elétrica, que continuam sendo realizados com certas limitações.

P.: Não seria o momento de colocar a questão de maior abertura da economia brasileira? Há muitas ineficiências na economia brasileira porque ela é fechada, não tem competição.

R.: Há duas formas de abertura: uma coisa é a abertura ao investimento estrangeiro. O Brasil é muito aberto ao investimento estrangeiro. Só limita o investimento estrangeiro um pouco em bancos e um pouco em informática. Em outros setores, não há praticamente nenhuma limitação. Agora, mais importante é o problema da abertura do Brasil ao comércio exterior. Isso eu acho muito importante, e nós estamos, no Ministério da Fazenda, especificamente na Comissão de Política Aduaneira, que pertence ao Ministério, a fazer uma grande reforma tarifária² no Brasil.

2. *Reforma tarifária*: algumas das propostas lançadas nessa época acabaram vin-

O que nós temos é uma velha lei de tarifas de 1957, que agora completou 30 anos, e que nunca foi reformada. O sistema tarifário foi perdendo importância. E, hoje, a forma de proteção da indústria nacional e de controle das importações é feita fundamentalmente através de técnicas administrativas, de cotas de importação, de autorizações, de guias de importação feitas pela CACEX. Ela faz isso bem feito, mas sempre há falhas. Então a idéia é se reestruturar isso até o final do ano, reestruturar todo o sistema tarifário brasileiro e basear a proteção no sistema tarifário, que é muito mais voltado para o mercado, do que no sistema de controle administrativo, que será reduzido. Isso está em pleno processo, depois vem a segunda etapa, que é começar a reduzir tarifas de importação e aumentar a competição interna.

P.: E do lado das exportações? Cerca de 40% do nosso superávit vem do comércio com os Estados Unidos. E eles agora terão que tomar alguma medida para reduzir o seu déficit comercial.

R.: As perspectivas para o próximo ano não são muito brilhantes sob esse aspecto, você tem toda razão. E nós não sabemos qual será a recessão americana, se vai ocorrer mesmo, é provável, mas não é certo; se ocorrer, nossas exportações serão prejudicadas. Mas eu creio que um superávit de US\$ 10 bilhões, que é o que nós prevemos para o próximo ano, basicamente o mesmo deste ano, será viável.

P.: Quais as correções efetivas que terá que fazer em seu programa? Na medida em que se trabalhava com previsões de inflação um pouco abaixo do que temos?

R.: Eu tenho que tomar medidas muito fortes contra o déficit público. Esse é o grande inimigo que nós temos que enfrentar. Em matéria de política salarial, infelizmente não há muita coisa. Ou nós voltamos a um regime autoritário de impor limitações rígidas aos assalariados, o que eu acho difícil, ou então nós ficamos com a política de negociação e tentamos evitar os aumentos de preços via não-transferência, não-repasse para aqueles produtos que estiverem controlados pelo CIP.

P.: A URP continua...

R.: Agora, o que nós sentimos nessas negociações recentes é que os empresários aumentam os salários com muita facilidade. Há um clima de inflação neste país que é desanimador, eu diria.

gando no ano seguinte. As tarifas aduaneiras impõem impostos de importação, tornando mais, ou menos, atraente a compra de um produto no exterior.

P.: Acho que o primeiro empresário que aumentou seus salários com muita facilidade foi o Banco do Brasil.

R.: É verdade, eu não tenho escondido isso. Mas veja, o que aconteceu lá foi o seguinte: em março deste ano (87), foi tomada uma decisão completamente errada de se estabelecer isonomia, essa é uma maldita palavra, entre os salários do Banco do Brasil e do Banco Central. E foi feito um aumento para o Banco do Brasil por causa disso. E esse aumento do Banco do Brasil significou que os salários do Banco do Brasil foram equalizados com os do Banco Central, em termos de base, mas como as gratificações, as comissões do Banco do Brasil são maiores, o salário do Banco do Brasil ficou maior do que o do Banco Central mais ou menos 15%. Então em maio o Banco Central resolveu que devia, em nome de isonomia, esta bendita isonomia, ajustar em 15% os seus salários. Aí cometeu um erro. Em vez de ajustar as bonificações e gratificações, ajustou no salário base. Aí o Banco do Brasil voltou a dizer “eu quero esses 15% de volta” e aí o Tribunal disse “vai ter, de qualquer jeito”. E aí esses 15%, somados aos 10% que tinham sido concedidos em março, e mais a inflação do período, e mais os 4% que o Tribunal do Trabalho há algum tempo vem dizendo que é a produtividade, que é uma coisa que não tem nenhum sentido, deu os 45%, uma loucura...

P.: Ministro, o senhor acha que querer convencer os brasileiros que 10% de aumento real de salário são suficientes e cobrem as perdas de todo esse tempo — esse argumento contém alguma coisa para convencer alguém?

R.: O problema não é convencer. Existe uma coisa chamada realidade econômica. E a realidade é que o Brasil está estagnado economicamente. Que a renda *per capita* no Brasil não cresce há sete anos. E se a renda não cresce há sete anos, os salários não vão crescer. É muito difícil, é praticamente impossível que os salários cresçam em termos reais, médios, se a renda não cresce. Esse é um dado objetivo e concreto. E a economia tem uma porção de fórmulas para — uma das quais é a inflação, infelizmente — impedir que os salários cresçam de acordo com a nossa vontade. Eu gostaria muito que os salários crescessem bastante. Salário só cresce quando tem crescimento econômico. Não tem outro jeito. Os salários hoje estão no nível semelhante ao nível de 85. Em 86 houve aquela grande embriaguez do cruzado. Os salários cresceram demais, os lucros cresceram demais, tudo cresceu demais. Mas era tudo artificial. E tudo caiu feito carta de baralho.

P.: Parece que nós estamos numa situação bem perversa. Ou o

crescimento econômico ou o crescimento dos salários. Não acha que é possível fazer as duas coisas em conjunto?

R.: Temos que crescer a economia e o salário juntos. Não há perversidade nenhuma nisso. Tentar fazer os salários crescerem mais que a produção, e a produtividade particularmente, é impossível. Ou quase impossível. E crescer a produção mais que os salários, é possível. Aí é quando você concentra a renda, mas eu acho que o Brasil já passou também a fase de precisar de concentração de renda para crescer. Depois dos estágios iniciais na vida econômica de um país, depois que concentra renda para permitir a concentração de capital começa a desconcentração da renda. Eu acho que nós devíamos estar agora na fase da estabilização, em que salários e lucros deveriam crescer mais ou menos conjuntamente e a massa de acumulação permanecesse...

Entrevista a Armando Ourique, da *Folha de S. Paulo*, de 22.11.1987.

P.: O Brasil efetuará pagamentos de juros sobre a dívida de médio prazo de primeiro de janeiro, sem ter concluído o acordo definitivo com o comitê assessor dos bancos privados?

R.: O Brasil não vai pagar juros com recursos tirados de suas reservas. A retomada desses pagamentos só ocorrerá após a conclusão do acordo final com o comitê assessor. Não posso pagar juros sem ter um financiamento adequado para estes desembolsos. Para 1988, o Brasil precisa de "recursos novos" correspondentes a 60% do pagamento de juros. Isto ficou claro na negociação do acordo interino. Sem o prévio financiamento dos juros, o Brasil não paga. Se pagasse, seria uma atitude irresponsável.

P.: O Brasil então continuará em moratória?

R.: Estou pessimista em relação a isso. O pagamento dos US\$ 500 milhões do acordo interino, que o país efetuará até 31 de dezembro, não é o fim da moratória. O Brasil não ficará corrente (em dia) no pagamento de juros após primeiro de janeiro tirando de suas reservas. Por isso, eu insisto com o comitê assessor em dois pontos: que o acordo final fosse concluído em 31 de dezembro e que os recursos da segunda *tranche* (parcela) do acordo interino (de US\$ 2 bilhões dos bancos e de US\$ 1 bilhão do Brasil) fossem usados para o pagamento de juros de janeiro a junho de

1988. O comitê não aceitou esses dois pontos. O problema é deles. O comitê disse que não haveria tempo para concluir as negociações em 31 de dezembro. Fixaram a data de 15 de janeiro. Não aceitaram que os US\$ 3 bilhões da segunda *tranche* fossem usados para manter corrente o pagamento de juros de janeiro a junho de 1988. Foi estabelecido que essa *tranche* seria para pagar os juros de fevereiro a setembro de 1987. O problema é deles. P.: O Brasil, portanto, estará em moratória no primeiro semestre de 1988?

R.: Nos primeiros dias de 1988 os jornais vão publicar manchetes de que o Brasil voltou à moratória. Será uma notícia que não mereceria manchete de jornal. Se não pudermos sair da moratória teria sido por esses motivos que mencionei. O importante é que o Brasil está de boa-fé e querendo concluir logo as negociações. Na atual situação, moratória é a coisa mais normal do mundo. Devemos estabelecer um princípio fundamental de não pagar juros quando o país devedor não tem financiamento. Nessa situação, em que não existe mercado voluntário de empréstimos para os países endividados, só se deve pagar juros com acordo firmado de financiamento. Pagar juros enquanto se negocia, perdendo portanto reservas, é um negócio irresponsável. O desembolso de US\$ 500 milhões que o Brasil estará fazendo até 31 de dezembro de fato é um pagamento simbólico. O Brasil não está com isso suspendendo a moratória.

P.: Alguns representantes do comitê dos bancos, entretanto, acreditam que o Brasil poderá fazer um superávit comercial suficiente durante o primeiro semestre para manter os pagamentos de juros correntes sem financiamento e sem exaurir suas reservas.

R.: Para pagar juros, o Brasil precisa ter o financiamento de 60% desses desembolsos e acabou. Os bancos sempre vão dizer que podemos fazer um superávit maior para pagar os juros. Mas nossas possibilidades já estão dimensionadas. O subcomitê de economia do comitê assessor está agora discutindo em Brasília se a necessidade de financiamento para 1988 é de 60% do pagamento de juros ou de 58% ou de 56%. Essa é uma boa discussão. Mas definitivamente, o Brasil não pode pagar juros sem ter um financiamento muito perto dos 60%.

P.: Existe a data-limite de 15 de janeiro para a conclusão das negociações com o FMI?

R.: De forma alguma. As negociações com o FMI devem terminar muito após essa data. Quinze de janeiro é a data para a conclusão das negociações com o comitê assessor. Os bancos podem

estar dizendo que 15 de janeiro é a data para a conclusão das negociações com o FMI porque eles não se conformaram ainda com a idéia de que os desembolsos de recursos do FMI e dos bancos estarão totalmente desvinculados. Eles continuam relutantes em aceitar essa idéia.

O Brasil, no entanto, mantém cinco pontos que são inegociáveis para a conclusão de um acordo. Estes pontos são: 1. desvinculação clara, total e precisa dos desembolsos de recursos do FMI e dos bancos credores; 2. autorização para conversão da dívida em títulos de longo prazo com taxas de juros mais baixas; 3. taxa de risco (*spread*) menor do que foi fixada nas negociações com a Argentina e o México (13-16 de 1%); 4. um teto sobre a taxa de juros; 5. um volume adequado de "recursos novos".

Se os bancos não quiserem aceitar esses cinco pontos, é melhor que eles nem sentem à mesa. Seria perda de tempo. Agora, é evidente que o percentual do teto da taxa de juros e o volume adequado de recursos são questões negociáveis. Eu não posso querer tudo. O ideal seria ter *spread* negativo e 100% de conversão da dívida em títulos de longo prazo. Mas isso não é possível. P.: Por que o Brasil precisa de autorização para a conversão da dívida em títulos de longo prazo?

R.: É porque existe uma cláusula deixada por acordos anteriores, chamada de *sharing clause*, nos contratos da dívida. Afirma que nenhum banco pode ter tratamento privilegiado ou diferenciado em relação aos demais. Portanto, da forma que os contratos estão redigidos, não posso fechar acordos em separado de conversão em títulos de longo prazo, mesmo que esses acordos sejam voluntários e que sejam oferecidos a todos. Para haver isso, é preciso que o conjunto dos bancos conceda uma autorização. Que conceda um *waiver* a essa cláusula.

P.: Que tipo de acordo o Brasil negociará com o FMI?

R.: Será um acordo *stand-by*, mas com a completa desvinculação entre os desembolsos dos recursos do FMI e dos recursos dos bancos. (Se o Brasil não cumprir uma meta de desempenho prevista no programa de ajustamento econômico do acordo *stand-by*, o FMI, nos termos desse tipo de acordo, suspende o desembolso dos seus recursos, mas, diante da desvinculação entre os acordos, os bancos não deixariam de desembolsar os seus recursos.) Esta é uma inovação, já que em todos os demais acordos *stand-by* houve vinculação entre os desembolsos do FMI e dos bancos.

O Brasil, entretanto, não abrirá mão desse ponto. A função do FMI não é ser polícia do mundo. Os próprios funcionários do FMI não gostam de exercer essa função. O papel do FMI no caso de países-membros em dificuldades de balanço de pagamentos é de ajudá-los, de orientá-los, de contribuir com recomendações de política econômica para a resolução dos seus problemas. Não é de exercer o poder do tapape. Não é de punir o descumprimento de metas com a suspensão de desembolsos que venha determinar também a suspensão dos desembolsos dos bancos.

P.: O que o Brasil pretende da reunião de cúpula dos oito presidentes latino-americanos que estará sendo realizada esta semana na Cidade do México?

R.: Esperamos uma comunicação desta reunião com tomada de posições dos países reunidos. Preferimos não incluir referências sobre o que os outros devem fazer. Deve ser um comunicado sobre o que devemos fazer sobre questões que estão em nossa alçada. Espero que o comunicado contenha a declaração de que os países endividados não devem efetuar pagamentos de juros sem o financiamento de parte desses desembolsos por parte dos bancos.

Entrevista a *O Estado de S. Paulo*, de 28.11.1987.

P.: Ministro, o que se pode esperar de novo nesta reunião (Aca-pulco, México, de oito países latino-americanos) em termos de dívida externa?

R.: Se as propostas que o Brasil, Argentina e México estão fazendo para o documento forem aprovadas, será um documento importante; será um documento que definirá uma posição dos oito países, dizendo que a dívida externa é um problema fundamental; que a forma de negociá-la não vem resolvendo os problemas desses países, não vem tornando compatível o crescimento econômico com o pagamento da dívida e que, portanto, é preciso encontrar novas fórmulas.

P.: O fato de esses países apresentarem fórmulas distintas para negociarem a dívida não é um empecilho para uma posição comum?

R.: Não é porque não se trata aqui de nenhuma posição comum negocial. Trata-se de todos os países tomarem posição comum em suas respectivas negociações. Então, se depois desta reunião, definindo-se que só se paga juros quando há financiamento, se

um país continua pagando juros sem financiamento e, portanto, vendo suas reservas serem reduzidas violentamente, ele não estará cumprindo o que aqui foi decidido. Mas haverá espaço para negociações particulares específicas.

P.: Novos planos para o Brasil, para a situação interna?

R.: Nós vamos fazer uma reforma tributária³. Essa reforma tem o objetivo de tornar mais justos os impostos no Brasil. Os assalariados pagam impostos, enquanto os que recebem rendimentos do capital pagam muito pouco. Essa frase “salário não é renda”, não é bem isso, mas indica bem a necessidade de se fazer um sistema tributário que seja mais justo. Estamos colocando na tabela progressiva todos os rendimentos de capital, criando um imposto sobre patrimônio líquido e aperfeiçoando imposto sobre ganhos de capital. Por outro lado, estamos reduzindo o Imposto de Renda dos assalariados. E de duas maneiras: reduzindo a tabela, reduzindo as alíquotas de pagamento de imposto, e, em segundo lugar aumentando o nível de isenção.

Entrevista a Cida Fontes, de *O Globo*, de 29.11.1987.

P.: Depois de sete meses no comando da economia, o senhor tem alguma frustração?

R.: Sinto de parte da grande maioria da sociedade uma incompreensão básica da crise que vivemos. Os trabalhadores não se conformam porque seus salários estagnaram desde 1980 e essa situação não mudará enquanto a economia não voltar a crescer.

Os empresários também não se conformam porque seus lucros e investimentos não aumentam em termos reais desde 1980. Essas duas categorias, juntas, não se conformam porque o setor financeiro aumentou sua participação na renda, o que é uma das coisas perversas da economia brasileira. E o próprio setor financeiro não se sente tranqüilo porque percebe que é beneficiário da crise, mas não se sente seguro porque a inadimplência do setor privado e do próprio governo aumenta a todo instante. Aí desconfia que seu lucro é falso. Se os trabalhadores, a classe média e os empresários percebessem a natureza da crise, talvez reivindicassem menos e procurassem mais construtivamente ver solu-

3. *Reforma tributária*: também aqui, algumas das propostas, consideradas então sem sentido, tornaram-se viáveis um ano depois.

ções para a própria crise que permitiriam a retomada do crescimento econômico, uma razoável estabilidade de preços e maiores investimentos. Por outro lado, existem também os políticos, prefeitos, governadores e ministros.

P.: Mas o senhor é um forte defensor da teoria de que a inflação deriva do conflito distributivo...

R.: O que estamos assistindo desde 1980 é ao acirramento desse conflito, porque os trabalhadores deixaram de ter seus salários aumentados. Aliás aumentaram e depois caíram. Eles ficam inconformados e querem recuperar, e isso dá inflação.

Outro fator inflacionário é que a crise política e econômica faz com que o governo perca credibilidade e legitimidade. Então tudo que você faz não é levado a sério. Quando se fez o Plano Macroeconômico, todos os empresários e jornais diziam que em hipótese alguma o governo atingiria as metas de déficit público. Era muito cedo para se dizer isso. A descrença da sociedade leva ao aumento da inflação e, conseqüentemente, ao aumento do déficit público, que se torna ao mesmo tempo causa e consequência da inflação.

P.: Por que o senhor acha que o parlamentarismo seria melhor para o Brasil?

R.: Se pegarmos todos os países de democracia sólida no mundo vamos ver que só um é presidencialista. Se examinarmos os países asiáticos com grau de desenvolvimento econômico semelhante ao da América Latina, vamos ver que lá todos são parlamentaristas e aqui somos presidencialistas. E lá a estabilidade política é maior que aqui. A Índia, por exemplo, um país de centenas de dialetos e várias religiões, desde a independência nunca teve um golpe de Estado. Tem um regime parlamentar estável.

P.: Os defensores do presidencialismo argumentam que o Brasil não tem estrutura partidária e administrativa para garantir o parlamentarismo.

R.: Isso é falso. No Brasil já tem uma tecnoburocracia razoavelmente estabelecida. Há muita coisa a fazer para aperfeiçoá-la. Existem carreiras no Tribunal de Contas, de funcionários do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) que dão certa estabilidade à estrutura administrativa do Estado brasileiro. Quanto aos partidos, é impossível serem fortes no presidencialismo. Os Estados Unidos não têm partidos fortes, eles são fracos. Eles só são fortes no parlamentarismo, porque aí a pessoa vota no partido sabendo que aquele partido é que vai escolher o primeiro ministro.

6

A SAÍDA, UM BALANÇO E AS TESES REVISITADAS

No final de outubro de 1987, Bresser Pereira pensou pela primeira vez em demitir-se do Ministério. O motivo imediato era a concessão de aumento aos militares, e o então ministro foi discutir o assunto com o deputado Ulysses Guimarães. O presidente do PMDB pediu-lhe que ficasse, para evitar mais crises. Naquele momento, Ulysses estava aferrado à tese de que a Constituinte tinha prioridade absoluta, e tudo que pudesse perturbá-la deveria ser removido do caminho. Bresser aceitou a ponderação, mas tinha uma condição: fazer o pacote de ajuste fiscal e a reforma tributária. Dizia a Ulysses: “Não é possível que isso não passe. Em todos os países do mundo capitalista há imposto progressivo sobre rendimentos de capital, menos o nosso”.

Em 20 de dezembro de 1987, Luiz Carlos Bresser Pereira deixou o Ministério da Fazenda. Nada havia dado certo. De todos os assuntos que atritavam com os círculos íntimos do Planalto, as soluções iam contrariando Bresser. Avançavam as ZPEs (Zonas de Processamento de Exportação), o grupo palaciano pressionava contra o pacote fiscal e sustentava a tese de que não é possível enfrentar os credores externos. Quer dizer, ao contrário do que pretendia Bresser — dispensar o comitê assessor dos bancos credores e, a partir de janeiro de 1988, aplicar unilateralmente o desconto da dívida — o grupo palaciano desejava uma negociação clássica, nos termos de acordos anteriores. A um determinado momento, Bresser só tinha diálogo, no Planalto, com os ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, e general

Ivan de Souza Menda, do Serviço Nacional de Informações. Ambos tentaram ajudar a permanência de Bresser, mas já não havia espaço.

Depois que se demitiu, livre dos constrangimentos que o cargo impunha, Bresser Pereira pôde então discutir mais amplamente algumas de suas teses — sobretudo aquelas referentes à negociação externa, alvo de um tiroteio cruzado. A registrar que, menos de um ano depois da demissão de Bresser, a idéia da conversão de dívida externa em títulos, aproveitando o desconto no mercado secundário, estava amplamente aceita. E a tese do desconto mais global da dívida, como indicou Michel Camdessus em setembro de 1988, já não é considerada “pornografia”, mas uma coisa normal e razoável.

As entrevistas concedidas logo após a demissão constituem um grande debate sobre as principais questões da política econômica brasileira. Incluem desde os aspectos de política partidária até os conceitos mais gerais sobre, por exemplo, democracia e propostas progressistas. Na ocasião, dezembro de 1987, janeiro de 1988, Bresser Pereira ainda participava de um esforço para preservar a política progressista e moderna no PMDB. Meses depois, se reuniria aos que consideraram falido esse esforço e fundaram o Partido da Social-Democracia Brasileira — PSDB.

Entrevista a Gilberto Dimenstein e Armando Ourique, da *Folha de S. Paulo*, de 21.12.1987.

P.: O senhor costuma dizer que as Zonas de Processamento de exportação (ZPEs) estimulariam irregularidades.

R.: Não há dúvida que, se aprovadas as Zonas de Processamento de Exportação da forma como elas foram propostas, elas permitirão todo tipo de fraude, a começar pela fraude à Lei de Informática. O maior projeto que havia para uma Zona de Exportação era uma empresa multinacional de informática. Mas, além disso, permitiria contrabando, enfim, uma série de outras coisas. Mas, a motivação básica das ZPEs é que se imaginou que com isso se poderia desenvolver o Nordeste, o que é absolutamente falso.

P.: Saem do Palácio do Planalto informações vazadas por assessores de que o presidente teria considerado “tímidas” suas propostas de cortes em órgãos públicos...

R.: Eu vejo agora as coisas que dividiram o governo, quer dizer, que dividiram o presidente e o ministro da Fazenda. Esse assunto para mim é inexplicável. Se a coisa fosse errada, nem por projeto de lei devia ser dada. Como eu já disse, se você vai tributar trabalho tem que tributar capital junto, não depois da promessa. Segundo, saem notícias insistentes do Planalto de que o presidente considerou “tímidas” as propostas de extinção de empresas. Realmente, eram tímidas. Mas, eu fiz propositadamente e disse a ele isso, porque eu estava fazendo apenas aquilo que eu achava que ele tinha condições, imediatamente, em uma penada, de acabar. Porque três vezes antes já se tentou fazer reformas administrativas e a coisa fracassou. Fizemos uma proposta viável, possível, já estava com os decretos prontos etc. e dava um prazo para se transferir e demitir funcionários e nem isso se fez. Agora diz que vai fazer muito mais em janeiro. Eu quero ver. Estou esperançoso que seja, mas eu quero ver. E acho que a imprensa deverá cobrar na base de contagem regressiva.

P.: Do Palácio do Planalto também saem opiniões de que se não fosse Sarney o reajuste da tabela progressiva seria prejudicial ao trabalhador...

R.: Essa tabela foi feita com a correção na base de 200%. Isso eu demonstrei de forma absoluta que a única forma correta era 200%. Depois concordei. Eles queriam um pouco mais e eu concordei em passar para 250%. Um dos motivos foi que, no ano passado os contribuintes deveriam ter tido uma correção monetária de 130% e tiveram de 110%, então, foram prejudicados no começo do ano passado, quando eu ainda não era ministro da Fazenda, em 20%. Então descobri esse negócio e resolvi: vou devolver isso para os contribuintes. Esses benefícios somados davam uma correção não de 200%, mas de 250% na tabela, foi o que eu propus. O fato concreto é que esse governo terá muita dificuldade em combater esse déficit público enquanto está muito preocupado em atender todo mundo, conseguir a maioria no Congresso e agradar o Centrão, certamente agradar governadores que o estão apoiando mais diretamente, tudo em função dos cinco anos. Tenho a impressão de que é tudo em função dos cinco anos.

P.: O senhor não ficou preso pelos mitos criados em torno do Fundo Monetário Internacional, visto como um diabo. O senhor queria fazer um acerto com o FMI?

R.: Veja, o grande diabo não é o FMI, o grande diabo é a dívida, porque é uma dívida muito maior do que aquilo que nós po-

demos pagar. Eu fiquei convencido de que há uma incompatibilidade entre crescimento econômico, estabilidade de preço e o serviço regular da dívida. Nós precisamos de uma redução na dívida e de prazos infinitamente maiores, para que se possa compatibilizar o crescimento econômico e preços com a própria dívida. Agora, se essa é a idéia, o que a gente precisa saber é se o FMI pode nos ajudar ou nos atrapalhar em chegar a esse objetivo. Eu acho que, bem utilizado, ele eventualmente pode até ajudar. Um acerto pode significar maiores recursos ao Brasil.

P.: O senhor tinha um plano caso o país não feche um acerto com os banqueiros no próximo mês?

R.: Nós temos que suspender as negociações, acabar com o comitê de credores, ou comitê assessor dos bancos credores e, depois de comunicar aos bancos que negociaríamos, eventualmente, com eles, de acordo com certas bases, que sejam compatíveis com a nossa capacidade de pagamento, mas, banco a banco.

P.: E não se fala mais em FMI...

R.: Continua podendo nos ajudar, quer dizer, se o FMI concordar poderemos fazer uma negociação com o FMI, estamos negociando individualmente com os bancos e podemos negociar com o FMI, obter empréstimos dele etc. Eu acho que o FMI virou é um símbolo da gravidade da dívida externa, da qual ele não é culpado, como os nacionalistas radicais do PMDB e do PT não são responsáveis pela dívida externa, também não é responsável o FMI, que diabo!

P.: Um dos pontos mais explosivos de sua gestão foi o aumento salarial dos militares. O senhor foi, de fato, abandonado pelo presidente?

R.: O erro fundamental foi que o presidente Sarney concedeu aos militares um aumento muito grande dos salários que, na verdade, busca recompor o poder aquisitivo dos salários dos militares a partir de 1985, mas, além disso, ele estabelecia uma isonomia com os juizes do Supremo Tribunal Militar — STM, que permitiria, e já estava no decreto isso, que o aumento fosse de 240% no total. Eu falei que era um absurdo. Mas, eu tive uma conversa muito boa com os militares, que concordaram em eliminar a parte da isonomia. Eu gostaria também que eles concordassem com a diminuição desse aumento. Não consegui porque o presidente realmente se antecipou. Normalmente, quando algum setor quer um aumento, vai e pede ao ministro, esse ministro vai e discute com o ministro da Fazenda, com o ministro da Administração. E depois de muita discussão, se não chegarem a

um acordo, então, sim, o presidente arbitra o finalzinho. Essa é a coisa. Mas aí inverteu-se todo o processo, de forma que a coisa ficou...

P.: Quais as forças que minaram a taxaçoão progressiva de capital, motivo básico de sua saída do governo?

R.: Ela sofreu evidentemente pressões as mais variadas. Deve ter sido específica, porque quando discuti com o presidente Sarney, ele tinha um pequeno papel na mão, que lhe deram, com algumas contas erradas e outras certas, a respeito de quanto pagariam os que lucram com dividendos.

P.: E quem escreveu esse papel?

R.: Não sei, não descobri. De concreto, eu prometi que a reforma tributária não puniria o trabalhador, esquecendo o capital. E era justamente o contrário que estava ocorrendo.

P.: O senhor acha que os empresários demonstram mais habilidade em pressionar as autoridades do que os trabalhadores?

R.: Sem dúvida, a classe dirigente do país é a classe empresarial. Mas é uma classe muito grande, e não foi unânime em relação ao veto e aos impostos nos rendimentos de capital. No caso, atuaram setores muito específicos e pouco representativos dos empresários. Acho que a posição do presidente está mal-explicada, ainda, confesso, não consegui entender. Se ele fosse rigorosamente contra, não proporia que a medida fosse encaminhada por projeto de lei.

P.: É, realmente, difícil acabar com os subsídios?

R.: Quando se fala em acabar com subsídios é um escândalo imaginável. No entanto, há subsídios que perderam total sentido. Grande parte desse dinheiro se perde nas mãos de intermediários. Os únicos subsídios que são legítimos são os subsídios da exportação. Aí nem é subsídio, aí é uma necessidade de você competir. Fora disso, na situação atual do Brasil, era preciso acabar com todos eles, sem exceção.

P.: Quanto o contribuinte e o cidadão ganhariam com esses cortes?

R.: Cerca de Cz\$ 200 bilhões.

P.: O senhor acredita que o capitalismo no Brasil seja um capitalismo sem risco, cartorial, vivendo à sombra das felicidades oficiais?

R.: Eu não acho que a nossa classe empresarial seja cartorial. Tem, é certo, um setor cartorial dependurado no governo, um setor que chamaria de marginal. Duplamente marginal entre os empresários. Mas que, infelizmente, hoje tem uma influência

um pouco excessiva no governo. Mas eu acho uma tremenda injustiça alargar esta crítica a todo o setor.

P.: Como o senhor vê o empréstimo à TRANSBRASIL? Se dependesse exclusivamente de sua vontade, teria saído?

R.: Não. Se dependesse de mim, eu só faria empréstimo à TRANSBRASIL se entrasse um terceiro capitalista e os proprietários da TRANSBRASIL concordassem em ceder o controle acionário para esse capitalista. Valia a pena investir nisto. O pior seria a intervenção, como chegou a ser ventilado. A intervenção seria simplesmente salvar a empresa e depois devolver a dívida inteira.

P.: No jogo de intrigas palacianas, atribui-se ao senhor responsabilidade pelo agravamento da crise, verificada por exemplo nos índices de inflação. Como vê isso?

R.: Deixei o Ministério da Fazenda numa situação da economia brasileira melhor do que quando assumi em abril deste ano. Nós tínhamos uma inflação que caminhava claramente para a hiperinflação. Tínhamos uma recessão que se aprofundava violentamente e uma crise financeira, ou seja, uma quantidade de falências de empresas como nunca houve na história do Brasil. Tínhamos uma redução do salário real dos trabalhadores, que já estava chegando a 20% e tínhamos uma crise no balanço de pagamentos que tinha reduzido violentamente as nossas exportações. A recessão acabou, quer dizer, a queda acabou e a economia estabilizou-se. Você veja o nível de emprego, de produção industrial, você vai ver que eles estão estabilizados, crescendo muito ligeiramente.

P.: E a inflação?

R.: A inflação foi violentamente reduzida e depois voltou a crescer. Quando foi feito o choque, nós sabíamos perfeitamente que a inflação subiria até 10%, essa era a previsão. Ela subiria até 10% e depois estabilizaria. Esperávamos que estabilizasse em torno disso. Eu falava para a imprensa em menos, é claro, porque eu não podia falar em 10%. Ela subiu a 14%, parece que agora estabilizou em 14%.

P.: O PMDB não é o responsável por parte da sua falta de sustentação política?

R.: Quando eu assumi surgiu uma idéia de que eu estava contra o PMDB, o PMDB queria gastar e eu queria segurar. Isso é um absurdo. O que é o PMDB? O PMDB é uma coisa muito grande hoje, o PMDB foi muito desfigurado e fortemente desfigurado. Quer dizer, existe um PMDB histórico, o qual também tem vá-

rias alas e setores etc., mas que eu acho que tem plenas condições de assumir o governo deste país e, realmente, fazer um governo que seja, ao mesmo tempo, popular e austero. Inclusive nesses anos de aprendizagem, o PMDB ficou muito malvisto porque, no caso do Plano Cruzado, se identificou o não combate ao déficit público com os economistas do PMDB. Então, com isso se criou uma idéia de que o PMDB é pela irracionalidade econômica. Não é verdade. Apesar dessas posições, ainda anunciam que Dilson Funaro e a sua equipe, em julho de 86, fizeram um cruzadinho que era para ser um cruzadão. Não foi porque o presidente não concordou com medidas mais drásticas. Então, eles, realmente tentaram segurar. Pode-se dizer que poderiam ter tentado mais. Mas tentaram. Há muito equívoco a respeito da posição do PMDB.

Entrevista a Fabio Pahim Júnior, José Márcio Mendonça e Vicente Dianezi Filho, do *Jornal da Tarde*, de 23.12.1987.

P.: Qual é o espaço para um ministro da Fazenda no país e no governo Sarney?

R.: Enquanto fui ministro havia uma espécie de idéia subentendida, de que eu funcionava como um primeiro-ministro. Ora, isso é um equívoco completo. O ministro da Fazenda não é primeiro-ministro porque ele não tem poder sobre os demais ministros. Não é sequer o ministro da Economia, porque ele não tem o controle do orçamento, que está na área do ministro do Planejamento. Ele é apenas um ministro com bastante poder, mas com capacidade muito limitada de sozinho controlar o déficit público

P.: Como é que se dá essa coisa em que a autoridade do ministro ou de outros ministros vai sendo solapada? O presidente não é passível de ser convencido?

R.: Esses processos são complicados. Depende muito da autoridade. O presidente muitas vezes estava sinceramente desejoso de combater o déficit público, mas havia dificuldades. Os governadores deixaram de pagar a ELETROBRÁS; e impedir esse fato não foi possível. Houve uma vez que um dirigente de uma empresa estatal fez um aumento de salários muito grande. Foi logo no começo dos aumentos, logo depois do aumento do Banco do Brasil. Uma empresa menor, a BASA, fez um aumento de salários semelhante ao Banco do Brasil sem autorização. Eu telefo-

nei ao presidente e pedi que ele fosse demitido. O presidente me disse: “Pois não, vamos demiti-lo”. De fato, no dia seguinte ele estava demitido, mas estava assumindo, no mesmo dia, a secretaria-geral do Ministério da Reforma Agrária.

P.: No caso dos aumentos salariais, o detonador de tudo foi aquele aumento do Banco do Brasil. Só que é uma área sua, quer dizer, o presidente do Banco do Brasil, pelo menos no organograma, é um subordinado do ministério da Fazenda.

R.: Mas nesse caso foi o que eu chamaria de um acidente. Eu recusei o tempo todo que fosse dado um reajuste de 45%. Mas ficou evidente que a coisa era inevitável. Porque o presidente do Banco do Brasil estava totalmente a favor. Ele se havia aliado ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho, a quem telefonei, e me disse que daria o aumento em qualquer hipótese porque existia isonomia em relação aos funcionários do Banco Central.

P.: Esse foi o maior furo da sua política salarial?

R.: Foi. Foi uma aliança da burocracia, de setores burocráticos para garantirem esse aumento, porque também o Tribunal é um setor burocrático.

P.: Quem prepara as suas próprias normas não é o próprio quadro do pessoal das estatais?

R.: O problema é a isonomia. Foi o que se pretendia dar também aos militares: além de 47% de aumento, foi oferecido a eles isonomia com os juizes do Superior Tribunal Militar. Se fosse feito isso, além dos 47% que eles receberiam no ano de 1988, em duas etapas, porque no final de duas etapas ficariam ainda com o direito, escrito na exposição de motivos.

P.: O senhor não cedeu demais, não foi fazendo concessões e concessões para chegar onde chegou?

R.: Eu acho que não. Se nós examinarmos o que foi, eu sempre falo dos bancos estaduais, por exemplo, e isso liga aos governadores. Quando assumi o ministério, o déficit público estava caminhando para 6,7% pelo menos, quase 7%. Nós estabelecemos uma meta de 3,5%. Será mais do que se esperava, mas bem menos que antes. Os governadores dependiam dos financiamentos do Ministério da Fazenda e nós autorizamos rigorosamente de acordo com o orçamento.

Agora, estourou em quase 2% fundamentalmente nas empresas estatais e na União, onde o ministro da Fazenda não tem poder direto.

P.: O senhor acha que tinha que mudar o perfil das funções do Ministério da Fazenda?

R.: Eu não tenho dúvida. Depois desses oito meses, eu tenho certeza de uma coisa: é preciso que o ministro da Fazenda deixe de ser ministro da Fazenda para ser ministro da Economia e acabe com o Ministério do Planejamento. Segundo, que haja um controle maior do Ministério da Fazenda sobre as empresas estatais. Agora, não adianta nada se não houver apoio do próprio presidente.

P.: O presidente disse que o seu pacote era “recessivo” e um “engodo”. O que o senhor acha disso?

R.: Ele adotou quase todas as medidas que eu propus. Ele apenas passou o imposto sobre rendimentos de capital, ou seja, a tributação na tabela progressiva de juros e dividendos para projeto de lei e não decreto-lei. Ao fazer isso ele discriminou contra os assalariados, claramente. Ou ele mandava tudo por projeto de lei ou tudo por decreto-lei. O argumento que ele próprio me deu é que isso dificultaria os investimentos. Se dificulta os investimentos, o presidente não deveria mandar nem por decreto-lei nem por projeto de lei. Não se entende isso. É um mistério que talvez alguém descubra. Quanto ao problema das empresas — é aí que ele usou a expressão “tímida”, agora está usando a expressão “engodo” — eu concordo que o corte de empresas era tímido, representava mais ou menos oito mil empregos, o que é um número pequeno. Eram quinze empresas, das quais um bom número eram pequenas, eram inexpressivas. Havia algumas grandes, como o IBC, como a CAEB. O corte era tímido de propósito, porque em duas outras ocasiões as propostas de grandes reformas, com liquidações de ministérios, não haviam sido aceitas. A última ainda não faz dois meses. Cortando essas quinze de uma penada, mostraríamos a deliberada vontade do governo de cortar despesas. Embora o corte não fosse muito grande, aborreceria muita gente, seria politicamente incômodo. Isto não foi feito. Por isso eu estou esperando. Se é tímido, se é engodo, isso quer dizer que nós teremos como foi prometido, medidas muito mais drásticas e fortes. Todas elas em janeiro.

Ainda em relação às medidas que eu propus, uma medida fundamental que não foi adotada foi a extinção do monopólio da compra de trigo. Ela é a condição para se acabar com o subsídio do trigo. Atualmente, todo o trigo é comprado pelo Banco do Brasil e depois distribuído por cotas para os moinhos; em consequência disso fica muito fácil fazer o subsídio. Se a coisa fosse privatizada — acaba o monopólio e depois privatiza — ficaria difícil restabelecer o subsídio porque aí você teria que dar dinheiro para empresas privadas.

P.: É inexplicável que isso não aconteça. Qual o tipo de jogo que está envolvido?

R.: Foi especificamente o senador Edson Lobão que informou ao presidente que teria havido uma comissão do Congresso que tinha recomendado que se mantivesse o monopólio do trigo. Agora, é evidente que existem interesses muito grandes. Os proprietários dos moinhos de trigo têm um cartório. Não têm nenhuma concorrência, têm cotas e ganham um lucro certo, seguro, tranqüilo.

P.: A sua gestão não era o momento para fechar os bancos estaduais? Não havia nenhum espaço para o ministro até liderar um movimento desse tipo?

R.: Eu sou a favor do fechamento de muitos desses bancos. Mas eu acho que um ministro deve ser realista, ele deve saber até onde ele pode ir. A gente não pode pedir a um presidente que está com um mandato indefinido, que não foi eleito, que extinga os bancos de um número grande de governadores que foram eleitos pelo povo e que não tinham nada a ver com os erros que foram cometidos, que levaram a isso.

P.: Por que o senhor se demitiu?

R.: Por três motivos: eu não estava vendo condições de combater o déficit público com a determinação necessária; o sistema tributário tem um desequilíbrio para mim inaceitável do ponto de vista ético; e, terceiro, porque eu já estava cansado de ver, a partir de certos setores do Planalto, uma corrente infernal de boatos de que eu ia ser demitido. Era uma boataria estimulada por certos setores do Planalto de que eu eventualmente iria ser "fritado". E isso é muito desagradável. Não posso compreender como é que se permite esse tipo de comportamento saindo do próprio Palácio da Presidência da República.

P.: O senhor saiu falando no déficit público. Mas teve uma fase da sua administração que o senhor dizia claramente não considerar o déficit público o problema básico.

R.: Não. O que eu disse simplesmente foi que a causa direta da inflação, que estava subindo de 3 para 6%, não era o déficit público, era a recomposição dos preços relativos.

P.: Qual o balanço que o senhor faz da sua gestão?

R.: Eu deixei a economia brasileira numa situação substancialmente melhor do que encontrei. Posso dividir minha gestão em três grandes batalhas: a batalha do Plano de Emergência, que foi o congelamento; o Plano de Controle Macroeconômico; a dívida externa. Tem gente que diz que fracassou o Plano Bresser

porque a inflação voltou a níveis de 14% ao mês. Fracassou coisa nenhuma, eu acho que foi um grande sucesso. Nós estávamos caminhando para a hiperinflação. Havia um violento processo de recessão que foi estancado, o desemprego parou de aumentar e a partir de agosto começou a crescer, muito moderadamente, mas passou a crescer: o salário real baixou mais de 20% entre novembro e junho e a partir de julho voltou a crescer moderadamente, mas cresceu neste semestre. Havia a maior crise financeira da história do Brasil, com um número de falências monumental — nunca houve tantas. E, finalmente, havia uma crise de balanço de pagamentos muito grande. Os nossos superávits comerciais tinham baixado para US\$100 milhões. Graças às duas medidas que eu fiz, mais o desaquecimento da economia, essa tendência foi revertida. Acho que o Plano de Emergência foi muito bem-sucedido.

A segunda batalha foi a do Plano de Controle Macroeconômico. Esse plano é muito importante porque representa um diagnóstico atual. Os dois problemas fundamentais da economia brasileira são o desequilíbrio estrutural fiscal interno, ou o déficit público e a dívida externa, que é imbricada com o primeiro porque boa parte da dívida externa é dívida pública e que provoca o pagamento de juros — 2,3% do PIB são os juros que se paga sobre a dívida externa pública; 3,7% do PIB são juros que se paga sobre a dívida pública externa e interna. Se nós queremos retomar investimentos precisamos aumentar nossa capacidade de poupança e investimento; fundamentalmente, a capacidade de poupança do setor público, de zero para 5 ou 6% do PIB. Precisamos reduzir despesas e aumentar receitas. Como se aumenta a receita? Aumentando as tarifas públicas e os impostos. (A carga tributária bruta reduziu-se exatamente 3,7% do PIB entre 1970 e 1985.) E a carga tributária líquida, diminuindo subsídios e incentivos, além dos próprios juros. Este é o diagnóstico do plano. Nós sabíamos que reduzir o déficit público a 3,5% do PIB era uma tarefa muito difícil, praticamente impossível; resolvemos pôr 3,5% quase de teimosia. Não se conseguiu plenamente no déficit público, mas nas demais estratégias nós aumentamos as tarifas públicas, que hoje estão muito mais próximas dos níveis reais (no caso do petróleo já estão nos níveis reais, o atraso foi recuperado). Segundo, aumentei os impostos e tentei de todas as maneiras conseguir alguma coisa quanto ao gasto público.

A terceira batalha, que estava já prevista, foi a dívida exter-

na. Aí nós tivemos avanços muito grandes. O maior e mais importante é que se reconheceu que a dívida externa é um problema muito mais grave do que se imaginava e que é preciso que haja uma redução na dívida. O grande problema não é o FMI mas é a dívida. É uma loucura dizer que todos os problemas do Brasil derivam do FMI, isso não faz sentido nenhum. Agora, as soluções que o FMI e os bancos têm para a dívida são erradas, porque eles acreditam que só o ajustamento interno e um pouco de financiamento resolvem. Minha estratégia sempre foi a de que devíamos esgotar nossas possibilidades de negociação. Se nós conseguirmos no dia 29 de janeiro os avanços que nós achávamos que devíamos ter, tudo bem, fechamos o acordo. E teremos um acordo razoável para o Brasil, não ótimo mas razoável; se não conseguirmos, eu acho que nós devemos dispensar formalmente os serviços do Comitê Assessor de Bancos, e depois enviar aos bancos uma proposta de negociação da dívida, compatível com a capacidade efetiva de pagar do Brasil, e dizer que negociaremos banco a banco. Acaba com essa estória de os bancos virem em cartel discutir conosco.

A última batalha foi a batalha do sistema tributário. Eu queria aumentar a receita e fazer um sistema mais justo. O *Jornal da Tarde* não me entendeu nesse negócio porque insistia muito de que o imposto era sobre a classe média. Não era. Quem paga imposto no Brasil é a classe média e a classe alta. A classe baixa não paga imposto a não ser o imposto indireto. Imposto de Renda quem paga é a classe média e a classe alta. Ora, a reforma tinha como característica reduzir em 7% os impostos pagos por 80% dos contribuintes, e aumentar os impostos de 20% de contribuintes, os mais ricos, ou seja, um milhão de contribuintes. P.: Mas, ministro, a opinião discordante é que quando se olha o desperdício geral do setor público e quando se diz, por exemplo, que as tarifas do setor público estão atrasadas, elas estão atrasadas em relação a um custo que esse setor público tem e que não aparece na carga tributária.

R.: O déficit público é feito basicamente de investimentos necessários, de gastos com educação, saúde, segurança, quase todos necessários. E é feito também de juros sobre a dívida externa e interna, inescapáveis. Quando você examina as demandas que existem sobre os orçamentos dos estados e da União são geralmente três, quatro, cinco vezes maiores do que aquilo que o governo pode fazer. Mas existem coisas que não são justas, não são razoáveis, uma série de subsídios — que deveriam ser prati-

camente todos acabados, precisava acabar, e especialmente os incentivos, exceto os da exportação. Isso dá uns 2 a 3% de PIB.

Entrevista ao *Jornal do Brasil*, 27.12.1987.

P.: O senhor, quando anunciou sua saída do Ministério, disse que pretendia deixar o governo com a mesma elegância com que chegara. O presidente José Sarney, por sua vez, ao comentar suas primeiras declarações após sua saída, disse que as *amizades, mesmo quando elas se acabam, devem ser respeitadas*, afirmando não pretender comentar seu período à frente do Ministério da Fazenda. Na verdade, porém, o senhor saiu dizendo que o presidente só pensava no tamanho de seu mandato e chefiava um governo fraco. E o presidente chamou suas propostas de recessivas e classificou como “engodo” suas sugestões de fechamento de estatais. Não acabou faltando, no episódio todo, justamente a elegância pretendida de parte a parte?

R.: Eu pensei muito, antes de dizer qualquer coisa que o presidente pudesse considerar desagradável. O que eu realmente disse é que o presidente estava numa armadilha e que essa armadilha era construída de duas coisas: de um lado, um problema econômico e político muito grave — uma crise econômica que tem sete anos e que não foi ele quem inventou, e uma crise política que é própria das transições. De outro lado, ele se via muito mal-asseessorado, e esse péssimo assessoramento o levava a procurar manter-se cinco anos na presidência, o que dificultava muito o seu próprio ato de governar; pois não apenas lhe absorvia tempo demais como também subordinava a ação de seu governo a ter que atender, por exemplo, às pressões de deputados e senadores do *Centrão*. Eu disse isso porque achei importante que o país ficasse sabendo. Mas não tenho queixas pessoais contra o presidente.

P.: Mas o presidente, na sua entrevista, referiu-se claramente a *fim de amizade*.

R.: Eu tive com o presidente, nesses sete meses e meio, um excelente relacionamento pessoal... excelente, não, eu diria bom. Dizer que tivéssemos nos tornado amigos pessoais já é difícil, porque não deu tempo. Mas o que realmente me levou a pedir demissão, além do fato de que ele efetivamente não tinha condições de controlar o déficit público e não se revelou decidido a ta-

... xar os ricos da mesma forma como taxava a classe média assalariada, foi que o presidente deixou que uma parte de seus assessores conspirasse contra mim. Por sinal é uma coisa que ele tem feito com outras pessoas...

P.: Não seria útil para o seu partido, o PMDB, e para o próprio país que o senhor desse, afinal, nome aos bois?

R.: (hesita) Eu... eu acho que as pessoas sabem. De qualquer forma, não tenho absoluta certeza quanto a todos os envolvidos. Por duas vezes eu disse ao presidente o que estava acontecendo, baseado inclusive em informações que obtive de jornalistas. Mas nomes de pessoas... achô que isso, agora, é passado, e além do mais eles (os conspiradores) tinham direito de fazê-lo. Mas o que me parecia é que o presidente não tinha o direito de permitir que aquilo acontecesse dentro do Palácio. Nos quatro anos em que trabalhei com o governo Franco Montoro (1983-1987), por exemplo nunca vi uma coisa desse tipo.

P.: O senhor concorda com a afirmação feita pelo ex-ministro da Fazenda Dilson Funaro, no fim de semana passado, durante palestra em Miracema, no Estado do Rio, segundo a qual o presidente José Sarney *não entende nada* de dívida externa?

R.: Não. O presidente Sarney não é especialista no assunto, não é economista, mas tem uma visão bastante boa, a meu ver, da gravidade do problema da dívida externa. Em todos os momentos em que precisei de seu apoio para uma atitude mais firme em relação à dívida eu o tive, embora alguns de seus assessores julgassem necessário fazer correndo um acordo com o Fundo Monetário Internacional e os banqueiros, fosse como fosse. Ele sempre se recusou a fazer isso.

P.: Se dependesse do senhor, a que números, afinal, se chegaria na questão dos gastos do governo nesse seu ex-pacote?

R.: O déficit público chegaria a mais ou menos 3% do PIB, talvez pouco menos que isso. O aumento da carga tributária daria 1,3% do PIB. A redução do déficit público equivalente a mais ou menos 1,5%, desde que, juntamente com a privatização das exportações de açúcar e o fim do monopólio estatal sobre as compras de trigo, nós acabássemos também com os subsídios que existem para o trigo e o açúcar. Com relação às estatais e autarquias que seriam extintas, o efeito direto sobre o déficit público era pequeno. Eu fiz uma lista de empresas cuja extinção teria um efeito basicamente simbólico, psicológico, porque mostraria a determinação do presidente, ao extingui-las, de enfrentar os interesses de ministros, de deputados, de senadores, de governa-

dores, das pessoas que ocupavam cargos nessas empresas. Isso me parecia muito importante. Propus outra medida, destinada a evitar um déficit adicional de 1,5% do PIB. Ela estabelecia uma contenção no orçamento da União, que havia sido desvirtuado. O orçamento era para ser compatível com um déficit de 2% do PIB e tinha se tornado, através de manipulações, compatível com um déficit de 3,5% do PIB (referência a manobras realizadas pelo ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira).

P.: O senhor falou no corte das estatais como gesto simbólico. No entanto, no episódio do aumento do soldo dos militares, em outubro, não seria igualmente um importante gesto simbólico não ceder para não aumentar ainda mais o déficit público? Como o senhor teve que ceder, não era aquela hora de se demitir do governo?

R.: Eu quase saí naquele momento. Os militares desejavam, muito razoavelmente que houvesse um aumento porque seus soldos estavam claramente defasados. Os ministros militares falaram diretamente com o presidente e o presidente lhes ofereceu — mas sem falar comigo — a isonomia com os ministros do Superior Tribunal Militar. (Um general-de-exército passaria a ganhar o mesmo soldo de um ministro, um general-de-divisão teria um reajuste na mesma proporção e assim toda a tropa, até um soldado profissional). Essa isonomia seria um absurdo total: daria 250% de aumento, em termos reais, para os militares. Os ministros militares, muito sensatamente, descobriram uma fórmula que mantinha a idéia da isonomia, mas exclusivamente com o soldo básico, deixando de incluir todas as outras vantagens, o que significava um aumento de 47%.

P.: Se se chegou a essa fórmula, por que então o senhor quase saiu?

R.: Na exposição de motivos do decreto de aumento, já preparada, se dizia que, a partir de 1988, se completaria essa isonomia. Ou seja, abria-se todo um espaço para um aumento absurdo. Quando recebi o decreto da mão do presidente, eu disse que não podia assiná-lo. Tive depois longuíssimas reuniões com os ministros militares, que foram amáveis, mas nas quais eu lhes disse claramente que, se ficasse a isonomia naqueles termos, eu pediria demissão. Eles compreenderam.

P.: No capítulo da dívida externa, seu grande amigo pessoal, o empresário Abílio Diniz, já declarou que a proposta Bresser de *securitização* de parte da dívida externa brasileira tinha boas chances de ser aceita se não tivesse havido vazamento dos estu-

dos então em curso, em setembro passado. O senhor acha que o vazamento, que partiu do governo...

R.: (Faz longa pausa) Acho que foi deliberado. Tenho certeza disso. Agora, não sei se foi para sabotar a idéia, ou porque acharam que a idéia era muito boa (risos).

P.: Quanto isso pesou na sua missão nos Estados Unidos junto ao secretário do Tesouro, James Baker III, que foi apontada como um fracasso?

R.: Eu tinha feito uma proposta muito ousada, nova — a de *securitização* —, que nenhum ministro da Fazenda de nenhum país devedor ou credor havia feito antes e que abria uma nova perspectiva de redução da dívida. Teve repercussão mundial, e foi entendida pelos bancos americanos, particularmente, como ameaça a eles. Quando cheguei a Washington, havia muita expectativa, especialmente por parte da imprensa americana, a respeito da minha proposta. Eu tive uma excelente conversa com o senhor Baker e concordei com uma mudança: ao invés de uma porcentagem de títulos da dívida ter que ser obrigatoriamente aceita na negociação, isso seria feito de forma voluntária. Nós dois concordamos com isso. Nesse dia, também Baker concordou — no que era uma grande vitória para nós — em que houvesse uma desvinculação entre o desembolso do FMI e o dos bancos. Foi uma espécie de troca que eu fiz. Então, foi uma ótima conversa. E eu contei isso para a imprensa.

P.: Por que, então, a seu ver, houve a versão amplamente aceita do fracasso?

R.: Houve um mal-entendido com uma agência de notícias, a Reuters, que fez uma notícia me atribuindo a declaração de que Baker havia aceito todas as minhas propostas. E aí — estou convencido disso hoje — o Tesouro americano percebeu que essa era uma oportunidade para dar um basta no ministro que tinha, no fundo, provocado o sistema. E deram, através de uma nota indelicada da qual, no fim das contas, tenho impressão que Baker se arrependeu. Quando cheguei no Brasil, depois disso, tive uma bela crise. E a verdade é que o presidente Sarney me deu um bom apoio. O governador Orestes Quércia também. No fim das contas, dei a volta por cima, porque a idéia da *securitização* se tornou reconhecida pelos próprios americanos. O PMDB entendeu o que tinha havido, me apoiou, e até no FMI minha idéia encontrou receptividade.

P.: Por falar em receptividade, em que hipótese o senhor, se tivesse continuado no governo, faria um novo choque econômico?

R.: Se houvesse novos choques aceleradores de preços e a inflação aumentasse mais ainda, nesse caso seria certamente necessário um choque. Mas eu só o faria se houvesse, antes, um debate muito grande na sociedade, e se eu pudesse garantir à sociedade que o governo cortaria muito fortemente o déficit público.

P.: No choque que o senhor fez, em junho de 1987, isso então não ocorreu?

R.: Eu naquela ocasião, juntamente com o choque, tomei as medidas de natureza fiscal que ajudaram a cortar o déficit, embora não tenham sido suficientes. De todo modo, o déficit estava indo para quase 7% do PIB, e ficou em 5%. Mas para que um choque dê certo, acho que o modelo de Israel é muito interessante: uma discussão exaustiva sobre as medidas e sua aceitação pelas partes envolvidas. Quando o choque foi feito, durante minha gestão, não houve tempo para isso: eu estava acabando de chegar ao governo e a situação era gravíssima. Os trabalhadores aí sentiram que tinham sido lesados, disseram que eu tinha feito um arrocho salarial. Mas basta ver as estatísticas para verificar que, se houve uma grande perda salarial entre novembro de 1986 e junho de 1987, a partir do choque os salários voltaram a crescer, moderadamente, mas voltaram. Então essa afirmação de que houve arrocho, que a imprensa curiosamente, aceitou...

P.: Essa afirmação partiu também de seu próprio partido, o PMDB.

R.: É, do PMDB também. Mas os salários voltaram a subir depois do congelamento de junho. O fato, porém, é que essa insatisfação dos trabalhadores dificultou o êxito do plano. Se houvesse uma discussão plena antes, com os trabalhadores, empresários e o próprio governo a respeito da distribuição equitativa dos sacrifícios, aí o choque poderia ser muito mais bem-sucedido.

Entrevista à revista *Senhor*, de 5.1.1988.

P.: O senhor se sentiu assim como alguém que foi implementar as idéias do PMDB na economia?

R.: Eu tinha muito claro que as idéias do PMDB são uma coisa muito vaga. Eu sempre defendi as idéias do PMDB e as minhas idéias, como posições de centro-esquerda. É a tentativa de implantar no Brasil um capitalismo moderno, social-democrata. A

respeito dessas idéias havia muita confusão, porque havia pessoas que identificavam essas posições como um nacionalismo exacerbado, que não tem nada a ver com o PMDB ou comigo, necessariamente. Logo que eu assumi, uma coisa curiosa foi que os empresários identificavam o PMDB também com a ganância e com a não preocupação com o déficit público, com uma idéia populista a respeito do governo etc. O que também a meu ver não faz nenhum sentido. O próprio Dilson Funaro não tinha uma tradição no PMDB, mas os economistas que estavam lá, na Fazenda, tinham. E João Sayad também, e eles, eu me lembro muito bem, lutaram contra o déficit público. Há o famoso episódio do cruzadinho (pacote de julho de 86) em que eles propuseram medidas muito mais drásticas para combater o déficit público, e, afinal, essas idéias não foram aceitas pelo presidente. De qualquer forma, o desastre do Cruzado levou o PMDB a ficar com uma imagem distorcida. Uma grande preocupação minha, no começo da minha gestão, foi desfazer isso, colocando posições minhas, que eu também achava que eram posições do PMDB, que estavam baseadas na racionalidade econômica, porque também o PMDB foi identificado com a irracionalidade econômica que a meu ver é uma injustiça muito grande. Uma coisa curiosa foi que os quase oito meses em que fiquei no governo se dividem em duas etapas. Nos primeiros quatro meses, os empresários criticavam violentamente o PMDB e queriam opor a minha racionalidade econômica à irracionalidade do PMDB, mas nos últimos quatro meses a coisa mudou. Esqueceram-se do PMDB e começaram a opor a racionalidade econômica que eu propunha à irracionalidade do governo Sarney.

P.: Mas quando Mário Henrique Simonsen escreveu aquele belo manifesto liberal, aquela peça primorosa publicada pela revista *Veja*, falou em PMDB o tempo todo. Parece que a máquina, essa grande estrutura gastadora do Estado, foi montada pelo PMDB.

R.: Mário Henrique Simonsen é um excelente economista, um homem competente, mas aquele trabalho não faz justiça às coisas que ele escreveu antes. Realmente, ele fez uma peça demagógica, de um homem de partido, muito contraditória, inclusive, com tudo o que ele fez antes. Luiz Gonzaga Beluzzo escreveu um artigo na *Senhor*, que é primoroso, a respeito desse assunto, dizendo que toda a imensa máquina do Estado foi principalmente montada, foi grandemente desenvolvida no período em que Simonsen era ministro da Fazenda. Eu sei que muitas vezes ele es

tava contra isso, eu sei disso, mas o fato é que isso aconteceu, e, de repente, jogar tudo em cima do PMDB é uma coisa ridícula, não tem nenhum sentido.

P.: O PMDB deu a impressão de que nem sempre ficou do seu lado nesses oito meses. Às vezes tivemos até a impressão que estava contra.

R.: A minha relação com o PMDB precisava de uma análise mais profunda, mas no meu balanço eu não fiquei insatisfeito com o apoio ou a falta de apoio do PMDB. O dr. Ulysses sempre me deu um apoio muito grande, Quércia também; dos demais governadores, vários me deram apoio significativo, inclusive homens como Waldir Pires, Tasso Jereissati, Wellington Moreira Franco; com Miguel Arraes eu mantive excelentes relações o tempo todo. Agora, o que eu realmente fiz foi confundir o PMDB, e fiz isso, às vezes, quase deliberadamente, porque havia certos tabus, como o tabu, por exemplo, do FMI que eu desafiei; estou convencido de que o grande problema da economia brasileira é a dívida externa, e não se deve confundir a dívida externa com FMI. Nesse caso da dívida externa, por exemplo, recebi várias vezes os economistas do PMDB, e não houve uma em que eles não saíssem de lá quase inteiramente satisfeitos. A única vez que a coisa ficou um pouco pior foi quando eu fiz o acordo provisório com os bancos credores. Aí, eu tive uma certa dificuldade em fazê-los entender que eu estava fazendo aquilo dentro da política de primeiro esgotar as possibilidades de negociação da dívida externa, para depois poder tomar uma medida mais drástica em relação ao problema. Se não fizesse o acordo provisório, eu teria de interromper as negociações um mês depois de começadas, ou mal começadas. Eu estava começando no dia 25 de setembro e no dia 26 de outubro teriam terminado. Aí eu tive uma certa dificuldade em explicar. Mas acho que consegui manter as teses fundamentais, segundo me parece, de defesa do interesse nacional: no caso da dívida externa e dos trabalhadores em geral. Houve também um grande problema, em seguida ao choque, do arrocho salarial. Tive um trabalho muito grande para convencer que não estava tendo arrocho salarial nenhum. Agora estão os dados aí, é só examinar o que aconteceu com os salários depois do chamado Plano Bresser, para se verificar que eles voltaram a crescer, e não a diminuir; voltaram a crescer moderada mas efetivamente, como eu dizia que ia acontecer.

P.: Depois de setembro, com as taxas inflacionárias em ascensão de novo, aí deve ter complicado...

R.: Aí eu não sei, porque depois de setembro não há dados ainda. Depois de setembro pode ser que tenha havido uma queda, embora também houvesse dissídios coletivos muito altos, de forma que eu não sei o que aconteceu. Mas aí já não é questão de política. O que foi política de minha parte foi, digamos, o Plano Bresser, e havia uma política salarial naquele momento. Outra coisa importante foi a separação do salário mínimo e o piso salarial nacional, e eu passei a aumentar o piso salarial nacional mais que a inflação, uma espécie de corrida contra a inflação, porque eu aumentava e aí a inflação vinha um pouco atrás, mas eu consegui aumentar.

P.: Como é que o senhor dá um balanço da sua passagem pelo Ministério? O senhor acabou de dizer e nós concordamos que recuperou a capacidade de administrar. Mas a produção industrial está estagnada; a inflação voltou; o problema da dívida externa estava encaminhado, mas também não se tem muita certeza de que a securitização vai andar. O que houve no meio do caminho, que obstáculos o fizeram desviar do caminho?

R.: Se você comparar a situação da economia brasileira em abril e maio com a situação da economia brasileira em novembro e dezembro, ainda que a atual situação tenha muitos problemas, ela é muito melhor do que era em abril e maio. Divido a minha gestão em quatro batalhas, porque eu tive que centralizar as minhas preocupações em quatro problemas assim, sucessivos. A primeira foi no chamado Plano Bresser, que era um plano de emergência para interromper uma inflação que caminhava rapidamente para a hiperinflação, para interromper uma crise financeira que levava a um número de falências nunca visto no Brasil, que levava à recessão, a uma redução de salários reais de mais de 20% em cinco meses e que levava uma crise no balanço de pagamentos muito grave. E todas essas tendências foram revertidas, para situações não ideais, é lógico. O desemprego parou de aumentar, o número de empregos aumentou muito moderadamente, a produção industrial aumentou muito moderadamente. As falências estão num nível razoável atualmente. Os salários voltaram a crescer, mas moderadamente, como o nível da produção industrial e a produtividade. O que teve maior sucesso foi o saldo comercial da balança de pagamentos. A inflação voltou a crescer. Nossa previsão foi que subisse para 10%. Cansamos de discutir entre nós que em dezembro a inflação estaria em 10%. Porque aquele choque foi feito em condições muito adversas, com desnível de preços relativos profundo e com reservas tão

baixas que nós não podíamos congelar o câmbio durante o período de congelamento. E não se faz choque sem congelamento de câmbio. A situação era muito difícil. Quando eu cheguei ao ministério, o presidente disse — depois eu falei com o Banco Central, confirmando — a previsão era de que as nossas reservas se esgotariam, apesar da moratória, em julho, ou no máximo em agosto. Em julho havia um começo de reversão, mas muito pequena ainda. Foi só depois que aqueles superávits comerciais ficaram muito maiores e a situação tranqüilizou-se na área externa.

P.: E a segunda batalha?

R.: Foi o Plano de Controle Macroeconômico. Aí era a definição, era o grande diagnóstico da economia brasileira, o diagnóstico de que o grande problema era a crise fiscal e a dívida externa. A grande estratégia interna era aumentar a capacidade de poupança do governo, no setor público, para poder, com isso, aumentar o investimento do setor privado. Liberando as poupanças do setor privado para financiar o próprio setor privado, enquanto o setor público manteria a sua capacidade de investimento e seria financiado por si próprio. Nesse plano também se esboçava uma estratégia para a dívida externa, que ainda não estava definida com clareza. Eu acho que esse plano é muito importante, porque tem um diagnóstico fundamental da economia brasileira e tem uma proposta. O objetivo fundamental dele, na área fiscal, era reduzir o déficit público para 3,5%, quando nós estávamos chegando ao teto de 7%. Todas as projeções eram para 7%. Afinal, nós vamos chegar em 5,2% ou 5,3%, tudo indica que vai ser isso. É um meio sucesso, ou um meio fracasso, como vocês quiserem. Nós sabíamos perfeitamente que em 3,5% não chegaríamos. Mas Yoshiaki Nakano (principal assessor) encasquetou que tinha que ser 3,5% porque precisava ser 3,5%. Ele disse: será 3,5% ou 4,3%, que parecia um número razoável, na época. Então, se 4,3% era razoável, 5,3% não era tão ruim... Boa parte do déficit público já tinha sido feito durante o primeiro semestre, quase todo ele. Terminado o Plano de Controle Macroeconômico, eu fiz a minha primeira viagem ao exterior e aí começava a batalha da dívida externa. Nesse momento eu fui ficando cada vez mais convencido de que havia uma incompatibilidade básica entre o serviço da dívida externa, a estratégia de financiamento e ajustamento, com o crescimento da estabilidade de preços. A primeira coisa que eu fiz, logo que assumi o governo, na verdade, foram duas, em relação à dívida externa. A pri-

meira foi dizer que não havia dinheiro novo, havia financiamento de juros. A segunda foi dizer que nós tínhamos de colocar como objetivo o crescimento econômico e tratar de ajustar as necessidades de financiamento ao crescimento econômico. Mas a conclusão a que eu fui chegando em relação a essa segunda estratégia é que ela era inviável. Ou era provavelmente inviável e não havia como fazer o ajustamento, a compatibilização entre o pagamento da dívida externa e o financiamento adequado. Seria preciso uma redução efetiva da dívida, um desconto da dívida, e aí tem um desconto já feito no mercado financeiro internacional. Pensei então em aproveitar esse desconto, ou não teríamos condições de sair do problema da dívida externa. Então veio a idéia da securitização, com uma estratégia para se aproveitar o desconto. E afinal essa idéia teve repercussão mundial, eu acho. Em dois momentos ela foi adotada, de certo modo. Na própria reunião do FMI ela foi cooptada parcialmente pelos ministros em vários momentos, como no comunicado e no discurso de Baker. Foi cooptada, não integralmente aceita. E, depois, na importante reunião dos oito presidentes latino-americanos, também. Todas as idéias do Brasil, novas, estavam lá, naquele comunicado, o que é muito importante. E eu acho importante, também, é que, além da estratégia do desconto da dívida para torná-la compatível — quer dizer, o Brasil não pode pagar toda essa dívida, é incompatível pagar toda essa dívida —, eu conversei com John Reed (presidente do CITIBANK), na última viagem que eu fiz aos Estados Unidos — eu tive um café da manhã com ele e ninguém soube. Ele me disse, com todos os “esses” e “erres” que achava desta dívida — não do Brasil, especificamente, mas da dívida em geral, do Terceiro Mundo — 30% eram impagáveis.

P.: E nessa proporção entra o Brasil também?

R.: Ele não entrou em detalhes sobre o Brasil. Citou o caso argentino, considerando uma porcentagem grande da dívida como impagável, e deu a entender que a situação do Brasil seria melhor. Esse tipo de reconhecimento me deixou satisfeito — só que em público ninguém diz. Me parecia que, antes de tomar uma medida mais drástica — e vou dizer o que é uma medida mais drástica — eu precisava esgotar a negociação. Por isso eu fiz uma proposta —, eu fiz questão de fazer a proposta formalmente, por escrito — para iniciar as negociações. Fiz o acordo interino para poder dar mais quatro meses para a negociação e as negociações terminam agora, dia 29 de janeiro, que é o prazo final,

contratual para as negociações terminarem. Tínhamos cinco condições básicas para o acordo: primeira, é obtermos financiamentos suficientes para cobrir cerca de 60% dos juros, que seja compatível então com taxas de crescimento do Brasil; segunda, uma redução modesta, mas efetiva, nos *spreads*; terceira, um teto nas taxas de juros, da LIBOR, acima do qual — que deveria ser, no máximo, 1% acima da LIBOR — deveria haver a capitalização dos juros; quarta, a desvinculação do desembolso dos bancos, com o eventual acordo e o desembolso do Fundo Monetário Internacional; e, a quinta, autorização para os títulos, para a securitização da dívida. São as condições mínimas para a gente ter uma negociação melhor do que a Argentina e o México. A probabilidade que vejo para que consigamos isso, hoje, não é mais do que 30%. Se não conseguirmos, acho que devemos tomar as seguintes providências, que expus em linhas gerais ao presidente Sarney — e ele concordou...

P.: Antes da sua saída?

R.: Antes da minha saída. Era, primeiro, dispensar os serviços do comitê assessor de bancos. Não são assessores nossos? Então podemos dispensá-los. E, segundo, estabelecer as bases da negociação — um telex seria mandado a todos os bancos — compatíveis com nossa capacidade de pagar, dando várias alternativas de formas de pagamento. E dizendo que, a partir daquele momento, com base naqueles parâmetros, nós negociaríamos banco a banco. Os grandes bancos em Brasília e para os pequenos, nós abriríamos um escritório do Banco Central em Nova York, para atendê-los. Eu acho que essa é a única solução, não vejo outra.

P.: Esse pessoal de direita defende muito a “negociação convencional”. O que é que é isso?

R.: Fui eu que inventei a expressão “negociação convencional”, não a direita. Convencional é a negociação que vem sendo feita desde 82. É a negociação de “empurrar com a barriga”, que está baseada em financiamento e ajustamento. Você faz um ajustamento na economia interna, reduz as suas necessidades e aumenta a sua possibilidade comercial. Como sempre falta alguma coisa, você financia o resto. Uma coisa que eu fiz sistematicamente foi a denúncia dessa abordagem, dizendo que isso só tinha levado à recessão e a inflação nos países devedores, que estão estagnados há sete anos, pelo menos. E tinha levado, além disso, a uma deterioração da capacidade de pagamentos do país, medida pela relação dívida/exportação. Nessa coisa da dívida, uma coisa que eu acho que foi muito importante na minha gestão, tam-

bém, foi que os empresários acham que tiveram um avanço razoável — não decisivo, mas razoável. Eles fizeram, por exemplo, um manifesto de apoio a mim na véspera de iniciarmos a negociação. Os empresários começaram a perceber que a dívida realmente é um negócio muito mais grave, que a dívida não é criação dos radicais do PMDB e do PT e que um acordozinho com o FMI não resolve tudo.

P.: Reimplantar o “empurra com a barriga” é bem mais difícil hoje em dia?

R.: Eu acho muito difícil, está sendo denunciado, isso está entrando em crise. Bom, finalmente, a última batalha foi a da reforma tributária. E de um terceiro pacote de medidas de corte de déficit público. Porque eu fiz o primeiro junto com o congelamento; o segundo, em agosto e o terceiro vinha junto com a reforma tributária. O objetivo da reforma tributária era aumentar a carga tributária e ao mesmo tempo fazer a carga tributária mais justa. Realmente essa carga tributária, se fosse plenamente feita, cairia sobre os 20% mais ricos e diminuiria o imposto dos 80% mais pobres que pagam Imposto de Renda. Quem realmente paga imposto no Brasil é a classe média e a classe alta. Ora, eu estava reduzindo os impostos de quatro milhões de contribuintes e aumentando o imposto de um milhão de contribuintes. Reduzia 7% em quatro milhões e aumentava não sei quanto, não foi possível medir...

P.: Ao longo da sua gestão, o senhor reduziu muito a intervenção do Estado na economia.

R.: Você disse que eu reduzi a intervenção do Estado na economia. E é verdade, eu tenho certeza de que hoje o número de setores controlados pelo CIP é substancialmente menor do que aqueles que eu encontrei antes do congelamento. Eu fiz um congelamento nesse ínterim, tirei tudo do congelamento rapidamente e, além disso, liberei uma quantidade enorme de setores da economia, porque havia excesso de controle no CIP. E não acabei, mas na semana retrasada o CIP liberou um elenco muito grande de setores e produtos. Quando foi criado, o CIP tinha como objetivo apenas controlar 300 empresas oligopolistas e nada mais. Depois foi ampliando, ampliando, e foi criando distorções. Houve alguns setores que foram muito prejudicados, como a indústria farmacêutica, por exemplo.

P.: A direita fala muito desse negócio do Estado inchado, gastador, perdulário. Mas onde é que o problema está localizado — custeio, salários?

R.: Eu não concordo com o uso da expressão “direita” nesse assunto. Ser contra o excesso do Estado no Brasil, hoje não é uma posição apenas de direita. Eu não me considero de direita e sou fortemente a favor de se privatizar no Brasil mais empresas, de se reduzir a participação do Estado em vários setores.

P.: Existe inclusive essa ambigüidade: é o ministro do PMDB que tenta fazer isso, e o governo, com uma composição mais à direita, é que breca isso.

R.: Por volta de 75, os empresários iniciaram uma grande batalha contra a estatização no Brasil. E essa batalha é hoje vitoriosa, do ponto de vista ideológico. Inicialmente era uma forma de os empresários assumirem uma participação política mais ativa, porque eles estavam ainda muito comprometidos com o sistema autoritário. Depois, a partir de 77, 78, eles passaram a defender abertamente a democracia e continuaram brigando contra a estatização. E eu me lembro muito bem de uma reunião, logo no começo da minha gestão, em que eu fui à FIESP — foi um almoço em que estava presente a maioria dos membros do Conselho Econômico da FIESP — e eu disse a eles: “Veja, eu acho que esta batalha, ideologicamente, já é vitoriosa, mas eu acho que vocês agora deviam parar de “bater em cachorro morto”. O que nós temos que ver agora é como nós resolvemos esse problema, objetivamente. E para resolver esse problema vocês propõem exclusivamente privatizar. Isso eu acho que é uma boa solução, mas é uma solução de médio a longo prazos. Principalmente porque as poupanças privadas, no Brasil, não são tão grandes que permitam a compra das empresas públicas. Segundo: a solução de curto prazo que vocês me apresentam é uma solução de, simplesmente, mandar embora alguns funcionários. Ora, essa solução é irreal”. Esse déficit público que nós temos no Brasil é um déficit público estrutural, que vem desde o início dos anos 70, quando começou o endividamento externo. E a redução de despesas, via demissão de funcionários, pode ter resultados muito pequenos, não é? Tudo o que eu sei a respeito mostra que, se fosse feito um esforço heróico, assim violentíssimo, eu poderia conseguir 1% do PIB. Acho que isso já é demais, 0,5% já seria um negócio extraordinário. E nós precisamos de 5% do PIB, de crescimento da poupança pública. Então, tem que aumentar a tarifa e impostos e não tem escapatória: o imposto que diminuiu, tarifa que diminuiu. E cortar subsídios e especialmente incentivos. Dos incentivos, quem se beneficia é, principalmente, a própria classe empresarial em vários níveis e setores. Ou se

faz isso ou então não se resolve o problema do Estado e da crise fiscal. Eu acho que este problema a classe empresarial ainda não resolveu assumir...

P.: Ela está dependurada nos subsídios.

R.: Alguns. Um dia desses alguém me perguntou se a classe empresarial é uma classe cartorial no Brasil. Eu acho que não é, eu acho que isso é uma injustiça.

P.: Não todos, mas tem setores...

R.: Há setores que são cartoriais, que estão dependentes, estão pendurados no Estado. Mas a grande maioria não é. Mas essa grande maioria que não é tem ainda essa visão simplista — eu chamaria — de como resolver o problema da crise fiscal brasileira e o problema do Estado, no Brasil.

P.: Logo depois de assumir o ministério, o senhor fez uma crítica implícita ao PMDB, dizendo que quando o partido chega ao governo ele muda.

R.: Não era uma crítica, era uma análise sociológica, constatação inescapável.

P.: Perfeito. Mas o senhor tentou implementar algumas teses, tradicionalmente defendidas pelos chamados “históricos do PMDB”, como a taxação de capital, e esses setores não manifestaram apoio às suas iniciativas. Isso não mostra que tem muita gente no PMDB que não saiu ainda dos palanques?

R.: Isso é o problema do populismo. Eu escrevi vários artigos, antes de ser ministro, contra o populismo. Hoje eu estou mais convencido de que o populismo é o mal fundamental da economia brasileira, o que não é típico só de político não. Os políticos também, muitos deles são populistas, querem agradar, mas você vê populismo entre empresários — estão sempre querendo agradar o seu próprio eleitorado; você vê o populismo entre os líderes sindicais que querem agradar o seu próprio eleitorado; você vê populismo junto à imprensa, que faz jornal, faz revista, com muita frequência, para agradar os seus leitores, que tem como critério fundamental agradar os seus leitores. Esse é um mal generalizado na sociedade brasileira e que precisa ser, realmente, muito fortemente criticado.

7

O ACORDO DO BRASIL COM A ARGENTINA SOBRE A DÍVIDA*

Após a eclosão da crise internacional da dívida em 1982, os credores do mundo todo se prepararam para o pior: um cartel por parte dos devedores. Talvez não houvesse fantasma mais assustador do que o repúdio, em uníssono, dos países pobres aos empréstimos em multibilhões de dólares devidos aos países ricos, impelindo assim o sistema financeiro global para o caos.

Mas, seis anos mais tarde, o cartel de devedores permanece um mero espantalho de bancos, uma idéia murmurada nos bastidores das reuniões de cúpula do Terceiro Mundo, mas nunca materializada como um corpo com conteúdo e forma política.

Entretanto, segundo revelações recentes de um ex-ministro da Fazenda do Brasil, o indizível quase acontece. O enredo foi criado por Luiz Carlos Bresser Pereira, que ocupou por um curto espaço de tempo o Ministério da Fazenda do Brasil em 1987, e seu colega Juan Sourrouille, ministro da Economia da Argentina. Os dois ministros deram o toque final ao plano num almoço em Acapulco, em novembro de 1987, quando os presidentes latino-americanos estavam publicamente se irritando com suas sociedades corroídas pela dívida.

O plano, que deveria ser simultaneamente anunciado em Buenos Aires e Brasília, exigia uma decisão unilateral dos países pa-

* Reportagem de Mar Margolis, no *Washington Post*, de 12.11.1988.

ra abandonar as negociações convencionais da dívida, e declarar um teto sobre os pagamentos e ditar os termos e prazos de repagamento.

Juntos, os dois países sul-americanos devem aos credores externos US\$ 170 bilhões, 40% da dívida global da América Latina.

Bresser falou pela primeira vez sobre o plano numa entrevista publicada em novembro (1988) na *Gazeta Mercantil*, um jornal brasileiro sobre finanças. Não falou antes, quando saiu do Ministério da Fazenda, “porque poderia prejudicar a Argentina”.

Segundo Bresser, o presidente do Brasil, José Sarney, e o presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, aprovaram pessoalmente o plano, e até decidiram sobre a data em que deveria ser anunciado: logo após 29 de janeiro de 1988, prazo que o Brasil havia estabelecido para as negociações finais sobre a dívida com os bancos credores, que haviam se prolongado durante meses sem qualquer conclusão.

“O presidente Sarney sempre me apoiou neste plano. Não só me apoiou como muitas vezes pediu-me mais informações e detalhes”, disse Bresser numa entrevista telefônica. “Ele concordou que a data deveria ser após 29 de janeiro, caso os bancos ainda não tivessem chegado a um acordo sobre a nossa proposta para a dívida”.

Um porta-voz da presidência do Brasil disse ontem que o presidente Sarney “não tinha conhecimento” de tal plano e não fez nenhum comentário sobre as afirmações de Bresser.

Na Argentina, funcionários também negaram acordo sobre o plano.

Daniel Marx, principal representante financeiro da Argentina nos Estados Unidos, disse em Buenos Aires que “nunca houve tal pacto” e que estava “surpreso” com as observações de Bresser. Roberto Frenkel, principal assessor econômico de Sorrouille, disse que os relatos constituíam um *nonsense*.

No entanto, fontes dentro do governo brasileiro disseram que Sarney estava informado sobre o plano, e confirmaram as discussões no México sobre uma estratégia mais radical para o problema da dívida.

“Àquela altura, o presidente via algumas perspectivas de sucesso da forma (tradicional) negociação da dívida. Os dois presidentes autorizaram a continuação das discussões sobre o assunto, mas Sarney nunca deu sua aprovação”, disse uma fonte em Brasília.

Segundo Bresser, a estratégia exigia que o Brasil e a Argentina enviassem telex em separado para cada banco credor anuncian-

do a série de medidas. Primeiro, dispensava o comitê assessor dos bancos, órgão que coordenava as negociações com os credores para o assunto da dívida. O comitê, disse Bresser, é o agente “do cartel dos bancos” e opera com “despesas pagas pelos países devedores”. Em vez disso, os dois devedores continuariam negociando separadamente com cada banco credor.

Segundo, o plano limitaria os pagamentos da dívida a níveis compatíveis com a manutenção de uma taxa de crescimento econômico de 6% ao ano.”

Terceiro, e mais importante, o plano implicava a redução unilateral do valor devido aos bancos comerciais a longo prazo (cerca de 70 bilhões de dólares). A redução deveria ser de 40 a 50%, correspondendo ao “desconto” oferecido sobre o papel em circulação da dívida brasileira no conhecido mercado secundário. A teoria era que se os empréstimos brasileiros valiam realmente metade do valor de face, o Brasil teria de pagar de volta somente a metade. Em vez de pedir aos bancos novos fundos para efetuar o pagamento dos juros sobre a dívida, Bresser explicou, “eu queria liquidar o assunto de uma vez por todas” através de uma redução no pagamento dos serviços da dívida, “de forma a tornar o pagamento do serviço da dívida compatível com o crescimento e estabilidade de preços no Brasil”.

“O mercado diz que nossa dívida não vale 100% de seu valor, então por que deveríamos pagá-la integralmente?”, disse retoricamente.

Outro aspecto importante do plano era uma campanha de austeridade no Brasil para reduzir o exacerbado déficit público. “Eu jamais cortaria unilateralmente nossas dívidas com os credores sem um severo ajuste fiscal interno”, disse Bresser. “Seria injusto e ineficiente, seria populismo.”

Bresser disse que o plano abortou em dezembro de 1987, virtualmente na véspera de seu anúncio, quando demitiu-se do Ministério depois de um conflito com o presidente sobre a reforma econômica interna que demandava profundos cortes nas despesas governamentais.

Bresser foi sucedido por Mailson da Nóbrega, um conservador fiscal que apaziguou as relações conflitantes com os credores, finalizou uma longa moratória da dívida e em setembro de 1988 concluiu um acordo convencional sobre a dívida com os bancos credores. Bresser considera esse acordo prejudicial ao Brasil, condenando-o à estagnação e a inflação.

Bresser disse que o plano do Brasil e da Argentina originou-se

da frustração com a comunidade financeira internacional. Durante todo o ano de 1987, a Argentina sofreu uma perda em suas reservas e enfrentou obrigações sobre a dívida maiores que o dobro de seu superávit comercial.

No Brasil, prossegue, “Eu esperei para desenvolver esse plano por tanto tempo porque queria tentar uma negociação convencional, porque queria demonstrar a boa-fé do Brasil em negociar, mas era praticamente impossível qualquer progresso. Os bancos não concordavam com nada. Tudo o que queriam era seu dinheiro de volta”.

Bresser disse que o México, o segundo maior devedor da América Latina, não estava informado sobre o plano por causa “da grande fronteira e das relações difíceis” com os Estados Unidos.

Carlos Alberto Sardenberg é jornalista, tendo trabalhado em *O Estado de S. Paulo*, revista *IstoÉ* e *Veja*. Foi assessor do Ministro do Planejamento João Sayad, 1985/87. Escreveu *Aventura e Agonia — nos bastidores do Cruzado*, Companhia das Letras, 1987. É editor do Informe Econômico do *Jornal do Brasil* desde novembro de 1988.

Luiz Carlos Bresser Pereira é paulista, formou-se em Direito pela USP, obteve seu Master of Business Administration na Michigan State University. Doutourou-se em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da USP, onde em 1984 obteve o título de Livre-Docente. É professor da Fundação Getúlio Vargas.

Publicou inúmeros artigos em revistas acadêmicas sobre Economia e Ciência Política. É autor de muitos livros, tendo vários traduzidos para o inglês, o japonês e o espanhol. Entre seus livros, quase todos publicados pela Editora Brasiliense, destacam-se: *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968); *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (1977); *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* (1980); *Inflação e Recessão* (1984); *Lucro, Acumulação e Crise* (1986); e *Dívida externa: crise e soluções* (1989).

Foi Secretário do Governo do Estado de São Paulo na administração Franco Montoro e Ministro da Fazenda do Governo Sarney de abril a dezembro de 1987.